

# (RE)DESENHAR A *CIDADE DESENHADA*

Uma Leitura para a Salvaguarda do Património Urbanístico

Prova Final de Licenciatura em Arquitectura | Faculdade de Ciências e Tecnologia da  
Universidade de Coimbra | Fevereiro 2005

Orientada pelo Professor Doutor Walter Rossa e pelo Arquitecto Adelino Gonçalves  
Margarida Isabel Barreto Relvão

## **Agradecimentos**

A todos quantos directa ou indirectamente tornaram possível este trabalho.

Aos professores orientadores por todo o apoio, disponibilidade e conhecimentos.

A todos quantos me forneceram informação indispensável para a elaboração deste trabalho: à equipa Mendizábal e Recuna S.L. da Oficina de Rehabilitación do Concello de Ferrol; ao Foro de la Ilustración, na figura de Juan Borgoa e David Millán; ao professor Alfredo Vigo Trasancos pela rápida e pronta resposta a todas as minhas questões; ao Architecte des Bâtiments de France, Xavier Clarke por toda a informação relativa ao Plan de Sauvegarde e Mise en Valeur; às Câmaras Municipais de Richelieu, Charleville-Mézières, Henrichemont e Palmanova.

À Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e ao professor Horta Correia.

Às amigas pela sua amizade e em especial, às colegas da equipa de elaboração do Plano de Pormenor e Salvaguarda do Núcleo Pombalino, por toda a paciência e ajuda, e por terem acreditado que éramos capazes.

Aos meus pais, ao meu irmão, ao meu Pedro e a toda a família pelos constantes incentivos e acima de tudo por estarem sempre lá.

## ÍNDICE



<b>ABREVIATURAS</b>	<b>7</b>
<b>1   APRESENTAÇÃO DO TEMA</b>	<b>9</b>
<b>2   NOÇÕES E FILOSOFIAS DE SALVAGUARDA URBANA</b>	<b>19</b>
<b>2.1   ANTECEDENTES DAS POLÍTICAS DE SALVAGUARDA</b>	<b>21</b>
Revolução Francesa. A introdução do Património	21
Carta de Atenas – RESTAURO	23
Advento do Conceito de Património Urbano	24
Reconstrução Pós-guerra	26
Carta de Veneza – CONSERVAÇÃO	29
Bolonha e a <i>Conservação Integrada</i>	30
Carta Europeia do Património – REABILITAÇÃO	31
Roma e a <i>Reabilitação Estratégica</i>	33
<b>2.2   A CIDADE COMO PATRIMÓNIO. CLARIFICAÇÃO DE CONCEITOS</b>	<b>35</b>
Cidade como Documento (Valor Histórico)	35
Cidade como Monumento (Valor Artístico e Estético)	36
Cidade como Identidade e Memória (Valor Cognitivo)	37
Cidade como Bem Económico (Valor de Uso)	38
<b>3   A CIDADE PROJECTADA COMO UM TODO</b>	<b>41</b>
<b>3.1_ A CIDADE DESENHADA E A CIDADE DE FUNDAÇÃO</b>	<b>43</b>
<b>3.2_ VALORES DA CIDADE DESENHADA ENQUANTO PATRIMÓNIO. DA CIDADE COMO DOCUMENTO À CIDADE COMO MONUMENTO</b>	<b>45</b>
<b>3.3_ TRANSFORMAÇÕES URBANAS. UTOPIA, FUNÇÃO E IMAGEM</b>	<b>47</b>

<b>4   ANÁLISE DE CASOS</b>	<b>51</b>
<b>4.1   PALMANOVA. CIDADE FORTALEZA</b>	57
Actual Plano de Salvaguarda	61
Análise dos Resultados	63
<b>4.2   RICHELIEU. A VONTADE DE UM CARDEAL</b>	65
Actual Plano de Salvaguarda	68
Análise dos Resultados	73
<b>4.3   FERROL. NECESSIDADE DE DEFESA. BAIRRO DA MAGDALENA. NECESSIDADE DE HABITAÇÃO</b>	75
Actual Plano de Salvaguarda	78
Análise dos Resultados	85
<b>4.4   VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO . SALGA DA SARDINHA</b>	87
Processo de Salvaguarda	91
Análise do Processo e das Propostas	100
<b>4.5   SÍNTESE COMPARATIVA</b>	103
<b>5   METODOLOGIA</b>	<b>109</b>
Restauro e Reabilitação	111
Planeamento e Projecto	113
Estratégia. Para lá dos Planos	117
Reutilização do Edificado. Refuncionalização	119
Turismo. Cidades-Museu	120
Concluindo	121
<b>6   REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>123</b>

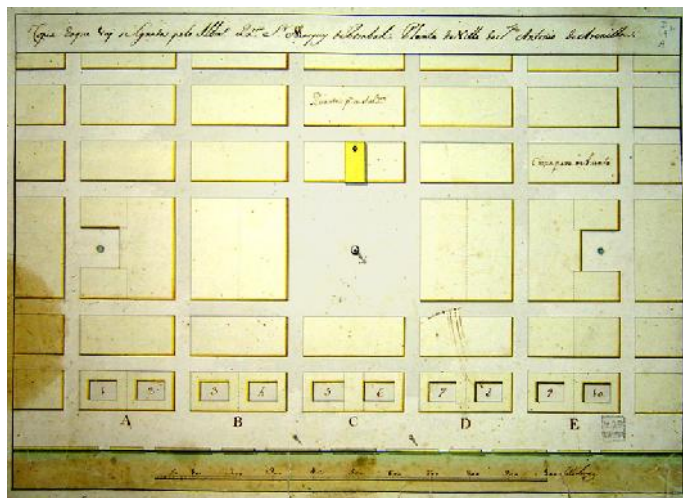
**ABREVIATURAS**

AMOP	Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas
CM-VRSA	Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António
FI	Foro de la Ilustración
PERI	Plan Especial de Protección e Rehabilitación do Bairro da Magdalena
PPSNP-VRSA	Plano Pormenor do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António
PRPC	Piano Regolatore Particolareggiato Comunale del Centro Storico di Palmanova
PSMV	Plan de Sauvegarde et de Mise en Valeur de Richelieu
OR	Oficina de Rehabilitación do Concello de Ferrol





## 1 | APRESENTAÇÃO DO TEMA



1. Primeiro desenho do Plano de Vila Real de Santo António de Arenilha, Reinaldo Manuel dos Santos, 1774

A presente reflexão insere-se no âmbito da realização da Prova Final de Licenciatura em Arquitectura e surge em torno da problemática de salvaguarda do património urbanístico. Numa época fortemente marcada por intervenções sobre e com o património este oferecia um amplo campo de discussão que tinha sido muito pouco focado ao longo dos cinco anos de formação. A possibilidade de integrar a equipa do Centro de Estudos de Arquitectura na elaboração do Plano Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António possibilitou a definição do tema sobre os actuais critérios e métodos de salvaguarda de uma cidade projectada como um todo, e constituiu o primeiro contacto com os problemas que este tipo de intervenção implica. Considerando o plano de salvaguarda como o meio de operar conscienciosamente numa cidade antiga, a visão apresentada não será meramente proteccionista, mas pressupõem uma vontade de transformação e possibilita o alargamento do campo exclusivo do plano de salvaguarda à intervenção geral na cidade, trabalhando com o passado na construção da cidade do presente.

Partindo da experiência de Vila Real de Santo António e da tomada de consciência do seu valor enquanto património, mais centrado no urbanismo que nos objectos arquitectónicos que o compõem, o primeiro problema que se levanta, prende-se com a falta de uma metodologia de salvaguarda do património urbanístico. Aliás assiste-se mesmo, pelo menos ao nível da legislação portuguesa, a uma ausência da consciência do valor do urbanismo enquanto património.

Com efeito, a Legislação Portuguesa, desde 1985 que propõe os chamados *Planos de Salvaguarda*, previstos também na actual *Lei de Bases do Património* de 2001, mas ainda não apresenta modelos, nem sequer princípios, para a protecção do património urbano, continuando a apresentar-se mais vocacionada para a valorização de objectos de arquitectura isolados, tendo os chamados planos de salvaguarda que se remeter para a figura do *Plano de Pormenor* que, como se sabe, assenta numa filosofia de expansão urbana, contrária portanto a uma filosofia de conservação. Este facto deixa em aberto, e nas mãos dos técnicos responsáveis pelos planos e pela sua aprovação, todo o processo e o alcance de um plano de salvaguarda. Numa temática tão discutível e com tantas vozes críticas, esta imprecisão pode ter efeitos perversos ou pelo menos aquém das expectativas.

Daqui resulta o primeiro objectivo que se prendia com a vontade de encontrar e estabelecer um método a partir da experiência realizada no Centro de Estudos, que pudesse conduzir os processos de salvaguarda destas *idades desenhadas*. Mas, mais do que apresentar a solução encontrada para o Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António, torna-se importante debater vários métodos e problemas encontrados noutros conjuntos urbanos semelhantes. Procura-se ultrapassar a especificidade de cada caso e encontrar na leitura histórica as razões que levam à sua salvaguarda e às actuais formas de protecção e planeamento. Trata-se de encontrar hoje a essência do que se salvaguarda e a viabilidade de uma protecção mais ou menos rígida.

O segundo problema que se coloca prende-se com a actual difusão do culto do património, que pode conduzir a importantes deturpações do seu real valor.

Este movimento, envolvendo não só os intelectuais e os especialistas mas também todos os cidadãos em geral em prol do património cultural e natural é, segundo Michel Lacroix, testemunho de uma necessidade de “re-enraizamento”, traduz-se na vontade de regresso ao passado e de preservar os seus testemunhos, e na recusa de continuar a viver sob o regime da modernização excessiva, onde a velocidade de transformação é demasiado rápida. Esta crise patrimonial nasce também do medo de perda de uma identidade face aos actuais movimentos de cultura global e tende a enaltecê-la História, os nacionalismos e a memória colectiva. Como defende Pierre Nora esta “memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialéctica da lembrança e do esquecimento, inconsciente das suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”<sup>1</sup>.

Se por um lado as novas tecnologias e os novos meios de comunicação possibilitaram o alargamento dos campos culturais, por outro lado encurtaram as distâncias entre as várias culturas, possibilitando uma troca de produtos tão intensa que hoje é possível comer num restaurante chinês, italiano ou indiano em qualquer parte do mundo, cadeias de franchising permitem-nos sair de Londres e chegar a Pequim e ver as mesmas montras e os mesmos produtos. Ao nível da arquitectura os edifícios de hoje são feitos com materiais importados e

---

<sup>1</sup> AAVV, *Enciclopédia Einaudi*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, nº1, Memória - História, Gabinete Editorial da IN-CM, Porto, 1984, p. 43.

globalizados e quem os desenha tanto pode ser Toyo Ito no Jardim da Sereia, Frank Gery no Parque Mayer ou Siza Vieira no Bairro Schilderswijk. Se por um lado estas trocas culturais permitem um enriquecimento, por outro provocam uma reacção de busca do local. O que explica, nos actuais Centros Comerciais a difusão de lojas e restaurantes ditos “característicos” vendendo mel, pão ou vinho numa pretensa evocação às raízes, lado a lado com as cadeias de *franchising* da MacDonaldis ou da Pizza Hut. Ou a compra e a reconstrução de aldeias inteiras abandonadas no meio da Serra para as transformar em turismo de habitação em nome de um novo enraizamento. Ou ainda todos os postais de viagens do turismo cultural em ascensão para conhecer outras culturas.

É neste contexto que o património se difunde e se alimenta de uma sociedade obcecada pelo medo de perda de memórias sem se aperceber que hoje “a memória se tornou num dos objectos da sociedade de consumo que se vende bem”<sup>2</sup>.

Numa procura de colmatar os perigos do subjectivismo começa-se este estudo pela procura dos antecedentes das actuais políticas e filosofias de intervenção e, pela clarificação dos valores do património urbanístico. Partindo das primeiras operações de restauro dos *monumentos históricos* – entendidos como único testemunho do património arquitectónico, até ao alargamento aos conceitos de *sítio* e *conjuntos urbanos* já na década de 70. Pegando não só nas múltiplas cartas internacionais, mas também em intervenções, em reuniões ou em medidas implantadas um pouco por toda a Europa, pretendendo conhecer as razões e os princípios por detrás das actuais regulamentações internacionais e nacionais e enquadrar as operações já não só de recuperação ou reabilitação do edificado mas compreender as actuais políticas que procuram, também, uma reabilitação social e urbana. Procura-se ainda enquadrar os âmbitos do património desde o seu valor histórico ao económico, porque efectivamente hoje “corremos o risco de tudo querer preservar só por ser antigo, assistimos a uma defesa sistemática do monumento antigo, pelo simples facto de ter sobrevivido até aos nossos dias, significando a cómoda ausência de uma criteriosa avaliação arquitectónica e urbana”<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Ibidem p. 44.

<sup>3</sup> FERNANDES, Francisco Barata, *Transformações e Permanência na habitação portuense - As Formas da Casa na Forma da Cidade*, FAUP Publicações, Porto, 1999, p.319.

Neste sentido valorizam-se os núcleos antigos enquanto património, não só pela sua importância histórica local ou mesmo internacional, mas acima de tudo pelos seus valores de identidade e memória colectiva, permitindo analisar a cidade como elemento vivo em constante mutação, fruto e testemunho da transformação e das permanências urbanas da comunidade ao longo do tempo.

Partindo da classificação dos núcleos antigos enquanto património introduz-se a particularidade do valor característico das *idades projectadas como um todo*, entre o urbanismo e a arquitectura. Próximas de uma utopia, estas cidades podem ser vistas como o paradigma de todas as outras, fruto de um acto de vontade, são uma obra de arte por excelência e como tal património a preservar. Se não como explicar que Brasília tenha sido classificada como Património da Humanidade 40 anos após a sua construção?

No terceiro capítulo, introduz-se e define-se o novo conceito de *cidade desenhada* referindo-se à *cidade projectada como um todo*, fruto de um desígnio e assente na capacidade demiúrgica do urbanismo. E cria-se uma distinção clara entre estas cidades e as cidades planeadas de fundação colonial, que pela sua natureza pressupõem uma grande adaptabilidade e um crescimento que as primeiras não prevêem.

As transformações urbanas e os sedimentos das várias épocas são, nas *idades desenhadas*, os principais elementos de deturpação cujo valor cabe avaliar hoje. Porque qualquer projecto, por mais rigoroso que seja, é sempre diferente da realidade que gera e será nesta confrontação entre um projecto original, próximo do ideal e a actual realidade, que reside o problema de como actuar para salvaguardar. Considerando que o seu valor essencial reside no urbanismo não nos podemos limitar a uma conservação do edificado mas temos de considerar os elementos conformadores do urbanismo. E cabe também aqui explorar as problemáticas relacionadas com a refuncionalização e a organização espacial e hierárquica das cidades, a conservação da sua imagem analisando as noções de fachadismo e de autenticidade da identidade urbana, sem esquecer as necessárias revitalizações e adaptações que todas as cidades necessitam.

Com o objectivo de analisar diferentes casos de salvaguarda de *idades desenhadas* e de estabelecer comparações de soluções, percorreu-se a história do urbanismo numa busca de cidades construídas segundo um desígnio e plano inicial. Partindo da cidade de Vila Real de Santo António (provavelmente o exemplo paradigmático do plano e construção de uma *idade desenhada*), analisam-se mais três cidades que actualmente possuem um plano de salvaguarda: Palmanova, em Itália, Richelieu em França, Ferrol em Espanha. São cidades muito diferentes entre si, tanto na forma como na função ou na data de fundação, contudo o que se pretende avaliar não são as afinidades entre elas, mas os diferentes processos de salvaguarda que actualmente atravessam. Perante o escasso número de *idades desenhadas*, a escolha foi ainda limitada pela possibilidade de obter informação, quer pelo contacto directo com a cidade, quer pelo contacto através das respectivas câmaras, ou serviços, encarregues das operações de salvaguarda. Foi ainda condicionada pela necessidade da existência de planos e políticas específicas de salvaguarda que algumas cidades ainda não apresentam, nomeadamente em França, onde a protecção edifício a edifício existente desde o início do século XX, tem sido considerada suficiente para manter e preservar os núcleos antigos, como nas cidades de Henrichemont e de Charleville onde ainda não existe planeamento de salvaguarda urbana. Os exemplos encontrados podem não ser os melhores, mas foram seguramente os possíveis num reduzido quadro de *idades desenhadas*, agravado pela falta de estudos sistemáticos deste tipo de cidade.

Com a análise e comparação destes casos, pretende-se revelar os principais problemas e métodos, quem sabe se extensível à generalidade de *idades desenhadas*.

Partindo do plano original, revela-se como se transformaram e como é que hoje podem ser consideradas património, essencialmente através da sua história e do actual processo de salvaguarda. Procura-se conhecer ou reconstituir o fio condutor do crescimento da cidade, identificar os acontecimentos urbanos e arquitectónicos representativos da transformação de cada cidade, face ao plano inicial. Caracteriza-se ainda, o modo como o património construído foi transformado e quais os edifícios que se mantêm inalterados e, de entre os alterados, verifica-se se existem características que se constituíram como permanências, analisando a capacidade de adaptação das tipologias ao longo dos séculos. Torna-se

fundamental saber também se, a organização funcional destas cidades, se renovou mantendo a mesma coerência e as mesmas hierarquias.

Toda a análise pretende compreender a classificação das zonas e edifícios a salvaguardar e o confronto com os actuais critérios de intervenção, fundamentalmente compreender se os objectivos dos planos de salvaguarda se apoiam nos conceitos de transformação arquitectónica e urbana, à semelhança das outras cidades, ou se nos conceitos dos planos originais, que se mantêm ou se podem reconstituir.

Com base na análise dos casos, e pela experiência na elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António, conclui-se o estudo com o desenvolvimento de uma metodologia e das várias problemáticas da salvaguarda destas cidades, procurando ancorar uma série de perplexidades capazes de contribuir para as intervenções de planeamento destas cidades. Decorrentes da já referida, deficiente legislação, da formação dos projectistas mais preparados para um planeamento de expansão e do próprio momento cultural, ganha, importância a investigação histórica, tanto para legitimar todo o processo, como para enquadrar os vários valores a preservar, e para, através da divulgação, incluir em todo o processo de salvaguarda a própria população. Enfatiza-se o papel do levantamento e da caracterização do edificado que, permitem a definição dos objectivos de toda a intervenção e introduzem o problema da aplicação e gestão do plano e da sua durabilidade perante uma realidade em contínua mutação. Ao nível da necessária dinamização e reorganização funcional e social, problematiza-se a real função do turismo, tanto para o desenvolvimento económico como para a própria identidade e autenticidade dos núcleos históricos.

Finaliza-se com a certeza que, acima de tudo, salvaguardar é intervir com o passado, onde a arquitectura e o desenho são os instrumentos que nos permitem ler e trabalhar todo o meio físico e social, tanto nestas *cidades desenhadas*, como em qualquer outra cidade.

Torna-se fundamental não a ideia de sacralização, mas a ideia do possível estudo rigoroso através da história, capaz de revelar o objecto, a sua essência e os seus pressupostos, para



que, fugindo ao subjectivismo de cada um, se possa fazer uma releitura da cidade. E, assim, desenhar a cidade contemporânea com as *pedras do passado* rematadas por algumas *pedras do presente*, como sempre, se construiu cidade.

No entanto, hoje já provámos a incapacidade de continuar a construir “naturalmente”, lendo e entendendo a cidade que temos e a que propomos, precisamos para isso de planos e da sua adequada gestão. São os planos de salvaguarda que, gerindo esta leitura e esta interpretação regulam as intervenções na escala local do núcleo histórico *inserido* na cidade, mas também na escala territorial, procurando a compreensão de toda a extensão do que constitui hoje a cidade e o património. Esta visão estratégica torna-se mais importante nas propostas de reutilização do edificado, procurando dinamizar e incrementar o seu valor muito para além da visão fechada deste património urbano, como monumento acabado e possível de ser conservado só para contemplação turística e simbolismo de um momento passado, num misto de parque temático e cidade fantasma.



## 2 | NOÇÕES E FILOSOFIAS DE SALVAGUARDA URBANA



2. Imagem de Bolonha, 1974 (AAVV, *Urbanisme et Rénovation Urbaine*, M.F. de l'Aménagement du Territoire de la Construction et de l'Urbanism, 1975)

## 2.1 | ANTECEDENTES DAS POLÍTICAS DE SALVAGUARDA

### Revolução Francesa. A introdução do Património.

O actual sentido de património e o despertar para o seu interesse surge com a Revolução Francesa<sup>1</sup>. Face às pilhagens e à destruição dos bens da Igreja e da Monarquia, alguns responsáveis políticos, culturalmente lúcidos começaram a defender o “património artístico e monumental da nação” que devia ser salvaguardado, chegando a criar as primeiras legislações sobre protecção e conservação.

Dentro de uma visão romântica procura-se salvaguardar o monumento histórico, enquanto todo o património corrente não é valorizado e é reutilizado de forma despreocupada à semelhança dos séculos anteriores. Contudo esta salvaguarda do monumento histórico procura recuar a uma pertença “traça primitiva” e a um hipotético momento áureo da história, visto quase como peça de museu, liberta de toda a envolvente e contexto, considerados lesivos da sua integridade.

Introduz-se o *restauro intervencionista*, em busca das características originais, defendido pelo arquitecto Viollet-le-Duc (1814-1879) que exerceu grande influência por toda a Europa<sup>2</sup>. Este método era, no entanto, fortemente criticado pelo carácter pouco rigoroso e por vezes até inventivo, mas não podemos deixar de salientar a procura de fundamentação na investigação histórica, documentada pela publicação dos X Tomos que constituem o Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI au XVI Siècle, fruto do seu trabalho ao serviço da Comissão dos Monumentos Históricos, existente em França desde 1837.

Numa visão orgânica do património, entendido como algo que nasce, envelhece e morre, os ingleses John Ruskin (1819-1900) e William Morris (1834-1903) defendem como fundamental a evocação memorial de cada obra, opondo-se à ideia de restauro, e entendem as ruínas

---

<sup>1</sup> Podemos considerar que as primeiras preocupações explícitas pelos objectos do passado surgem ainda na Antiguidade Clássica, efectivamente já nesta altura se preservavam edifícios públicos como monumentos históricos no entanto, como refere Françoise Choay, estes não eram investidos de valor histórico, a sua conservação funcionava como legitimação, numa tentativa de apropriação cultural dos modelos de uma civilização superior. Esta atitude prolongou-se até à revolução Francesa. Que pode explicar, anos mais tarde, a demolição de uma Igreja do século XII para edificar uma nova. Como na intervenção de Alberti no templo de Malatesta em Rimini ou na intervenção de Palladio na Basílica de Veneza. Existia uma noção de validade dos objectos, onde o velho não era objecto de valorização arquitectónica.

<sup>2</sup> Incluindo Portugal, onde a recém criada Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais (DGEMN), aplicou e difundiu as suas teorias e métodos.

como elementos singulares na fase final do seu ciclo de vida. Serão também pioneiros no interesse que atribuem ao vernáculo como reacção à crescente industrialização.

Numa posição entre o pensamento de Viollet-le-Duc e de John Ruskin, surge Camillo Boito (1834-1914), criticando os excessos das reconstruções arbitrárias mas afastando-se da tese conservacionista da fatal ruína. Defende como primeira regra a autenticidade documental da obra de arte, pelo que considera o restauro como uma necessidade face à ruína certa, mas não aceita uma reconstrução quando são possíveis apenas operações de consolidação.

Surgem também as primeiras discussões sobre o que deve ser valorizado e o que deve ser considerado monumento. Neste debate é de realçar o contributo de Riegl (1858-1905) que na sua obra *Der Moderne Denkmalkultus. Sein Wesen und seine Entstehung (O culto moderno dos Monumentos. O seu Carácter e a sua Génese)* analisa e contesta, as noções clássicas de valorização das obras do passado e dos monumentos, reduzidas ao valor artístico ou histórico. Ao encarar a arquitectura antiga, para além do monumento, alarga o estudo à própria visão da cidade.

Enquanto se difundem medidas de protecção e restauro de monumentos considerados património histórico assiste-se, um pouco por toda a Europa, ao desenvolvimento da “cidade industrial”, transformando radicalmente os processos de expansão urbana e as estruturas da cidade. A revolução industrial vem, pela primeira vez, quebrar a continuidade da cidade, com o crescimento urbano explosivo e as vastas operações de reestruturação da cidade existente, substituindo e modificando a morfologia e o tecido primitivo para receber os novos equipamentos e responder às novas exigências da cidade industrial.

Enquanto Viollet-le-Duc restaura a Catedral de Notre-Dame, símbolo da Cidade Medieval e impõe a nova disciplina do *restauro intervencionista*, Haussman “rasga” e derruba a velha malha medieval em nome das novas exigências modernas. Recorre-se à demolição da arquitectura menor, entendida como obstáculo à salubridade, à comunicação e à contemplação dos monumentos do passado. A cidade antiga é aqui vista como o principal foco de degradação. Contudo, começam a surgir as primeiras vozes críticas contra os estragos produzidos no seu tecido histórico, rico em imagens de representação colectiva e várias formas de vida social.

Não há, no entanto, a noção da cidade como entidade histórica a conservar, mesmo no pensamento de Ruskin, que é o primeiro a valorizar a arquitectura doméstica e a cidade pré-industrial, não se vislumbra ainda este sentido histórico, mas apenas uma recusa à transformação.

Camillo Sitte (1843- 1903) terá um papel fundamental com *Der Städtebau*, onde realça a falta de qualidade estética da cidade pós-industrial e analisa a morfologia das cidades antigas, onde procura lições para a construção da cidade contemporânea. Defende a conservação das cidades do passado, tanto dos monumentos singulares como da sua envolvente imediata, mas a sua visão limita-se ao nível estético, vê a cidade pré-industrial e o seu estudo como uma forma de aprendizagem para a criação da nova cidade industrial, procurando conciliar a “cidade dos engenheiros” com beleza da cidade histórica.

### **Carta de Atenas - RESTAURO**

A realização em Atenas da 1ª Conferencia Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos Históricos, no ano de 1931, marca definitivamente a visão internacional sobre a necessidade de protecção do património e procura ultrapassar os lapsos de legislação e regulamentação existentes ao nível de cada país. A Carta de Atenas, como ficou conhecida, embora mais voltada para o monumento, assinala a nível internacional o início das preocupações com a envolvente urbana e a necessidade de valorização do perfil das cidades ao recomendar que se respeitasse “na construção dos edifícios, o carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objecto de cuidados especiais. Em certos conjuntos algumas perspectivas especialmente pitorescas devem ser preservadas”<sup>3</sup>.

As outras recomendações fundamentais recaem sobre o restauro dos monumentos, condenando o *restauro intervencionista* de Viollet-le-Duc e defendendo que “os projectos de restauro devem ser submetidos a uma crítica clara para evitar erros e a consequente perda do carácter e dos valores históricos dos monumentos”<sup>4</sup>, admitindo a utilização de novos materiais

---

<sup>3</sup> Carta de Atenas, CURY, Isabelle, *Cartas Patrimoniais*, Edições do Património, Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2000, p. 14.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 16.

e novas técnicas de construção, desde que estes fossem facilmente reconhecíveis, não interferindo na leitura do valor histórico. Quanto às ruínas era imposta uma conservação “com a recolocação (...) dos elementos originais encontrados (anastilose)...”<sup>5</sup>.

Fundamentalmente defende-se uma intervenção de tipo científico, preconizada por um estudo aprofundado do edifício, quer do ponto de vista físico quer documental, enquanto a protecção da envolvente reside apenas na manutenção do valor de enquadramento mais ou menos pitoresco.

### Advento do Conceito Património Urbano

O termo património urbano foi utilizado pela primeira vez por Gustavo Giovannoni (1873-1943). Este arquitecto/engenheiro terá um papel fundamental ao atribuir, aos conjuntos urbanos antigos, valor de utilização para além do valor museológico, integrando-os ainda na concepção geral da organização territorial. Segundo F. Choay<sup>6</sup>, foi uma das figuras chave da 1ª Conferência Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos Históricos, fundindo na mesma unidade de intenção os pólos da restauração monumental e a programação urbanística. Entendendo a prática profissional da arquitectura como inseparável da do urbanismo e da qual só se deve distinguir pela mudança de escalas, território, cidade, quarteirão e lote, impõe a figura do *arquitecto integral*.

A sua teoria do *diradamento edilizio* permite manter as condições ambientais dos núcleos históricos pela demolição controlada de pequenos elementos considerados postigos (*superfetazioni*), permitindo libertar áreas. Trata-se da sua crítica à política dos *sventramenti*, que se vinham a desenvolver no seio das cidades italianas com transformações radicais da estrutura arquitectónica e socio-económica, em nome de razões higiénicas e da modernização funcional, mas revelando, também, fortes motivos estéticos e simbólicos, como se depreende do discurso de Mussolini em 1925 sobre as operações de demolição da arquitectura menor e o isolamento de numerosos monumentos romanos “Roma deve

---

<sup>5</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>6</sup> Ver preâmbulo do livro GIOVANNONI, Gustavo, *L'Urbanisme face aux Villes Anciennes*, Éditions du Seuil, Paris, 1998.



aparecer maravilhosa a toda a gente do mundo; vasta, ordenada, potente como foi nos tempos do Primeiro Império Augusto”<sup>7</sup>.

A teoria de Giovannoni, pode ser considerada como a primeira formulação dirigida à *salvaguarda operativa* do núcleo histórico, conciliando a conservação com a renovação necessária para a modificação das condições de vida. Esta preocupação pelo valor social do patrimônio urbano, para além de pioneira, teve, anos mais tarde, repercussões em várias cidades italianas, culminando com a experiência de Bolonha.

Os pontos problemáticos da sua teoria residem na sua renúncia à inserção, ainda que controlada, de arquitectura nova de qualidade, aceitando unicamente soluções “neutras” ou de restauro científico, e na distinção artificial que estabelece entre “cidade histórica” e “cidade nova”, conduzindo à congelação da primeira ao entendê-la como monumento. Falta-lhe conciliar a conservação com o desenvolvimento da cidade.

Em 1933, decorre em Atenas o 4º CIAM que redige a outra carta de Atenas, apologista de uma nova ordem internacional para o urbanismo. Com uma perspectiva funcionalista do urbanismo, Le Corbusier, resume a cidade a um rígido zonamento (habitar, trabalhar, recrear-se, circular) incompatibilizando-se com a cidade antiga, tanto pela introdução de zonas monofuncionais, como pela recusa do vocabulário tradicional de rua ou quarteirão. A visão patrimonial que apresenta é restritiva valorizando unicamente a sua presença simbólica e o seu valor contemplativo. Defende a conservação e a manutenção dos monumentos, quer edifícios isolados quer conjuntos urbanos, ainda que, condicionada pela existência de um interesse geral, uma vez que considera no artigo 66º que “nem tudo o que é passado tem por definição direito à perenidade”<sup>8</sup>.

A renovação higienista generaliza-se como a prática dominante na intervenção sobre a cidade. Contudo, entre 1928 e 1934, surge em Amesterdão uma experiência inovadora que prevê a preservação do núcleo histórico após um rigoroso estudo de levantamento do

---

<sup>7</sup> GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio, *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas*, Manuales Arte Cátedra, Madrid, 1999, p. 361.

<sup>8</sup> Carta de Atenas art. 66, CURY, Isabelle, *Cartas Patrimoniais*, Edições do Patrimônio, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2000, p.52.

edificado e das necessárias remodelações urbanas, da responsabilidade do Professor Lohuizen, do Department for the Presevation and Restoration of Monuments and Sites.

Em 1939, surge o primeiro Plano de Salvaguarda destinado ao bairro parisiense de Le Marais. Assente num levantamento da situação existente, procura a recuperação do edificado e a revitalização social, constituindo uma experiência de base para a lei sobre salvaguarda que vem a surgir em 1962, com André Malraux.

### **Reconstrução pós-guerra**

As destruições massivas da 2<sup>o</sup> Guerra Mundial, numa época em que as primeiras legislações nacionais começavam a delinear a protecção patrimonial vão, ainda que de forma extremamente violenta e dolorosa alargar a discussão de um nível exclusivamente técnico e erudito à população em geral.

A maioria das reconstruções adoptam as pautas racionalistas do Movimento Moderno configurando os novos bairros de expansão na periferia urbana, com técnicas industriais de rápida construção. Por toda a Europa, assiste-se essencialmente à construção de grandes blocos de construção moderna. Serão os países das zonas mais desfavorecidas económica e culturalmente a apresentar os poucos exemplos de conservação dos seus núcleos históricos, como a conhecida reconstrução de Varsóvia. Após a destruição provocada pelos alemães com o claro objectivo de destruir a cidade e apagar a sua memória, a reconstrução é, como não podia deixar de ser, o símbolo do triunfo perante os alemães e a reconstrução parece não levantar dúvidas. Havia que reconstruí-la exactamente como fora, como se se tratasse de reconstruir a memória colectiva e os marcos da cultura. Com testemunhos, alguns documentos e as medições precisas do que restava, reconstruiu-se, até ao mínimo detalhe as ruas, as praças, as fachadas, os monumentos. No entanto, a estrutura do tecido edificado foi alterada dando lugar a novos edifícios com melhores condições de habitabilidade. Não é portanto, uma reconstrução científica, não se baseia só em critérios analíticos, mas assume como principal referência a imagem da cidade e a consciência que dela tem toda a população. O trabalho de investigação filologicamente minucioso aqui não serve para a “restituição” exacta da cidade, mas é mais um instrumento de reinvenção simbólica e de construção da cidade.

A primeira noção de conjunto urbano como bem cultural, com interesse artístico, histórico ou arqueológico surge, pela Convenção de Haia, em 1954, permitindo fixar desde então a nível internacional a noção de património cultural urbano.

A décima edição dos CIAM, celebrada em Dubrovnik, em 1956, marca claramente o início do final da trajetória dos postulados do Movimento Moderno e introduz uma procura de integração dos elementos preexistentes na estrutura urbana e volta os problemas da cidade para a cidade existente. Aldo Rossi, com *L'architettura della città* (1966) defende a necessidade de uma leitura histórica da cidade e dos seus elementos, retomando os estudos de Marcel Pöete (1866-1950) para quem a importância da cidade está na história e na sua análise, que permite a identificação dos elementos que permanecem e que determinam o carácter da cidade. Não se trata de negar a importância das transformações ocorridas na cidade, mas antes de assinalar como estas variações se conseguem medir precisamente pelos elementos que se conservam e que definem o novo conceito de permanência. Para, Aldo Rossi, as permanências são “um passado que ainda experimentamos”<sup>9</sup>, tornando o estudo sistemático do processo histórico de formação urbana fundamental para o entendimento da cidade herdada na sua especificidade.

São ainda de destacar os contributos da cultura italiana na década de 50, em torno dos debates sobre protecção e salvaguarda do *centro histórico*. Gerados em parte pela introdução de projectos modernos<sup>10</sup> no núcleo antigo de Veneza, em aberta confrontação com as preexistências. Cesare Brandi contesta estas intervenções e defende soluções mais *neutras*, o chamado *moderno ambientado* que retoma materiais, cores e formas das preexistências e que fora usado na reconstrução de zonas destruídas como na envolvente da Ponte Vecchio em Florença, uma reconstrução que admite algumas “correções urbanas”.

Inicia-se, nesta época, um pouco por toda a Europa, um movimento pelas arquitecturas nacionalistas, numa reacção de desconstrução da visão modernista institucionalizada de um

---

<sup>9</sup> ROSSI, Aldo, *A Arquitectura da Cidade*, Edições Cosmos, Lisboa, 2001, p. 75.

<sup>10</sup> Projectos como a Palazzina Masieri de Frank Lloyd Wright (1953), a Casa Taddei de Carlo Scarpa (1957) ou o Hospital Veneziano projectado por Le Corbusier (1964).

modelo arquitectónico único e independente do lugar, e actualiza-se o interesse pela arquitectura popular e pelas técnicas tradicionais.

Em 1960 é promovido por alguns Municípios Italianos um Congresso em Gubbio, donde resulta um importante documento, a Carta de Gubbio que constitui a primeira declaração de princípios para a salvaguarda e saneamento dos *centros históricos* e a criação da Associazione Nazionale per i Centri Storico-Artistic (ANCSA), que tem um papel activo nas décadas seguintes. Neste congresso defende-se o alargamento da noção de monumento e da protecção a toda a cidade histórica e começa a ser delineado um projecto de lei, apresentado em 1962 no segundo congresso da associação, onde é explicitada uma nova metodologia de intervenção denominada *risanamento conservativo* baseado numa *valorização de carácter histórico* através de um *Plano Especial*. Este plano compreendia operações de consolidação das estruturas essenciais dos edifícios, eliminação de acrescentos recentes de carácter utilitário, recomposição de unidades imobiliárias para obter habitações funcionais ou outros destinos compatíveis, restituição dos espaços livres de jardim e era ainda defendida a manutenção da estrutura socioeconómica por forma a não possibilitar a introdução de novas actividades que modificariam o espaço e fomentariam a especulação imobiliária.

A contribuição italiana torna-se ainda fundamental no desenvolvimento da legislação de protecção e classificação em especial a nível urbanístico. A chamada Comisión Franceschini (1964-1967) procura classificar com clareza o *centro histórico*, entendido como “as estruturas de assentamento urbano que constituem unidades culturais ou a parte original e autêntica de assentamentos que testemunham o carácter da cultura urbana viva”<sup>11</sup> e enquadra-o entre os bens culturais, sem, no entanto, deixar de aludir à importância da sua estrutura socioeconómica. Explicita ainda a necessidade de estabelecer uma relação precisa entre a planificação urbanística e a salvaguarda dos valores contidos nos núcleos históricos, legando à legislação urbanística o desenvolvimento dos instrumentos necessários.

Nesta altura, inicia-se por toda a Europa a reconversão dos instrumentos normativos existentes em cada país. Em Inglaterra desenvolvem-se leis para regulamentar as

---

<sup>11</sup> GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio, Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas, Manuales Arte Cátedra, Madrid, 1999, p. 58.

intervenções nas *conservation areas*, existentes desde a década de 50 mas que só têm os primeiros resultados em 1966 com a criação do primeiro estudo-piloto de protecção da cidade de Bath. Em França, André Malraux faz aprovar a lei com o seu nome sobre os *Secteurs Sauvegardés* mas ainda com uma visão essencialmente museológica, como é o exemplo das intervenções em Avinhão.

### **Carta de Veneza - CONSERVAÇÃO**

Em 1964, decorre o 2º Congresso Internacional de Arquitectura e Técnicos dos Monumentos Históricos que é responsável pela “Carta Internacional de Restauro” ou mais conhecida como Carta de Veneza. Este documento é ainda hoje um documento de referência fundamental quanto aos critérios de conservação e restauro. Introduzindo uma definição mais alargada de monumento que “compreende a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico”.<sup>12</sup>

É ainda, criado o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) como assessor da UNESCO nas matérias de conservação e protecção dos Monumentos e Sítios Históricos. Tem por objectivo promover debates e intercâmbios de especialistas e difundir os seus múltiplos princípios, técnicas e políticas de conservação, sendo ainda responsável pelas múltiplas cartas e declarações internacionais que definem a doutrina universalmente adoptada na conservação de bens culturais.

A década de 70 marca uma importante transição para o entendimento do património construído e da sua conservação e preservação face ao factor social, aprofundando-se a importância de articular a reabilitação do quadro físico das áreas históricas degradadas também com a necessária recuperação socio-económica.

Será novamente em Itália que decorre a “revisão crítica do problema do centro histórico”<sup>13</sup>. Em 1971, realiza-se em Bergamo o VI Congresso Nacional da ANCSA onde o centro histórico é,

<sup>12</sup> Carta Veneza atr. 1, CURY, Isabelle, *Cartas Patrimoniais*, Edições do Património, Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2000, p. 92.

<sup>13</sup> Em 1970 a ANCSA promove um seminário assim intitulado e que originará o Congresso de Bergamo no ano seguinte.

pela primeira vez, classificado não só como Bem Cultural mas também como Bem Económico, considerando-se fundamental valorizar mais os factores funcionais em detrimento dos valores puramente físicos e estéticos. Este ponto de vista exclui a visão de centro histórico como *zona-morta* e coloca-o, pela conservação, dentro do contexto urbano e territorial. Surge, então, uma *nova cultura urbana* alterando os modos de intervenção sobre a cidade que se faziam essencialmente pela expansão urbana para a periferia, optando-se agora pela reutilização do património urbano combatendo a sua degradação e marginalização.

### **Bolonha e a Conservação Integrada**

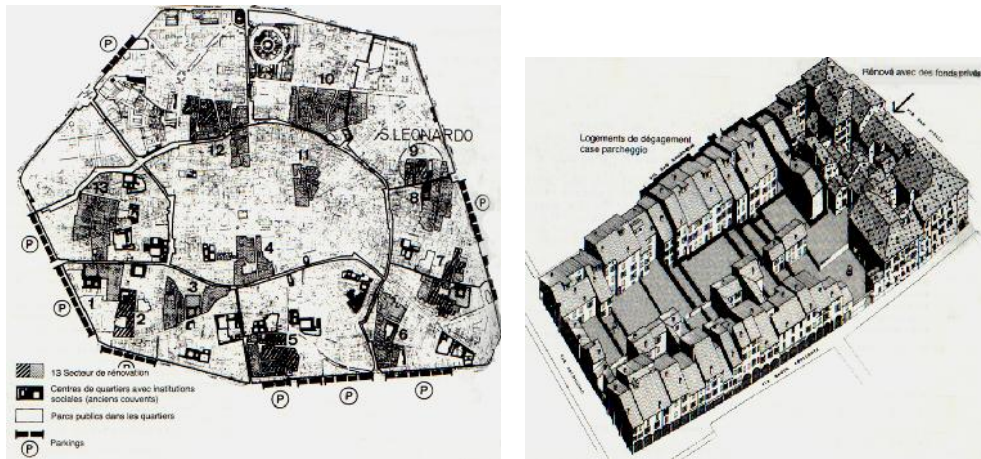
A experiência de Bolonha, da responsabilidade dos arquitectos Giuseppe Campos Venuti e Pier Luigi Cervellati, fruto das várias experiências e debates italianos torna-se fundamental pela repercussão que obtém a nível internacional. Considerada como “uma das experiências mais importantes da Europa, não só pelos valores culturais e urbanístico-arquitectónicos e pela nova metodologia de análise e planificação urbana, enraizada no *método tipológico*, mas também pelo carácter integral do projecto que, sintetiza numa visão unitária, todos os aspectos que temos visto que concorrem na questão dos centros históricos, isto é, implicações culturais, sociais, económicas e políticas”<sup>14</sup>. Assente na convicção fundamental que “não existe conservação fora da conservação social”<sup>15</sup>, a chamada *conservação integrada*, propõe a conservação física e social da totalidade do núcleo urbano antigo, considerado como um organismo urbanístico unitário, para além de prever operações de adequação às novas exigências, com funções consideradas compatíveis com a estrutura antiga. Procurando inscrever o núcleo no resto do tecido da cidade, os novos instrumentos de reabilitação estendem o seu raio de acção até à periferia.

Aplicam-se critérios de *risanamento conservativo* apoiados no *método tipológico*<sup>16</sup>, como instrumento de análise cognitiva, e entendendo a interpretação tipológica como a primeira

<sup>14</sup> GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio, Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas, Manuales Arte Cátedra, Madrid, 1999, p. 381.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 384.

<sup>16</sup> Este método tipológico, deriva dos estudos de Saverio Muratori (1910-1973) que publica em 1953 as suas investigações sobre o tecido histórico de Veneza e marca o início do método de análise tipológica. Nos anos 60 e 70 assiste-se a uma retoma dos seus estudos por nomes como Aldo Rossi, Giorgio Grassi e Carlo Aymonino e torna-se num



3 Plano para o *centro histórico* de Bolonha. Planta síntese e axionometria de quarteirão, 1974 (AAVV, *op cit*)

aproximação a um conjunto de regras que permite o conhecimento da cidade física. Este método torna-se um modo de *história operante*, capaz de restituir o que gerou os processos de transformação física e capaz de os fazer operar novamente para as intervenções de reabilitação.

A publicação em 1977 do livro de Pier Luigi Cervellati, Roberto Scannavini e Carlo De Angelis que relata esta intervenção, dá grande projecção internacional<sup>17</sup> à reabilitação e transforma a cultura existente na época, marcada pela oposição entre o modelo de conservação do núcleo histórico (como forma de optimização dos recursos existentes) e o modelo de expansão urbana planificada ou espontânea. Infunde ainda, uma visão global da reabilitação, já não exclusiva do núcleo histórico mas também extensível à organização da periferia.

Realizam-se ainda, várias reuniões e congressos internacionais que vêm institucionalizar a salvaguarda e a conservação, e que são responsáveis pelos documentos que explicam as políticas de actuação dos últimos anos. Em 1972, a Convenção da UNESCO reúne em Paris para discutir a "Protecção do Património Mundial Cultural e Natural" criando medidas administrativas, jurídicas e financeiras para assegurar a preservação do património. A partir desse ano a UNESCO inicia a classificação de edifícios e conjuntos como Património Mundial, legando assim a responsabilidade da sua conservação a toda a Humanidade.

### Carta Europeia do Património - REABILITAÇÃO

O chamado Ano Europeu do Património decorre em 1975 e dá origem à Carta Europeia do Património Arquitectónico, onde são postos em relevo os valores fundamentais do património: espiritual, cultural, económico e social e se afirma o papel determinante para o equilíbrio e desenvolvimento da sociedade, assim como o seu carácter educativo. No mesmo ano surge a

importante instrumento de análise que procura definir um sistema de regras para o conhecimento da cidade física com o objectivo de conservar e restituir os nexos fundamentais que têm unido no tempo os processos de transformação social e económica com os processos de transformação física e ambiental tanto da cidade como do território.

<sup>17</sup> Em Portugal terá influências, em especial no Porto, no Barredo, pelo Comissariado para a Renovação Urbana da Área Histórica (CRUAB) e no SAAL que introduz no nosso país a problemática da inserção de obras contemporâneas numa estrutura antiga, afastando-se da questão do culto dedicado ao património e da ideia de cidade antiga, estática e sem sentido social.

Carta de Amesterdão que enuncia pela primeira vez os princípios da *conservação integrada* que vinha a ser aplicada desde a experiência de Bolonha. De forma resumida, deixa claro que a reabilitação física e funcional dos núcleos históricos só se torna eficaz através de uma acção integrada que tenha em conta os aspectos socio-económicos vinculados com os problemas dos núcleos históricos, defendendo ainda a participação dos cidadãos como parte integrante do processo, através de acções educativas e de sensibilização.

No ano seguinte será publicada a chamada Declaração de Nairobi que reforça, agora a nível internacional, os princípios da Carta Europeia e introduz ainda o problema da globalização e da urbanização massiva e o risco que isto comporta para o aniquilar dos conjuntos históricos conforme expressa no seu artigo 6º: “numa época em que a crescente universalidade das técnicas construtivas e das formas arquitectónicas apresentam o risco de provocar uma uniformização dos assentamentos humanos no mundo inteiro, a preservação dos conjuntos históricos tradicionais pode contribuir para a manutenção e o desenvolvimento dos valores culturais, sociais peculiares de cada nação, e para o enriquecimento arquitectónico do património cultural mundial”<sup>18</sup>.

A crítica à cidade pós-industrial desenvolvida a partir dos anos 60 estabiliza na década de 80, que aparece marcada pela oposição ao internacionalismo e pela procura de uma contextualização das intervenções. A reabilitação urbana afirma-se como a alternativa a elevar a qualidade de vida pela optimização dos recursos.

Em 1981 decorre a Campanha Europeia de Renascimento das Cidades que desenvolve uma visão humanista da envolvente urbana para servir os habitantes. Baseada na lei francesa de Malraux de 1962, propõe sectores salvaguardados e os chamados planos de salvaguarda.

Em 1987, a Carta de Toledo/Washington – Carta Internacional para a Conservação das Cidades Históricas – define que a salvaguarda deve fazer parte da política corrente de desenvolvimento económico e social e, deve ser considerada nos planos de ordenamento e de urbanismo. E define as cidades como centro de identidade da comunidade<sup>19</sup>, impondo como fundamental, a participação e o envolvimento dos cidadãos.

---

<sup>18</sup> Declaração de Nairobi art. 6, CURY, Isabelle, *Cartas Patrimoniais*, Edições do Património, Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2000, p.221.

<sup>19</sup> Carta Internacional para a Conservação das Cidades Históricas, Preâmbulo, CURY, Isabelle, *Cartas Patrimoniais*, Edições do Património, Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2000, p. 281.



### Roma e a Reabilitação Estratégica

É ainda importante referir a experiência da reabilitação de Roma nos anos 80 e 90 como o primeiro exemplo de *reabilitação estratégica*. Seguindo o método da *Reabilitação Integrada*, inicia a análise tipológica e histórica do tecido urbano, contudo a complexidade do tecido é tal que se torna inviável regular as intervenções com base numa pretensa tipologia original. Opta-se, então, por assumir a análise tipológica, como um método analítico em conjunto com o estudo da evolução histórica da arquitectura, com a identificação dos usos dos espaços, com a classificação das permanências e das transformações e, ainda, com a avaliação do estado de conservação dos edifícios. Cria-se assim, a chamada *reabilitação estratégica* que pretende a valorização dos elementos existentes aceitando as transformações históricas e as sobreposições, sem propor a reposição de uma suposta tipologia original. De referir o papel de Carlo Aymonino nas investigações que promove e na elaboração, em 1989, do “Manuale del Recupero del Comune di Roma” a cargo de Paolo Marconi, Francesco Giovanetti e Elisabette Palottino, que constitui um repertório de elementos arquitectónicos e estruturas que permitem a conservação e manutenção das tipologias definidas pela investigação histórica. Ao conceber o núcleo histórico não como uma entidade homogénea, mas antes como sistema articulado e estruturado por zonas históricas, tipológicas e morfológicas diferentes, apresenta uma nova concepção de reabilitação com diferentes instrumentos de intervenção para cada zona.

Na última década do século XX, assistiu-se a uma progressiva internacionalização do problema da conservação das cidades históricas e ao aumento do papel normativo da UNESCO ao condicionar as decisões nacionais de salvaguarda e reabilitação. De destacar as múltiplas reuniões e seminários de intercâmbio entre cidades Património da Humanidade, da responsabilidade da nova Organização das Cidades Património Mundial, fundada em Fez em 1993, com o objectivo de difundir e unificar critérios e definições estratégicas internacionais.

Apesar da internacionalização dos debates há que destacar que, actualmente, as discussões sobre conservação e reabilitação se encontram descentradas dos casos europeus, onde se assiste a uma paragem dos processos de expansão com a população a decrescer ou a

estabilizar, para os países em vias de desenvolvimento, que assistem agora ao início do aparecimento do modelo de cidade pós-industrial e que tentam evitar a degradação e o abandono das áreas históricas, ao fomentar a recuperação da sua identidade urbana, não só histórica mas também social e cultural.

De modo geral difundiu-se o conceito de conservação dos conjuntos históricos pela tutela e salvaguarda das raízes da vida social, económica e cultural face a uma concepção “musealística” da conservação que só mantinha a estrutura física.

As actuais políticas de recuperação da cidade obrigam a uma nova postura de reabilitação social e urbana, que assume definitivamente o património como memória urbana, e como parte integrante da memória civilizacional.

A cidade histórica é também entendida, como o ponto de partida para a recuperação da cidade consolidada, composta pela totalidade do núcleo antigo e da envolvente, fruto da expansão do último século. Importa referir que as operações de reabilitação, já não se limitam a um património reduzido mas envolvem zonas relativamente recentes, onde a degradação e a má conservação fizeram baixar os níveis de qualidade de vida.

## 2.2 | A CIDADE COMO PATRIMÓNIO. CLARIFICAÇÃO DE CONCEITOS

Na essência de cada operação de salvaguarda e protecção está uma tentativa de clarificação de conceitos sobre o que é património e sobre quais os critérios de intervenção. Torna-se fundamental fugir às questões de mero gosto pessoal e de subjectividade, procurando criar uma ordem de valores objectiva. Tendo sempre presente que “o Património é, tal como a Arte fruto de uma convenção”<sup>20</sup> é importante clarificar a extensão dos conceitos que estão por detrás de uma classificação como património, pois só assim será possível avaliar hoje aquilo que protegemos e classificamos do passado.

A análise precisa dos valores<sup>21</sup> em causa, a comparação e a eventual oposição relativa dos diferentes valores da cidade, é que permite a delineação dos objectivos, metodologias e meios para assegurar a sua salvaguarda. É o processo avaliativo destes valores que permite, em última instância, definir a identidade do espaço edificado no contexto da contemporaneidade.

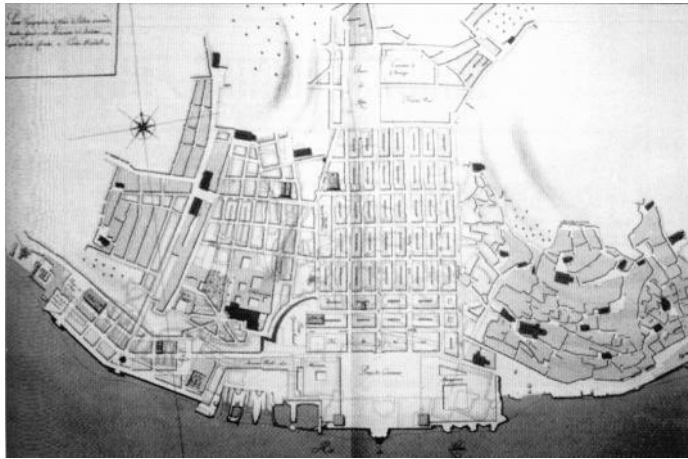
### Cidade como Documento (Valor Histórico)

Em 1987 a Carta de Washington, *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*, vem estabelecer que “todas as cidades do mundo são a expressão material da diversidade das sociedades através da história sendo por este facto históricas”<sup>22</sup>. A sua classificação como *conjunto histórico* depende da sua singularidade ou do seu excepcional valor representativo da ocupação do território pelo homem. Por ser um valor comum a todas as entidades urbanas, tem sido considerado como o único critério de classificação.

<sup>20</sup> LENIAUD, Jean-Michel, *L'Utopie Française – Essai sur le Patrimoine*, Edition Mengès, Paris, 1992.

<sup>21</sup> A obra de Aloïs Riegl no início do século XX procura pela primeira vez interpretar a conservação dos monumentos de acordo com uma teoria de valores. Estrutura uma análise com base em duas categorias principais associadas aos valores memoriais (ligados ao passado e à memória) e os valores de contemporaneidade (referentes ao momento presente). Destaca-se do seu trabalho a lógica e o aprofundamento com que são apresentadas as noções de monumento, de monumento intencional, de monumento involuntário, de antigo, de histórico, de artístico absoluto, de artístico relativo, de valor artístico enquanto memória, de valor de uso do monumento e de valor de novidade.

<sup>22</sup> Carta Internacional Para A Conservação Das Cidades Históricas, Preâmbulo, CURY, Isabelle, *Cartas Patrimoniais*, Edições do Património, Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2000, p. 281.



4. Plano de Eugénio dos Santos para a Baixa de Lisboa, 1758. (Museu da Cidade)

O carácter documental da cidade como objecto histórico advém da possibilidade de ser um testemunho material da actividade Humana num determinado contexto geocultural ao longo de várias épocas. No entanto, todo o conjunto histórico, pela sua própria natureza urbana, possui um valor dinâmico que permite que hoje seja testemunho, não só de uma época, mas das várias épocas que o formam.

#### Cidade como Monumento (Valor Artístico e Estético)

A cidade não é só feita de edifícios de referência, mas são as construções anónimas e, na maior parte das vezes repetitivas do tecido urbano e a forma como cada uma delas se relaciona com a envolvente, que lhe confere os valores estéticos e artísticos.

Argan define a cidade como monumento enquanto “obra de arte destinada a transmitir os seus valores Histórico-ideológicos”<sup>23</sup>, ou seja, o seu carácter monumental deriva da capacidade para representar os valores que o configuram e a sua identidade própria. Relaciona-se com a acumulação de valores simbólicos que permitem estabelecer determinadas referências visuais e a apreensão do espaço como objecto estético e artístico.

No entanto, em determinados núcleos e cidades os valores artísticos são produto da sua génese. Trata-se de cidades ou partes de cidade projectadas como uma obra completa de arquitectura e urbanismo com referências e valores estéticos.

Por exemplo, a Baixa Pombalina (fruto de um desígnio e de um projecto completo de espaço urbano e arquitectónico), apresenta-se como a materialização do Iluminismo e como marca do poder na cidade e no território, e neste sentido, possibilita tal como a legislação que lhe deu origem, o estudo aprofundado da época, e assume o seu valor de documento retratando o modelo urbanístico, o sistema técnico-constructivo e a linguagem arquitectónica. Mas, acima de tudo, corresponde a um acto de vontade criativo, a cidade “sem deixar de ser *testemunho-documento*, torna-se prioritariamente um *monumento*, na medida em que se apresenta como uma estrutura construída com o valor próprio inerente à sua natureza de objecto

<sup>23</sup> ARGAN, Giulio Carlo, *El concepto de Espacio Arquitectónico desde el Barroco a nuestros Días*, Buenos Aires, 1980, p. 56.

arquitectónico e urbanístico”<sup>24</sup>. A possibilidade do entendimento de uma cidade como obra de arte, como fruto de um acto de criação introduz, para além do valor histórico, o valor artístico. Todavia, cada monumento é também um “documento histórico, na medida em que representa um determinado estado na evolução do conhecimento e das artes”<sup>25</sup>, não sendo possível encontrar um equivalente.

#### **Cidade como Identidade e Memória (Valor Cognitivo)**

Já em 1964, a Carta de Veneza, define monumento histórico como “a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio urbano, ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico”<sup>26</sup> e ao introduzir a identidade da civilização introduz a sua componente memorial e conseqüentemente a social. Passa de uma visão estática de *cidade-museu* para uma visão dinâmica, entendida como contexto das acções humanas, eleita por uma sociedade por representar valores que lhe conferem uma identidade própria, aquilo a que Norberg-Schulz chamou de *Genius Loci*.

A introdução do valor da identidade colectiva leva Pierre Nora a concluir que “as coisas relacionadas com o passado mudaram brutalmente. O património atinge o limiar. Não é uma extensão dos objectos mas uma alteração do seu estatuto. Passámos de um património material para um património imaterial, de um património com carácter histórico a um património com carácter de memória, do tipo nacional para um património de tipo social. O património não é mais o inventário de obras de arte totémicas de grande valor nacional mas deriva de um bem colectivo de um grupo particular que decifra na recuperação uma parte essencial e constitutiva da sua identidade.”<sup>27</sup>

<sup>24</sup> CALADO, Maria, “Os Estudos Históricos no Contexto da Reabilitação Urbana” in *Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 14/15, 1991, p.12.

<sup>25</sup> RIEGL, Alois, *El culto moderno a los monumentos*, La Balsa de la Medusa, Madrid, 1987, pag.25.

<sup>26</sup> Carta Veneza atr. 1, CURY, Isabelle, *Cartas Patrimoniais*, Edições do Património, Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2000, p. 92.

<sup>27</sup> NORA, Pierre, “On ne peut pas faire de la France le musée de la France” in TSIOMIS, Yamis, *Ville-Cité- Des Patrimoines Européens*, Picard Éditeur, Paris, 1998, p. 146.

O espaço urbano começa a definir-se como condição da memória, “assumindo a relação entre a forma da cidade e os mitos como variável subjacente aos modos de transformação. Assim, nos períodos consideráveis de mudanças sociais a forma da cidade surge como geradora de permanências. Nos tempos de grande destruição material os mitos instalam-se como preservação da continuidade”<sup>28</sup>

O usuário comum acima de tudo estabelece com a cidade uma relação afectiva, em especial com as zonas mais antigas e os seus monumentos, acredita no simbolismo da sua antiguidade e da sua estabilidade. O núcleo histórico para lá da possível centralidade geográfica é o centro de identidade da comunidade. Apesar de ser uma pequena parte da totalidade do tecido construído congrega, ainda hoje, o espírito da comunidade, constituindo-se como o depositário da memória colectiva.

Esta identificação não impede os processos de transformação mas exprime a necessidade de garantir uma imagem reconhecível da cidade. Para lá do núcleo germinal, esta identidade estende-se e caracteriza todas as partes da cidade, a “mole urbana pré-existente se afirma determinadamente (para o bem e para o mal) na estruturação do crescimento urbano (...), o urbanismo como um todo integrado nos vários *layers* históricos ou do espaço transformado, é um dado tão importante para o planeamento e o desenho de *ensanches* urbanos quanto o programa ou a topografia”<sup>29</sup>.

A identidade prende-se com o factor formal, com a capacidade perceptiva de uma realidade, transmitida pelos elementos físicos que definem a especificidade do espaço urbano e da arquitectura do núcleo histórico. E pode ser lida na materialização dos distintos momentos do processo de transformação urbana sedimentados, e com os quais a comunidade local se reconhece.

---

<sup>28</sup> OLIVEIRA, Margarida M.G.L. do Nascimento e, *Memória da Cidade Destruída- problemática da Intervenção Contemporânea*, Dissertação para Mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1994, p. 42.

<sup>29</sup> ROSSA, Walter, “História do Urbanismo e Identidade. A arte Inconsciente da Comunidade” in *A Urbe e o Traço. Uma Década de estudos Sobre o Urbanismo Português*, Livraria Almedina, Coimbra, 2002, p.19.

### Cidade como Bem Económico (Valor de Uso)

A introdução da componente social face à *cidade-museu*, estática e sem sentido social, introduz também a importância do valor de uso, entendendo o núcleo histórico como parte integrante da cidade contemporânea. Assiste-se à tomada de consciência pelos órgãos de administração local da importância do “stock” construído (para além do eventual valor histórico-monumental) e portanto a necessidade de contar com a sua plena utilização na programação das necessidades habitacionais, procurando valorizar o parque imobiliário existente e eliminando o “desperdício imobiliário”.

Por outro lado, só a manutenção da actividade no núcleo histórico consegue manter vivo e identificável o seu património e não se pode limitar a operações de simples conservação, é necessária a substituição das funções originais por outras de maior rentabilidade económica e maior atractivamente, mas é também fundamental garantir uma refuncionalização de acordo com as características espaciais dos edifícios e do espaço urbano.

O núcleo histórico, classificado como património, tem de ser entendido como uma realidade urbanística gerada, à semelhança da restante cidade, por processos de transformação e expansão urbana, composta por uma estratificação de épocas diversas e marcada por uma grande riqueza funcional.

A intervenção no núcleo antigo não pode ser isolada da planificação global do território circundante. É ilusório e contraproducente planear a “congelamento” de toda a área central de uma cidade, mesmo que sejam reduzidas as suas dimensões. Se por um lado este é um espaço cultural, é também parte da cidade e do território dotado de uma função e características específicas do ponto de vista urbanístico onde têm de actuar os mesmos instrumentos do resto do território. Esta visão contribui para enfatizar e valorizar o seu carácter económico e valor de uso mas, também, para o enriquecimento de uma visão estritamente cultural ou “contemplativa” do problema do núcleo histórico.





### 3 | A CIDADE PROJECTADA COMO UM TODO



5. Alçado do lado norte da Praça Real de Vila Real de Santo António, Reinaldo Manuel dos Santos, 1774 (AMOP)

### 3.1 | A CIDADE DESENHADA E A CIDADE DE FUNDAÇÃO

A designação aqui utilizada de *cidade desenhada* aplica-se, por uma questão de simplificação, à *cidade projectada como um todo* e refere-se a cidades criadas *ex nihilo*, fundadas conscientemente e em resposta a objectivos claramente formulados. Cidades que pressupõem a criação segundo um acto de vontade<sup>1</sup>, exigindo uma autoridade e um controlo capaz de assegurar o lugar, comandar a construção e garantir a sua ocupação e o cumprimento dos objectivos a que se destina.

Respondem a uma função específica e seguem um plano delineado que não se limita ao desenho do traçado mas estende-se à arquitectura de programa de todo o edificado e a toda a organização funcional e social da cidade. Pensadas como encerradas, podem não apresentar limites amuralhados mas o plano não pressupõe a sua extensão para lá do desenhado.

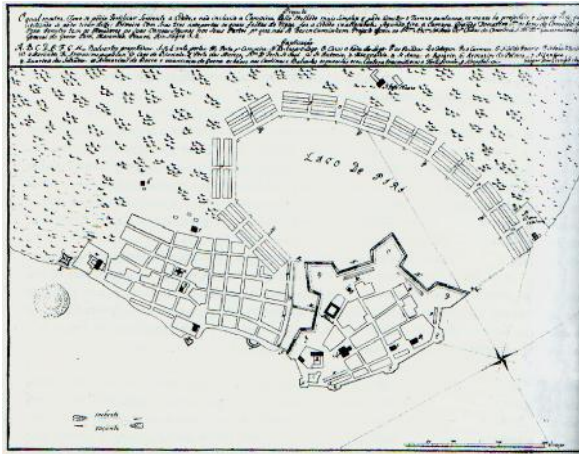
Assumem um importante papel na história do urbanismo, não só pelo rigor e pelas técnicas utilizadas, mas pelo facto de serem obras de arquitecto pensadas como um todo, mais como arquitectura do que como obras de urbanismo. Os planos destas cidades são entendidos “como projectos de arquitectura; a sua formação é independente, autónoma: trata-se de projectos determinados com uma história própria; esta história pertence à arquitectura.”<sup>2</sup>

Cabe aqui fazer um parêntesis para reforçar que o conceito aqui aplicado de *cidade desenhada* engloba mais do que a existência de um projecto. Muitas são as cidades que seguem um projecto mas, este não corresponde a um acto ou desígnio envolvendo a totalidade da cidade pelo que não cabe na definição esboçada de *cidade desenhada*, onde o urbanismo é o princípio ordenador de toda a cidade física e socialmente.

---

<sup>1</sup> O conceito de “cidade como acto de vontade” foi apresentado por Bacon para classificar a forma urbana com base numa sucessão de decisões interrelacionadas. Uma cidade projectada que segue um plano preestabelecido, é um “acto de vontade” por excelência. BACON, Edmund, *Design of cities. A superbly illustrated account of the development of urban form, from ancient Athens to modern Brasilia*, Thames and Hudson Ltd, Londres, 1995.

<sup>2</sup> ROSSI, Aldo, *A Arquitectura da Cidade*, Edições Cosmos, Lisboa, 2001, p. 187.



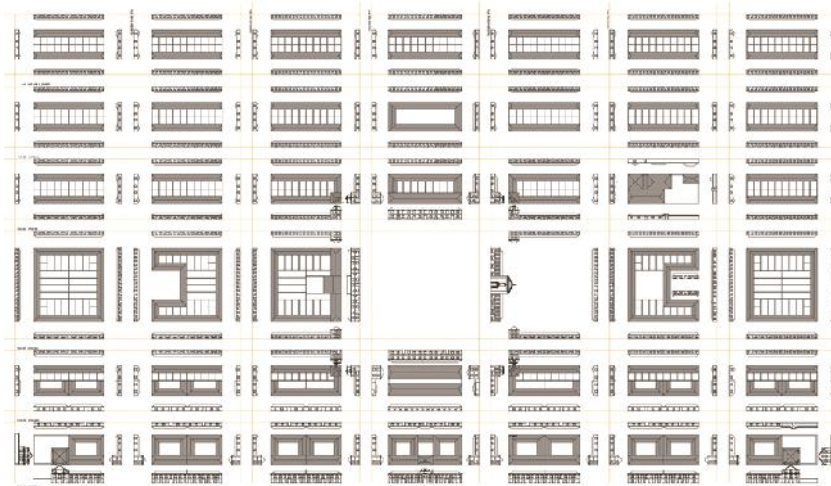
6. Planta da cidade Belém, Gaspar João Gronsfeld, 1773 (Mapoteca do Itamaraty)

A *Cidade Desenhada*, também não deve ser confundida com a *Cidade de Fundação*, planeada como obra de colonização. Trata-se de distinguir a cidade completamente projectada com uma arquitectura de programa e a cidade como núcleo estratégico de marcação do território. Estas últimas, das quais o melhor exemplo são as *cidades coloniais*, são planeadas, por vezes, com grande rigor geométrico, assentes em malhas ortogonais e definidas pelo quarteirão tipo como matriz urbana, muitas vezes até associadas a rígidas regras de proporção. Contudo, não são entendidas como obras acabadas, não possuíam uma arquitectura de programa e o sentido de obra completa organizada e “utopicamente” ideal. A falta de meios e a urgência da construção requeria o pragmatismo das medidas dos engenheiros militares e a standardização possibilitou o controlo da imagem e da morfologia. Apesar das diferenças entre a colonização Portuguesa<sup>3</sup> e Espanhola, ambas apresentam esta mesma noção de cidade planeada mas assente em princípios estruturadores capazes de assegurar o seu desenvolvimento. A arquitectura dos edifícios é apenas sugerida pela referência à cércea e em função da largura das ruas, enquanto a organização da cidade é limitada à localização dos edifícios mais representativos como a Igreja ou a Câmara. São cidades infra-estruturadas, com um plano capaz de assegurar a ocupação e o crescimento da cidade, mas sem a preocupação do controlo total do projecto. Não existe o desígnio da obra programada e controlada como se de um edifício se tratasse.

Enquanto as *cidades desenhadas* fazem ressurgir a ideia da cidade ideal pensada como monumento.

Daí que a transformação urbana que ambas apresentam hoje seja radicalmente diferente, mas acima de tudo tenha significados muito distintos. Enquanto, na *cidade de fundação* o crescimento e a alteração da organização funcional significa, tão só o desenvolvimento e a sedimentação dos vários anos de transformação, numa *cidade desenhada* estas alterações significam a perda da coerência original e a morte desse mesmo projecto que a tornou objecto de arte a salvar.

<sup>3</sup> ROSSA, Walter, *A Urbe e o Traço. Uma Década de estudos Sobre o Urbanismo Português*, Livraria Almedina, Coimbra, 2002, p. 417.



7. Plantas e alçados dos quarteirões de Vila Real de Santo António\_ Cidade-Objecto (PPSNP-VRSA)

O problema da transformação desta cidade torna-se irremediavelmente na charneira entre a sua sobrevivência enquanto entidade urbana e a perda do seu valor patrimonial, restando a este mesmo património já não o projecto original, mas aquilo que está por detrás de qualquer operação de salvaguarda ou seja as permanências, as formas que determinado período histórico conseguiu fazer perdurar enquanto invariantes e que assim passam a constituir a estrutura urbana.

### 3.2 A CIDADE DESENHADA ENQUANTO PATRIMÓNIO. DA CIDADE COMO DOCUMENTO À CIDADE COMO MONUMENTO.

A cuidadosa avaliação do peso relativo dos valores existentes numa cidade, assume uma enorme importância operacional para a definição dos critérios classificativos, aprofundando a noção do que se considera património, dentro de uma política de salvaguarda e, conseqüentemente, permitindo determinar qual a estratégia de salvaguarda, ou de intervenção mais adequada. A definição do tratamento operacional a que vão estar sujeitas, seja qual for o tipo de intervenção e os seus objectivos e métodos, dependem de forma directa da correcta avaliação dos valores patrimoniais em presença.

Como já foi referido, é o valor histórico que está, normalmente, por detrás da valorização de uma cidade enquanto património como documento histórico, objecto singular, único verdadeiramente irrepetível (apesar das técnicas e meios actuais). Cujas natureza única deriva em grande parte da evolução temporal, documentada na sedimentação das várias épocas. No entanto, a *cidade desenhada* adquire, acima de tudo um valor artístico e estético por ser fruto de um projecto unitário e total – é o seu desenho urbano projectado que lhe confere os principais traços de carácter plástico, espacial e pictórico. A sua unidade e organização total são as principais qualidades formais enquanto objecto artístico.

Para lá da acumulação de valores simbólicos que caracterizam todas as cidades enquanto objecto estético, a *cidade desenhada* é produto de um acto único de vontade de criação pelo que tem de ser entendida como um bem cultural por excelência<sup>4</sup>. É este acto de deliberação que a distingue de todas as outras cidades e a aproxima de um monumento.

<sup>4</sup> ARGAN, Giulio Carlo, *El concepto de Espacio Arquitectónico desde el Barroco a nuestro días*, Buenos Aires, 1980, p.56.

Mas, como todas as obras de arte, assume uma condição dual na caracterização como património, sendo uma obra de valor artístico, marcada pela sua unidade, não deixa também de ser uma obra histórica, devidamente datada e testemunho de uma determinada época. E esta dualidade assume maior relevância pela confrontação entre a necessidade de manter a unidade capaz de assegurar a experiência espacial original e a necessidade de manter as várias marcas do tempo.

O carácter fundacional define-as como monumentos, como produto de uma organização global resultante das interações dos seus elementos básicos, mas ao mesmo tempo como documento, como marca de um tempo histórico específico que desde a origem pretendem marcar, para além de se reportarem sempre à política e à ideologia que as antecede.

Contudo, geradas por uma deliberação, à semelhança de um monumento, são a vontade e o produto original que definem o seu valor primordial como património.

Se, como define Yamis Tsiomis, a "cidade não é (salvo raras excepções) reconhecida como monumento intencional, o seu valor patrimonial deriva de uma leitura subjectiva e colectiva do espaço urbano"<sup>5</sup> as *idades desenhadas* são estas raras excepções, produto de actos intencionais e por isso monumentos intencionais. Mais do que a função para a qual foram concebidas assumem-se como obras próximas da perfeição e dos ideais da época. Para além do utilitarismo pretendem ser obra de arte podendo ser consideradas também como monumentos intencionais, criadas como testemunho de uma sociedade capaz de gerar cidades ideais.

A caracterização destas cidades como obras de arte e como documentos históricos conduz-nos a uma noção museológica<sup>6</sup> da cidade, concebida como objecto raro, precioso para a arte e para a história. Mas, esta conservação museológica coloca-as no âmbito das obras dos museus, fora do círculo de vida e sujeitas a todas as intervenções de restauro e reconstituição urbana, pelo que só pode ser aplicável a cidades no campo da arqueologia porque a cidade é um tecido vivo que permite a síntese da figura da conservação e do restauro urbano.

---

<sup>5</sup> TSIOMIS, Yamis, *Ville-Cité- Des Patrimoines Européens*, Picard Éditeur, Paris, 1998.

<sup>6</sup> CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Edições 70 Lda, Lisboa, 2000, p. 171.

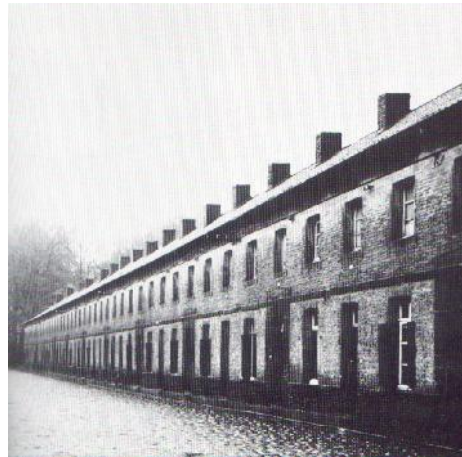
É o actual valor de uso que permite levantar a questão de como se consegue lidar com a dualidade do valor documental e do valor monumental numa reutilização contemporânea. A *cidade desenhada* como documento histórico (e à semelhança do que acontece em todas as outras cidade) é testemunho da actividade humana e das várias transformações e acomodações que a vivência urbana implica, ainda que isto se traduza na desconstrução da unidade do valor monumental inicialmente projectado. No entanto, é a fruição estética que permite a apreensão humana da cidade e do espaço, e esta apreensão não se limita à unidade perdida pelas sucessivas adaptações, mas estende-se a determinados elementos referenciais e simbólicos (tanto originais como posteriores). À actual valorização e utilização cabe reconhecer o valor absoluto e relativo das duas leituras e ser coerente com a natureza dual da *cidade desenhada*.

### 3.3 Transformações Urbanas. Utopia, Função e Imagem

Próximas dos ideais de uma utopia estas *idades desenhadas* depois de construídas enfrentam as dificuldades da sua impossibilidade, porque afinal uma utopia, por definição, não se concretiza.

A adaptabilidade é algo forçoso em qualquer cidade, é a evolução não possível de controlar, mas nestas cidades, pensadas como obras acabadas, a transformação urbana imposta pelo decorrer do tempo surge, não só como uma sobreposição de épocas e um enriquecimento de testemunhos, mas também tende a apagar os valores iniciais do conjunto e a memória dos factos que as fizeram nascer.

As *idades desenhadas* são criadas com o objectivo específico de responder a uma função (militar, comercial, industrial, piscatória) e de revelar o poder de alguém, impondo uma imagem panfletária e simbólica da nova perfeição urbana. Mas após as inevitáveis evoluções e alterações históricas, políticas e sócio-económicas a função primordial que deu origem à cidade já não faz sentido conduzindo, inevitavelmente, à sua substituição por outras mais actualizadas e rentáveis, sob pena de não conseguir assegurar a sua existência.



8. Grand-Hornu após a reconstrução, 1978 | 9. Rue Sainte-Louise, Grand-Hornu, 1955 (WATELET, Hubert, Le Grand-Hornu. Joyau de la Revolution Industrielle et du Borinage, Lebeer-Hosmann, Bruxelles, 1989)

A especialização funcional torna-se, assim, numa fragilidade para a *cidade desenhada*, uma vez que não tolerando mutações formais se pode facilmente tornar obsoleta e desnecessária.

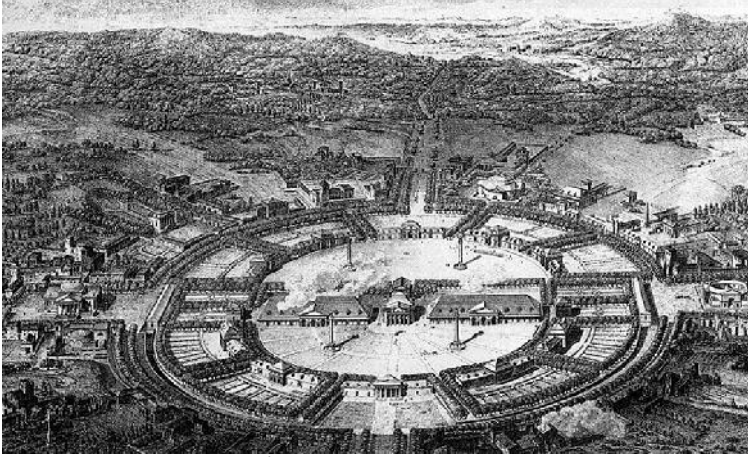
As actuais cidades mortas da era industrial, são exemplos de cidades que, tal como as *cidades desenhadas*, apresentavam uma actividade específica mas que não conseguiram manter, acabando por perder os seus habitantes, pertencendo hoje ao património arqueológico e museológico. Como é o caso da cidade industrial de Grand-Hornu<sup>7</sup>, desenhada por Bruno Renard em 1819, que foi sofrendo várias adaptações numa tentativa de assegurar a produtividade. Contudo, a exploração foi fechada em 1953 tornando-se numa cidade morta. Em 1971 começaram a surgir as primeiras vozes a favor do complexo industrial, como testemunho de arqueologia industrial a preservar e, em 1972, por iniciativa de Henri Guchez, a cidade foi adquirida e iniciou-se o restauro e a revitalização. Actualmente é um espaço vocacionado para acontecimentos culturais, desde exposições a concertos. Quanto aos edifícios para a habitação, parte foram mantidos como habitação, os restantes adaptados a outros usos: existindo um atelier de arquitectura e um outro de arte. As habitações sofreram algumas alterações para se adequarem às exigências actuais de conforto, mas acima de tudo conseguiu-se assegurar a sobrevivência e o testemunho da cidade.

La Saline Royale d'Arc et Senans, mais conhecida como Salinas de Chaux, foram projectadas como uma *cidade desenhada*, por Claude Nicolas Ledoux, mas não chegaram a ser concluídas ficando pela metade e, embora tenham entrado em funcionamento, nunca conseguiram adquirir valores urbanos capazes de transformar o complexo industrial em cidade industrial. Mais tarde foram também abandonadas e são hoje um complexo museológico testemunho da sua utopia.

As cidades mortas, sem vivência, tornam-se património estático como qualquer outra peça de museu. Já não contêm urbanidade, nem a possibilidade de apropriação, característica fundamental do património urbano, tornando-se património arqueológico.

<sup>7</sup> Criada por vontade de Henri De Gorge, é programada como obra acabada e auto-suficiente, para a exploração minéria do carvão no território da actual Bélgica.





10. Projecto La Saline Royale d'Arc et Senans, Claude Nicolas Ledoux, 1773 (EATON, Ruth, Ideal Cities. Utopianism and the (un)Built Environment, Thames and Hudson, Londres, 2002)

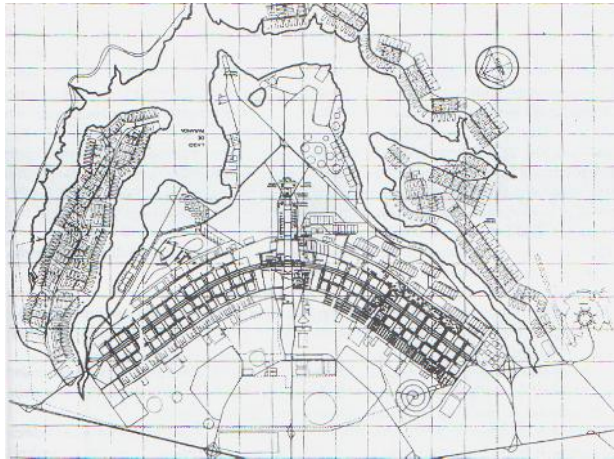
Só a manutenção da vivência urbana da *cidade desenhada*, pela introdução de novas funções, consegue assegurar o seu testemunho enquanto património urbano. Todavia, as novas funções têm de ser compatibilizadas com os espaços e capazes de garantir a leitura espacial e organizacional da cidade conforme foi inicialmente projectada.

Assim, além da sobrevivência social impõe-se ainda o problema da fragilidade da forma e da unidade da imagem destas cidades. O seu carácter acabado encontra-se dependente da sua forma finita, completamente programada que caberá às adaptações sucessivas da história respeitar ou adular.

A forma da *cidade desenhada* foi programada para lá do mero funcionalismo, tem a ver com as concepções estéticas, ideológicas, culturais e arquitectónicas da época em que foi criada. Mas hoje encontra-se indissociavelmente ligada aos comportamentos, à apropriação e à utilização do espaço pelos cidadãos, prende-se com a criação de um ambiente humanamente válido, criado e conquistado por toda a comunidade. E, como parte integrante da identidade da cidade, a imagem é uma das características mais determinantes e marcantes para a população, mas é também algo frágil na medida em que se torna facilmente mutável e mesmo "falsificável".

A vontade de manutenção de determinada forma e imagem tem conduzido ao *fachadismo*, que possibilita a substituição do interior dos edifícios por nova construção, com profundas mudanças tipológicas, volumétricas, estruturais e construtivas, preservando ou reconstruindo a fachada original. Trata-se de um processo de deturpação morfológica, que falsifica a forma original. A preservação da imagem e da identidade urbana exige uma reinvenção tipológica, para além da manutenção da fachada.

Mas a identidade urbana, não depende apenas dos aspectos estéticos da cidade, depende também do factor humano, do modo como interage com o espaço, como o apropria e como se comporta. A cidade é por definição uma obra colectiva na qual cada indivíduo mesmo que inconscientemente participa. Numa *cidade desenhada*, marcada por uma imagem rígida, cada intervenção posterior procura deixar a sua marca e o seu estilo, (quer por contraste, quer



11. Plano de Brasília, Lúcio Costa, 1957 (LAMAS, José M. Ressano Garcia, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000)

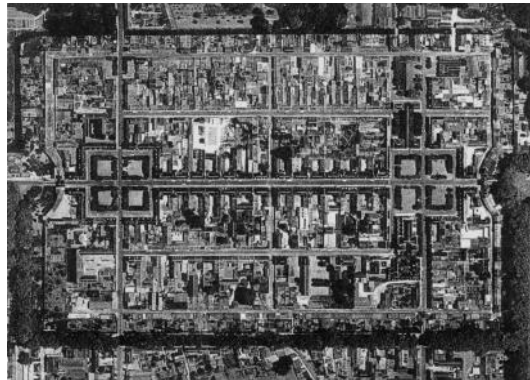
por continuidade com o existente) numa procura de afirmação da época e da ideologia do momento.

E é para evitar estas alterações que Brasília, 40 anos após a sua fundação, foi classificada como Património da Humanidade, numa tentativa de valorizar o plano original e evitar as transformações descontroladas capazes de a descaracterizar e lhe retirar o sentido total de obra desenhada.

A *cidade desenhada* tem de ser assumida como património para possibilitar o controlo e a apropriação da imagem e da forma pela comunidade que a habita. Contudo, não podemos recusar a necessidade de pertença e de reconhecimento por parte da comunidade local, assim como não podemos pretender apagar as sucessivas adaptações que esta mesma comunidade foi impondo. Temos de entender as transgressões formais e funcionais são parte do processo evolutivo que vale a pena estudar para poder controlar e corrigir.

Em última análise, o tempo é o permanente obreiro da arquitectura e da cidade, e a preservação e a salvaguarda da *cidade desenhada* resulta de um processo selectivo em permanente reacerto de limites e objectivos. Onde a ideia de uma actual “congelamento” da imagem parece tão utópica quanto o plano inicial fechado e acabado.

## 4 | ANÁLISE DE CASOS



12 -15. Fotos aéreas de Palmanova, Richelieu, Ferrol e Vila Real de Santo António, final séc XX (Comune di Palmanova; BOUDON, Philippe, *Richelieu, Ville Nouvelle-Essai d'Architecturologie*, Dunod, Paris, 1978; OR; PPSNP-VRSA)

De modo a poder compreender como são entendidas as *cidade desenhada*, situadas no limiar dos territórios da arquitectura e do urbanismo, é necessário analisar alguns exemplos de cidades, que actualmente desenvolvem operações de conservação e revitalização dos núcleos originais e perceber como se inserem dentro do quadro actual das políticas de protecção do património urbanístico e quais os objectivos da salvaguarda.

O escasso número de *cidades desenhadas* construídas limitou a possibilidade de escolha, reduzida ainda mais pela necessidade de serem cidades que hoje continuam *vivas*, mantendo algumas das características originais e seguindo filosofias de salvaguarda.

Com efeito, percorrendo a História do Urbanismo deparamo-nos com um reduzido número de *cidades desenhadas*. Iniciou-se a pesquisa pelo Urbanismo Português mas verificou-se a inexistência de outros exemplos para além da cidade de Vila Real de Santo António e da experiência da Baixa Pombalina que não é uma cidade. Percorreu-se então, o Urbanismo Europeu e encontraram-se casos como Charleville, Henrichemont, Karlsruhe, Neuf-Brisach<sup>1</sup> que apesar de serem *cidades desenhadas*, não foram incluídas neste estudo por falta de informação relativa à sua situação actual, ou por não possuírem nenhum plano de salvaguarda, como é o caso de Henrichemont ou no caso de Charleville por estar em elaboração.

As cidades estudadas, Palmanova, Ferrol, Richelieu e Vila Real de Santo António, resultam da intersecção desta pesquisa histórica com a informação disponível sobre a actual situação de salvaguarda. Todas foram desenhadas e pelo menos começaram a ser construídas com o sentido de obra total acabada, como uma unidade. Contudo, são exemplos bastante diferentes entre si, mas mais do que procurar afinidades entre os objectos de fundação procurou-se diferentes tipos de actuação perante a salvaguarda do património urbano e urbanístico, porque este é o verdadeiro tema e não as cidades em si.

---

<sup>1</sup> Charleville foi fundada por Charles Gonzagues em 1606; Henrichemont mandada construir como sede de ducado por Sully em 1608; Karlsruhe foi fundada como nova capital em 1615; Neuf-Brisach foi criada como cidade-fortaleza em 1698.



11 Plano de Neuf-Brisach, Sébastien Le Prestre de Vauban, 1702 (Musée des Plans-Reliefs)

Palmanova, concebida como cidade fortaleza, rádiocêntrica e com objectivos claros de defesa. Inserida no conceito Renascentista de Cidade Ideal é das primeiras fundações onde o urbanismo assume o papel ordenador de toda a cidade. No entanto, ainda que apresente a ideia original de cidade acabada e um projecto urbanístico total, por ser das primeiras experiências construídas, não apresenta ainda a noção de arquitectura de programa limitando-se a introduzir algumas normas reguladoras referentes, essencialmente à ocupação dos lotes e à cêrcea dos edifícios com vista à obtenção de uma aparência geral coesa e uniforme. A sua actual valorização enquanto património recebe maior notoriedade pelo sistema defensivo de baluartes, com uma forma octogonal perfeita, do que pela cidade propriamente dita e o seu urbanismo.

A cidade de Richelieu, criada para perpetuar o nome do Cardeal Richelieu, projectada em consonância com um palácio que actualmente já não existe, mantém-se como cidade ideal de imagem totalmente controlada, revelando um forte entendimento do espaço organizado com uma hierarquia visível nos diferentes edifícios e nas próprias características das ruas. É muito provavelmente a primeira cidade-objecto com um projecto arquitectónico global. Inserida no contexto francês de salvaguarda do património é a primeira das cidades analisadas a apresentar medidas de protecção e um plano de salvaguarda, possibilitando actualmente a análise e a crítica da sua operatividade.

O actual Bairro da Magdalena, correspondente ao núcleo fundacional da cidade do Ferrol que surge com a base naval paradigma da racionalidade e da eficácia. Adulterada desde o início da sua construção por falta de poder de controlo, não conseguiu impor a imagem uniforme originalmente desenhada. Hoje, muito alterada pelas transformações introduzidas ao longo dos anos, pretende, acima de tudo, uma revitalização para combater o abandono e a consequente degradação a que chegou. Reduzida a uma pequena parte da totalidade da cidade actual procura, pelo processo de salvaguarda, reatar algumas características do plano original.

Vila Real de Santo António o caso que serviu de base ao estudo da problemática da salvaguarda da *cidade desenhada*, criada como cidade-objecto, é o culminar do processo metodológico da Escola Portuguesa de Urbanismo tornando-se num testemunho fundamental da época histórica mas também da cultura. É a primeira fundação urbana conhecida, criada para desempenhar uma função económica específica<sup>2</sup> – a salga de peixe. Pensada como uma unidade urbanística global é de entre todas as cidades encontradas o exemplo construído que mais se aproxima do plano desenhado. No entanto, hoje encontra-se muito descaracterizada pela introdução de novas funções e pela densificação excessiva que o Plano de Pormenor de Salvaguarda, ainda em elaboração, pretende solucionar.

Para a análise torna-se necessário delinear e caracterizar os objectos de estudo. Primeiro, com recurso à história, procura-se conhecer o plano original e as intenções desse plano a nível programático e ideológico. Torna-se também necessário compreender quais os desenvolvimentos posteriores, sendo fundamental verificar se o processo de crescimento teve ou não caracteres assimiláveis dos modos e dos resultados arquitectónicos do plano inicial. Conduz-se finalmente à análise do processo de salvaguarda e da sua formação para se compreender os reais objectivos e princípios destas operações. Verificando a permanência e a valorização do plano original, verdadeira singularidade destas cidades enquanto património cultural.

Todas estas cidades conseguiram introduzir a quarta dimensão da evolução temporal sem perderem a vitalidade urbana, foram capazes de contornar os limites de uma obra acabada não ficando paralisadas mas souberam, acima de tudo, não perder por completo os princípios que talvez as pudessem bloquear mas que hoje acima de tudo as caracterizam.

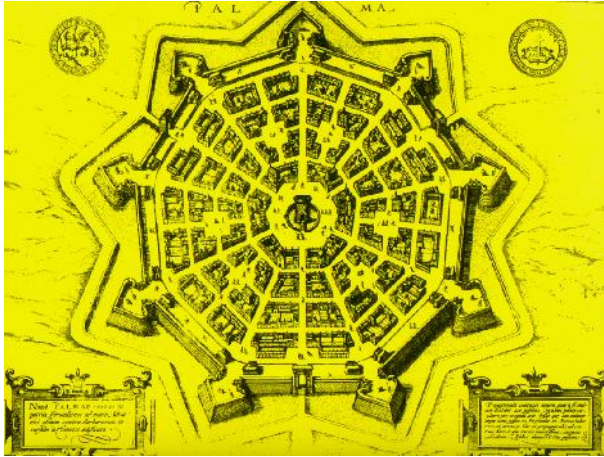
---

<sup>2</sup> O caso já referido das Salinas de Chaux, projectadas por Ledoux não chegaram a gerar uma cidade.

Resta-nos analisar como conseguem continuar a reinterpretar as características do plano original sem se perderem em *pastiches* e evocações vãs, e sem se renderem à perenidade da imutabilidade dada pelo turismo.

Perante a evolução temporal e mesmo física da cidade pretende-se analisar o que se pode hoje salvaguardar e quais são os reais objectivos e efeitos desta salvaguarda.





16. Desenho da Cidade-Fortaleza de Palmanova simulando o Plano Original totalmente construído, 1593 (SOPRA, Luciano, *Palmanova città fortaleza*, I.T.C.srl, Udine, 2003)

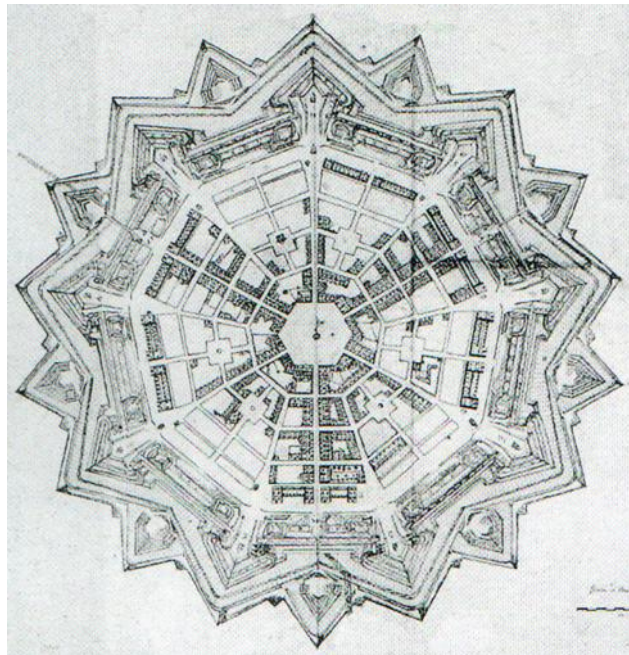
#### 4.1 | PALMANOVA. CIDADE FORTALEZA.

A cidade de Palmanova, localizada no cinturão de Veneza surge em 1593 face às ameaças do Império Austríaco, e realiza a síntese do novo conceito de espaço tridimensional do Renascimento e da Urbanística Militar Veneziana. O projecto é muito provavelmente de Vincenzo Scamozzi que em 1615, um ano antes de morrer, publica em Veneza os dez volumes de *L'Ideal Dell'Architettura Universale*, onde apresenta um desenho semelhante à cidade de Palmanova.

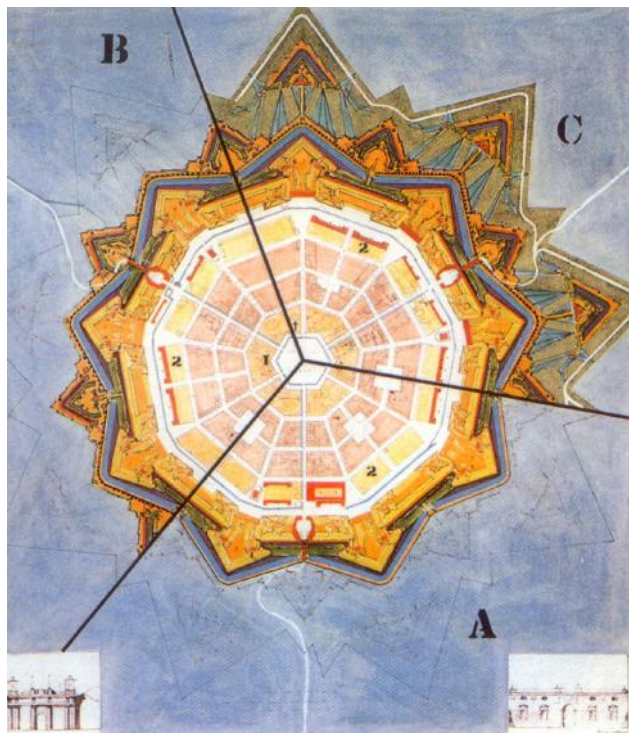
É um testemunho fundamental da Urbanística do Renascimento centrada nos ideais de ordem e geometria aliada às novas tecnologias militares, dado pelo seu desenho tão rígido e cuidado que determinará todos os desenvolvimentos futuros. A sua relevância no contexto cultural do urbanismo assenta no seu traçado rigoroso. Toda a composição geométrica, a estrutura e a organização interna da cidade dependem do seu rígido perímetro de nove lados e da praça central hexagonal. Esta praça é o espaço por excelência da cidade e é delimitada pelos edifícios públicos mais significativos, como a Igreja, o Palácio da Provedoria, a Casa da Guarda e o Palácio do Governador. A cidade é organizada segundo seis ruas radiais, três das quais dirigidas às portas da cidade e que por isso congregam os edifícios civis mais representativos. Os restantes edifícios militares, como os assentamentos e as casernas compõe um anel periférico junto ao sistema defensivo.

A construção dentro das ideias de uniformidade e rigor assentava em nove tipologias de habitação e comércio. Situando-se as tipologias maiores mais próximo da praça decrescendo para a periferia. A ocupação do quarteirão é fundamentalmente marcada pela construção do perímetro libertando o interior para a agricultura. Grande parte dos quarteirões periféricos não foram inicialmente construídos sendo ocupados com uma estrutura rural de hortas.

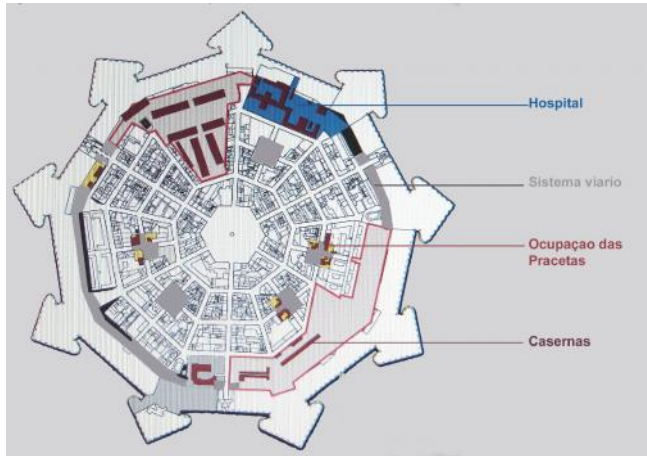
Entre 1665 e 1683 a cinta fortificada é ampliada sendo construída a segunda linha defensiva constituída por nove bastiões.



17. Planta da construção da cidade, Cocogliatti, 1695 \_ revela a intensificação da construção ao longo das 3 ruas que ligam às portas da cidade (SOPRA, Luciano, *op.cit.*)



18. Planta com as três fases de construção da fortificação. (SOPRA, Luciano, *op.cit.*)



19. Situação actual, indicação das alterações ao Plano Original, 2000 (Exposição "Palmanova città-fortezza a forma di stella")

A fortaleza é tomada por Napoleão em 1805 que assume o seu controlo até 1866. É desta época um importante levantamento cadastral de toda a cidade onde se pode verificar que só uma parte do traçado viário estava construído e a maioria dos terrenos ainda se encontrava desocupado e na posse do estado. Entre 1806 e 1809 Napoleão edifica a terceira e última linha defensiva.

Mas com as alterações na arte da guerra, a cidade vai perdendo importância até perder a função defensiva em 1883 e ser reduzida a quartel militar em 1920, o que conduz a grandes alterações do desenho renascentista ao introduzir nos espaços desocupados grandes edifícios destinados a casernas indiferentes às regras originais de ocupação e ao desenho da cidade. E assiste-se progressivamente a um aumento da percentagem de ocupações civis e ao abandono de alguns edifícios públicos.

Durante a Primeira Grande Guerra foi utilizada como hospital, como armazém militar e como campo de treino conduzindo à deterioração da linha defensiva.

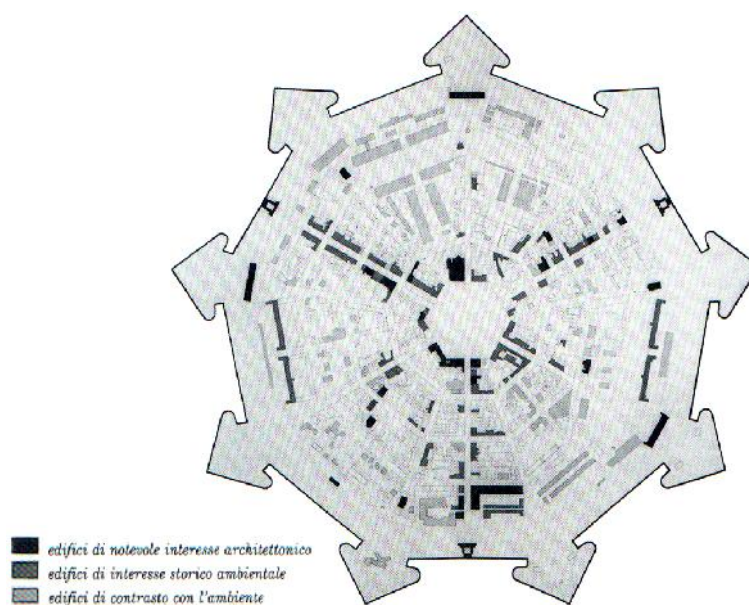
Após a Segunda Grande Guerra a construção dentro da cidade intensifica-se ocupando toda a área livre, inclusive, o interior dos quarteirões, adulterando o plano original. Os novos edifícios introduzem ainda uma linguagem dissonante em relação à unidade inicial.

Foi também construído o actual hospital que há semelhança do que havia acontecido com a construção das casernas rompe com o traçado original.

Actualmente, encontra-se dividida entre a zona da fortaleza, composta pelas três linhas defensivas hoje muito degradadas e cidade interior, que na zona central junto à praça e às ruas que ligam às portas se encontra preservada mas nas zonas mais periféricas se encontra muito degradada.

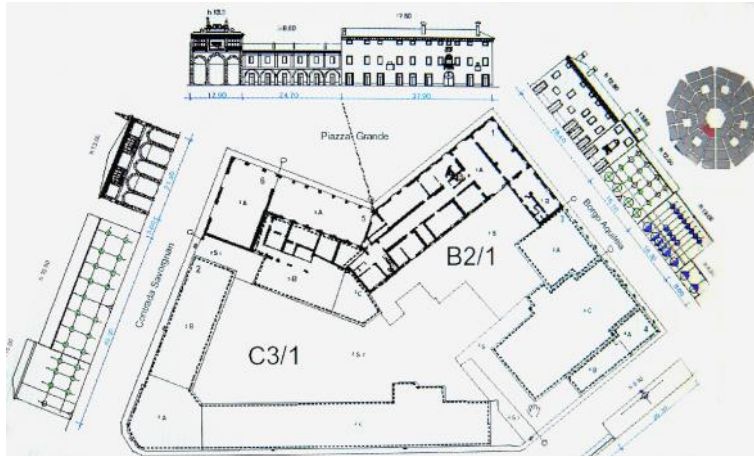


20. Mapa de Identificação das Diferentes Tipologias (PRPC)



21. Mapa de Classificação do Edificado (PRPC)





22. Estudo do Quarteirão e Indicação das Correções Propostas (PRPC)

### Actual Plano de Salvaguarda

Em 1960 a cidade é declarada Monumento Nacional Italiano e em 1968 é elaborado o primeiro *Piano General della città-fortaleza* da responsabilidade de Luciano di Sopra e que procura uma nova leitura da cidade, menos formalista, entendendo o bem cultural também pela sua funcionalidade.

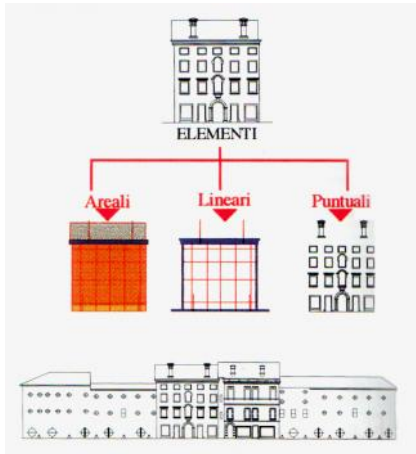
A partir daqui surgem várias obras publicadas<sup>3</sup> e um crescendo interesse académico pela cidade e a sua importância na urbanística do renascimento europeu.

Em Outubro de 2001 é aprovado o *Piano Regolatore Particolareggiato Comunale del Centro Storico di Palmanova* que procura reestruturar o valor histórico de toda a cidade delimitada pela fortaleza renascentista. Como primeira medida procura divulgar e sensibilizar toda a população para a importância da cidade no panorama, não só, nacional mas também mundial, criando exposições e sessões de apresentação do plano original e de cidades semelhantes.

O plano de salvaguarda define dois princípios essenciais para a legitimação do valor do desenho inicial da cidade-fortaleza. O primeiro passa pela reposição do traçado original adulterado, restituindo o sistema viário e o esquema inicial de implantação da construção no perímetro dos quarteirões. O segundo princípio refere-se à recriação do ambiente e da imagem do edificado através de algumas medidas de correção de fachadas ao nível dos materiais e das cores, da remoção de elementos como palas e varandas e da substituição de cantarias e outros elementos dissonantes com o original.

Como medida geral e atendendo à tipologia de cada quarteirão define-se o lote tipo, indicando a área máxima de ocupação do solo, assim como a dimensão mínima do logradouro. Pelo que, todas as construções construídas no interior dos quarteirões ou as construções consideradas “em corpo aberto” (que não se situam no perímetro do quarteirão) são considerados dissonantes.

<sup>3</sup> De entre as quais: PIEROTTI, Barbara, *Palmanova: città ideale*, Cividale, 1996; Sopra, Luciano Di, *Palmanova città fortaleza*, I.T.C.srl, Udine, 2003; Sopra, Luciano Di, *Palmanova: analisi di una città fortaleza*, Electa, Milão, 1983; Sopra, Luciano Di, *Palmanova: cinta fortificata, caratteristiche strutturali*, Aviani Editore, 1987;



23. Esquema do Sistema de Composição da Fachada (PRPC)

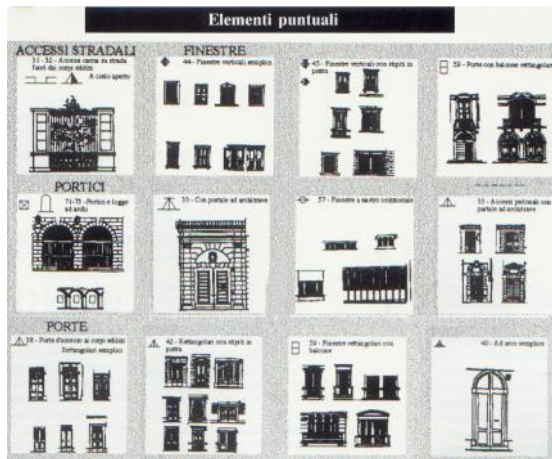
Atendendo a esta definição e com base no estudo tipológico do edificado, todos os edifícios são divididos segundo quatro categorias de classificação. A primeira corresponde aos edifícios classificados como Monumento Nacional, o que, segundo a legislação Italiana, lhes confere total protecção, só sendo admissíveis operações de restauro conservativo. A segunda categoria tem medidas análogas mas cuja classificação e protecção depende mais da integração tipológica do que da sua imagem. A terceira categoria impõe uma protecção específica para cada imóvel preexistente, estabelecendo medidas de reestruturação adaptadas a cada edifício. A última categoria aplica-se a edifícios sujeitos a demolição total ou parcial, subdividindo-se noutra categoria nos casos em que não há posterior reconstrução.

De acordo com esta classificação todos os edifícios são sujeitos a um levantamento rigoroso, em fichas de quarteirão do edificado, composto por plantas, alçados e cortes e onde se apontam as propostas de alterações ao existente, fundamentalmente ligadas a alinhamentos de alçados e a elementos decorativos.

O regulamento procura garantir uma imagem coesa e uniforme de todo o edificado, definindo desde coberturas e remates, a chaminés e a todos os outros elementos decorativos admissíveis. Estabelece ainda um rígido sistema de composição do alçado, partindo de três variáveis: o tipo de revestimento, os alinhamento e o tipo de vãos. Todavia, os alinhamentos verticais podem sofrer algumas variações dependendo da organização interna do edifício.

Ao nível dos materiais a utilizar impõe-se a manutenção dos originais ou semelhantes, no entanto, nas novas construções é admitido o betão armado estrutural mas desde que respeite a imagem das técnicas da construção tradicional, ou seja, não revele a estrutura e mantenha a utilização e alinhamento dos vãos verticais, não sendo admitidos elementos projectantes como varandas e palas.

Quanto aos usos, são admitidos a maioria dos usos de serviços e terciários, desde que sejam compatíveis com as tipologias edificadas. Contudo, os principais serviços e os edifícios comerciais devem preferencialmente ser localizados na praça central, ou nas ruas que se dirigem para as portas da cidade, conforme o modelo original.



24. Exemplos de Elementos pontuais (PRPC)

O plano de salvaguarda apresenta ainda algumas intervenções exemplares por parte da autarquia fomentando as operações de restauro e reabilitação. Neste âmbito, propõe-se a definição de um percurso e de um complexo museológico, junto à *Porta Cividale*, recuperando algumas construções devolutas para a construção do museu propriamente dito, de um Hotel de apoio, de um miradouro e de um centro multimédia. Assim como se propõe o aproveitamento dos terrenos não edificáveis, entre as diferentes linhas de fortificação, para a criação de um parque urbano qualificado aproveitando os vários circuitos existentes. Apresenta, ainda, um projecto do espaço viário com o estudo dos pavimentos e com a instalação de toda rede infraestrutural capaz de satisfazer as necessidades contemporâneas.

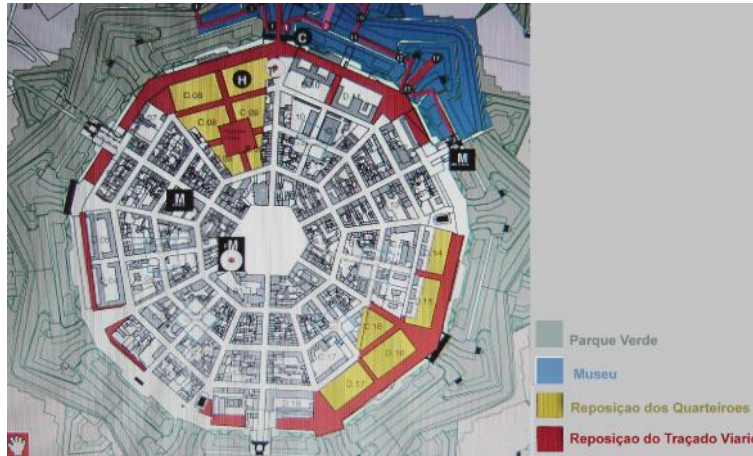
Para além destas intervenções, toda a implementação do plano assenta numa gestão municipal pelo que se tornou necessário estabelecer uma escala de prioridades de intervenção, partindo do núcleo central da zona da praça (mais próximo do modelo renascentista) para as zonas mais periféricas de construção mais recente. É dado especial relevo às deturpações que subvertem a lógica do plano original, nomeadamente no que se refere às casernas e ao hospital, que interrompem o traçado inicial.

### Análise dos Resultados

Palmanova, actualmente inscrita na lista provisória do património da Humanidade da UNESCO procura divulgar ainda mais o seu valor e as medidas de protecção do plano de salvaguarda. Neste sentido, iniciou um projecto com a UNESCO e o Istituto de Studi Territoriali de Udine que procura realizar um sistema multimédia para divulgar todas as cidades fortaleza e promovê-las a nível científico e turístico.

Como o Plano de Salvaguarda é, ainda, muito recente, ainda não se sentem grandes alterações tornando-se difícil avaliar o sucesso das propostas, contudo resta-nos a análise dos objectivos e das medidas propostas.

Palmanova é um caso diferente dos outros estudados, uma vez que o plano original apresenta um desenho rigoroso do traçado viário da implantação e ocupação dos quarteirões



25. Mapa de síntese do plano. Proposta de Reposição do Traçado, criação de um Museu e criação de um Parque Urbano na Cinta Fortificada, 2000 (Exposição "Palmanova città-fortezza a forma di stella")

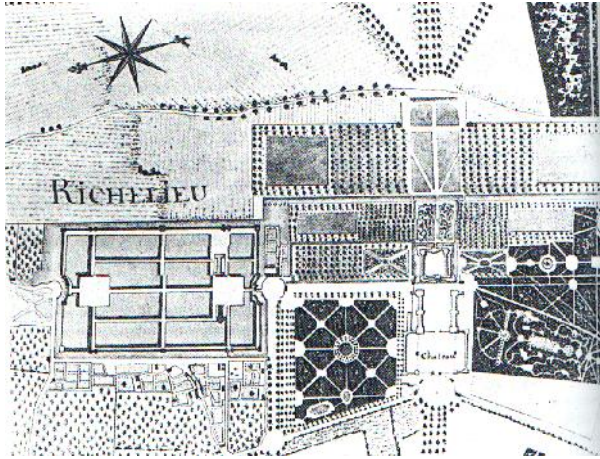
e da fortificação mas não o desenho de alçado do edificado. É, no entanto, curioso verificar que tenha sido proposta uma reconstituição da imagem do edificado assente num sistema rígido de composição dos alçados e numa catalogação de todos os elementos admissíveis tipificando-se toda a imagem da cidade e procurando-se uma uniformização do edificado com base numa ideia de ambiente coerente.

Ao nível do traçado, as intervenções propostas de (re)abertura das ruas e das praças ainda não foram executadas e, uma vez que os terrenos hoje estão ocupados por construções privadas ou por edifícios públicos de grande importância como o Hospital e uma escola que oferecem grandes resistências à intervenção.

Quanto às propostas de intervenção exemplares também ainda não foram executadas mas os projectos foram elaborados e espera-se que sejam construídos.

Actualmente, assiste-se ao desenvolvimento da cidade no exterior da cinta fortificada, para lá da última linha de fortificações, o que por um lado permite a descompressão do núcleo cintado mas por outro pode conduzir a uma progressivo abandono e a uma terciarização de todo o espaço destinado à habitação e às funções militares, descaracterizando ou mesmo impedido a vivência quotidiana do espaço.





26. Planta Original da Cidade de Richelieu e Palácio (BOUDON, Philippe, *Richelieu, Ville Nouvelle – Essai d'Architecturologie*, Dunod, Paris, 1978)

#### 4.2 | RICHELIEU. A VONTADE DE UM CARDEAL

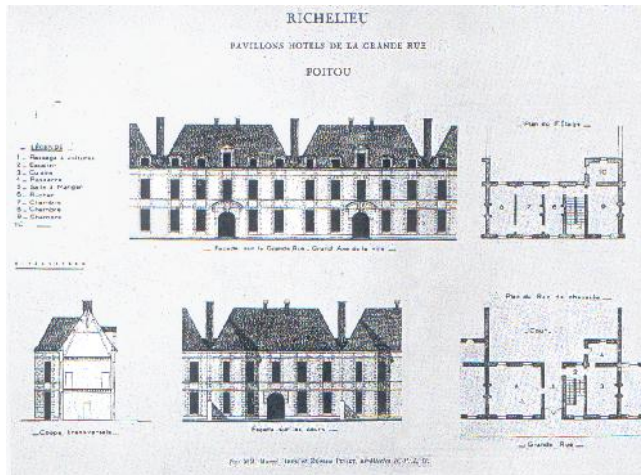
Depois de em 1624 o Cardeal Richelieu entrar no Concelho do Rei decide reconstruir e ampliar o castelo da família, com a pretensão de tornar o pequeno feudo em Ducado e criar uma cidade capaz de perpetuar o seu nome. Segundo projecto de Le Mercier, da antiga construção apenas se conserva a ala direita, onde supostamente teria nascido o Cardeal. Todo o edifício é monumentalizado e os jardins redesenhados, estabelecendo uma relação com o plano e a orientação da nova cidade. O novo modelo de cidade criado a partir do palácio pode mesmo estar na base das influências que inspiraram Versailles.

A cidade projectada por Le Mercier e pelos seus irmãos Pierre e Nicolas, é delimitada por um rectângulo de cerca de 682 por 487 metros, organizada de norte a sul, por uma grande rua (12 metros de largura) que liga duas portas e duas praças. Em cada praça ainda se cruzam duas outras ruas perpendiculares à direcção da *Grande Rue* e que ligam cada uma a outras duas portas, num total de seis portas.

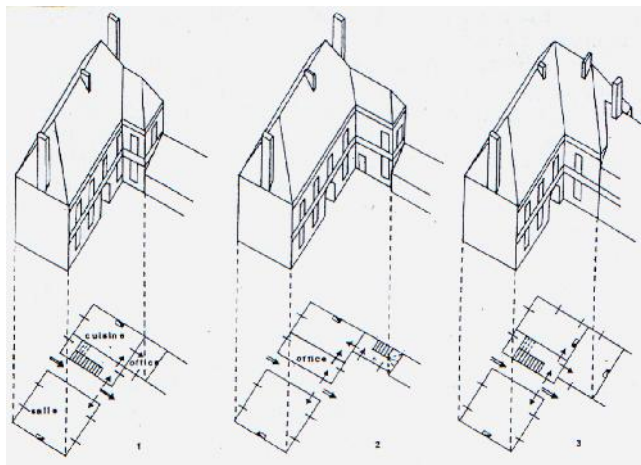
O desenho estritamente pensado e racionalizado, não se reduz a meras questões práticas de organização de espaço, estando fortemente marcado por uma hierarquia e uma estratificação espacial e social. As duas praças traduzem os dois poderes políticos: a *Place Cardinal*, mais próxima do palácio, com os edifícios mais altos (da Igreja e da Câmara); a *Place Royal*, com a Academia e uma fachada uniforme<sup>4</sup>. A largura das ruas é proporcional à fachada dos edifícios e ao estrato social de quem a habita: na *Rue du Chantier* (a mais estreita) os construtores e as camadas mais baixas; na *Rue Galère* situavam-se as funções comerciais; enquanto na *Grande Rue* (como nome indica a mais larga) os altos funcionários do reino e nobres.

Toda a cidade depende do projecto intelectual do Cardeal que, pretendia através da Academia ensinar a nobreza, introduzindo a nova cultura filosófica e científica em língua francesa, dentro do espírito da época.

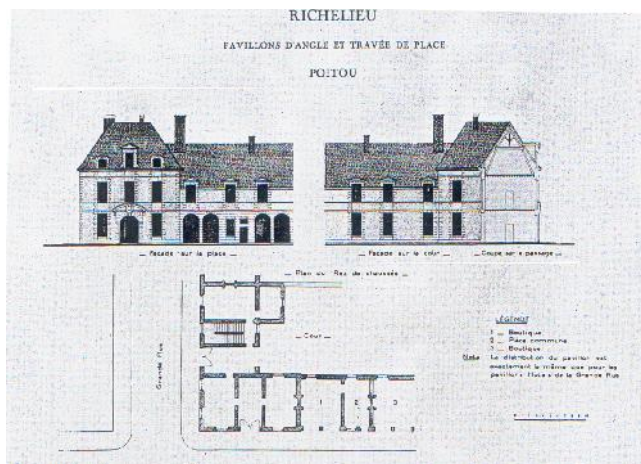
<sup>4</sup> Veja-se mais sobre a história e ideologia por detrás da criação da cidade em AUBINEAU, Jean-Claude, *Richelieu par Ordre du Cardinal*, ed autor, Poitiers, 1980 e BOUDON, Philippe, *Richelieu, Ville Nouvelle – Essai d'Architecturologie*, Dunod, Paris, 1978.



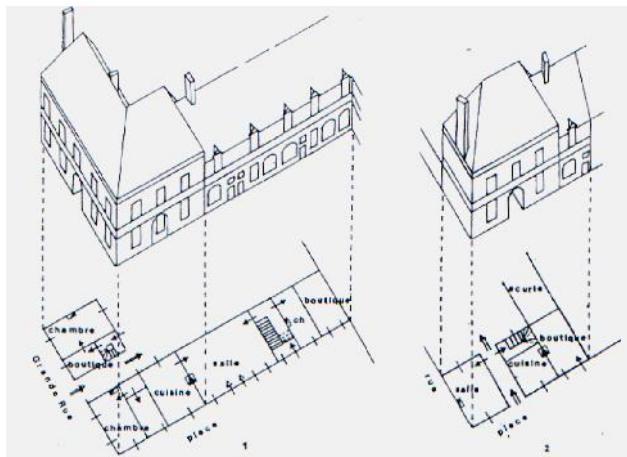
27. Alçados, plantas e cortes dos Edifícios Originais da Grande Rue (Revue Arch. Française)



28. Estudo da Tipologia dos Edifícios da Grande Rue (TOULIER, Christine, "L'Urbanisme de Richelieu – L'obsession de la régularité et de la symétrie" in Bulletin Société. Amis Vx. Chinon, n°7, 1993)



29. Alçado, planta e corte dos Edifícios Originais das Praças (Revue Arch. Française)



30. Estudo da Tipologia dos Edifícios das Praças (TOULIER, Christine, *op. cit.*)

A construção da cidade inicia-se por volta de 1631 e ocorre por doação do lote, tendo cada proprietário a obrigação de construir segundo os projectos existentes. Toda a cidade se caracteriza pela existência de uma arquitectura de programa, ou seja, existia um modelo tipo de fachada para cada edifício.<sup>5</sup> Os edifícios da *Grande Rue* apresentavam cinco vãos com igual espaçamento e dimensão, um pórtico de acesso directo ao pátio interno e continuidade de cumeeira e de ordem, nas Praças as fachadas são semelhantes, há excepção dos edifícios da Câmara e da Igreja na *Place Cardinal*. Os edifícios da *Rua Henri-Proust*, seriam semelhantes mas com cêrcea inferior e cobertura em telha plana, enquanto na *Rue Galère*, destinada ao comércio, no primeiro piso os dois vãos teriam arcada e balcão. Quanto aos restantes edifícios para trabalhadores teriam uma cêrcea inferior, com pórtico de menor dimensão de uso exclusivo pedonal e porta ao centro e, mantinham entre eles um alinhamento contínuo de telhados.

Há relatos de que em 1635 a *Grande Rue* estava completa mas as restantes ruas e as praças estavam por concluir.

Após a morte do cardeal em 1642, a cidade sofre uma desertificação, os oficiais vão em busca de novos benefícios e, a terra pouco fértil e isolada, conduz ao abrandamento do seu crescimento. Há testemunhos que, em 1683<sup>6</sup>, estavam a difundir-se construções clandestinas, desrespeitando o desenho original.

Com a revolução francesa assiste-se a actos de vandalismo contra algumas construções, em especial, contra o palácio que terá sido depois vendido tal como todas as suas colecções. Em 1835 o Palácio já tinha sido demolido e no local foi construído o actual parque.

Em 1884, com a chegada do caminho de ferro, assiste-se a uma transformação económica da cidade, tornando-se num importante centro comercial e industrial, tendo sido construídas algumas indústrias dentro de muros em terrenos ainda por ocupar.

<sup>5</sup> Definidos no estudo das métricas e tipologias de Christine Toulhier, em TOULIER, Christine, "L'Urbanisme de Richelieu – L'obsession de la régularité et de la symétrie" in *Bulletin Société. Amis Vx. Chinon*, nº7, 1993.

<sup>6</sup> BOUDON, Philippe, *Richelieu, Ville Nouvelle – Essai d'Architecturologie*, Dunod, Paris, 1978.



31. Rue Galère 1910, com os edifícios já muito adulterados (AUBINEAU, Jean-Claude, *Richelieu par Ordre du Cardinal*, ed autor, Poitiers, 1980)

A difusão da função comercial por toda a cidade, para lá do planeado para a *Rue Galère*, conduziu à descaracterização das fachadas originais pela introdução de montras, nomeadamente nos edifícios da *Grande Rue*, caracterizados por uma contenção de ornamentos, rígidas proporções e unidade.

Só a partir da década de 50 do século XX é que se assiste às primeiras expansões para fora de muros, em especial partindo das portas de *Chinon* e de *Loudun*, e na direcção das cidades com os respectivos nomes.

Surge também, a vontade de perpetuar a vontade do cardeal continuando as obras e acabando finalmente a sua cidade ideal, ainda que agora adaptada às novas exigências do mundo contemporâneo.

### Actual Processo de Salvaguarda

Destinada a evitar as destruições massivas dos núcleos antigos por grandes operações de renovação radicais, surgiu em França, a Lei de 4 de Agosto de 1962, sobre os sectores salvaguardados, mais conhecida por *Lei de Malraux*, defende a delimitação de uma área considerada com interesse histórico, estético ou cultural e impõe para esta área a aplicação de regras de urbanismo particulares, substituindo o *Plan Local de Urbanization* por um *Plan de Sauvegarde et Mise en Valeur*.

Dentro deste contexto logo em 20 Dezembro de 1965 é criado o *Secteur Sauvegardé de Richelieu*, delimitando a área correspondente ao rectângulo murado da cidade original, ficando sujeito a acções de protecção e salvaguarda aplicadas por um arquitecto responsável, coordenado por uma comissão local de salvaguarda. Mas o *Plan de Sauvegarde et Mise en Valeur de Richelieu* só é aprovado definitivamente a 20 de Novembro de 1997.

Este Plano de Salvaguarda, procurando conservar a cidade planeada pelo Cardeal, estabelece como princípios fundamentais a reposição e restauro do eixo monumental (formado pela *Grande Rue* e pelas duas praças) e do traçado original e sua hierarquia, uniformizando o restante edificado com medidas gerais e de fácil aplicação.





32. Imagem da *Grande Rue*, 1997 (Walter Rossa)

O Plano de Salvaguarda assenta numa classificação das construções existentes segundo a sua proximidade aos modelos originais, distinguindo os edifícios entre *imóveis protegidos* ou *não protegidos* e estabelece as intervenções possíveis para cada edifício.

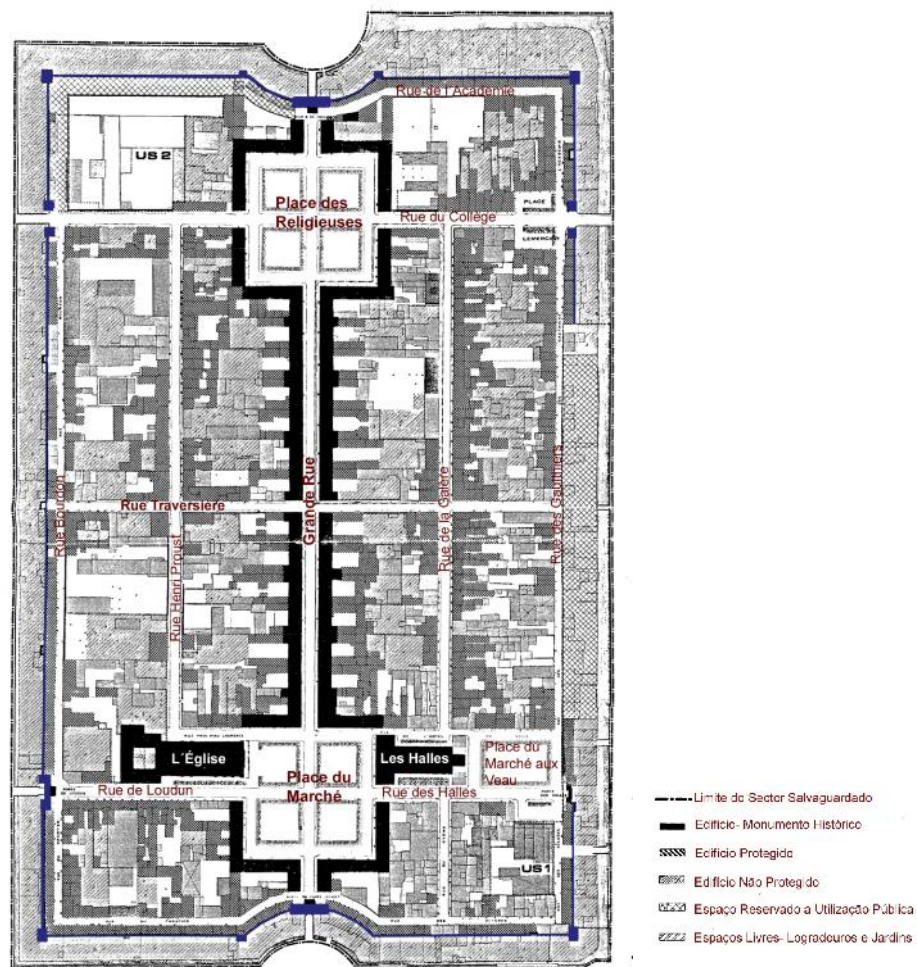
No primeiro grupo situam-se os edifícios que não admitem qualquer alteração ou demolição, tendo de ser globalmente conservados. Fazem também parte deste grupo, o caso particular dos edifícios declarados como monumentos históricos, que delimitam a *Grande Rue* e as duas Praças, e que devem seguir o regulamento de restauro e conservação da Legislação Francesa, a qual proíbe qualquer alteração à morfologia e tipologia do edifício em relação ao original. A maioria dos edifícios inseridos neste grupo, encontra-se adulterado pela introdução da actividade comercial e pela conseqüente abertura de grandes vãos. Para evitar e corrigir esta situação, o plano propõe a realocação desta actividade na *Place du Marche aux Veaux*, na *Rue de L'Hôtel de Ville* e na *Rue de La Galère*. Ou, como medida de correcção mínima, propõe a reforma das fachadas segundo as directrizes apontadas por Jacques Vitry, já em 1967, que procura através do redimensionamento dos vãos e da criação de uma entrada, conciliar a actividade comercial com o desenho original.

Depreende-se que, embora o objectivo seja a restituição da imagem original, são possíveis e devem ser mantidas as marcas das várias etapas e épocas da sua construção, desde que não seja posta em causa a coerência e a uniformidade do conjunto da rua.

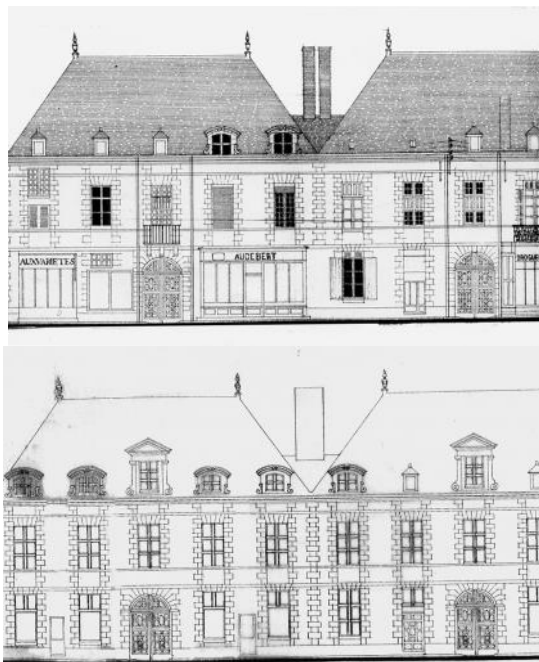
Na classificação como *imóveis não protegidos* encontram-se os edifícios que tanto podem ser sujeitos a intervenções de conservação e melhoramento, através de medidas gerais de fácil aplicação, como podem ser substituídos por outras construções de acordo com o regulamento.

Nos casos em que a sua imagem e presença é considerada dissonante do conjunto, são classificados como imóveis a demolir, não sendo admissível qualquer outra intervenção.

As novas construções seguem o regulamento geral que determina volumetrias e alinhamentos de acordo com as construções imediatamente adjacentes. Quanto aos materiais e às cores a utilizar seguem também as medidas gerais que não são específicas, sugerindo-se apenas



33. Planta de Classificação Edificado segundo a sua aproximação ao modelo original (PSMV)



34. Proposta de Correção de Alçados da Grande Rue , 1967 (Cahier de Jacques Vitry)



35. Grande Rue\_ edifício recentemente restaurado mas sem a correcção das montras, 1997 (Walter Rossa)

uma aproximação aos utilizados nos edifícios antigos, cabendo ao arquitecto responsável pela salvaguarda a aprovação e controlo do projecto.

Como medida geral todos os edifícios devem ser libertos de qualquer construção anexa e de todos os elementos que possam perturbar a visibilidade da fachada, como cabos ou publicidade.

Quanto ao espaço público, o regulamento determina, que sejam conservados os pavimentos originais ainda existentes ou que sejam repostos. Fixa o sistema de tráfego automóvel e estacionamento. Define e caracteriza as zonas verdes e arborizadas.

O plano de salvaguarda assinala três intervenções pontuais consideradas fundamentais e exemplares para a implementação do plano. A primeira, da responsabilidade municipal, pretende a demolição de construções clandestinas situadas entre o fosso e o muro que delimita a cidade, para a criação de um espaço verde. Possibilitando também uma operação de restauro não só dos muros mas também das portas da cidade e dos pavilhões que marcam os cantos da cidade, seguindo o exemplo da intervenção realizada em 1985 na Porta de *Loudun*.

As outras duas intervenções (US1 e US2 assinaladas na figura 39) dizem respeito à actuação nas zonas de requalificação prioritária, actualmente ocupadas por antigos complexos industriais e edifícios de habitação devolutos, e que, segundo o plano de salvaguarda necessitam de uma intervenção exemplar. Para a zona US2, o plano de salvaguarda prevê, acima de tudo, repor o traçado original pelo prolongamento da *Rue de L'Academie* e da *Rue Bourdon*. Como objectivo comum às duas zonas pretende a construção de zonas de habitação qualificada e de equipamento público no interior do quarteirão.

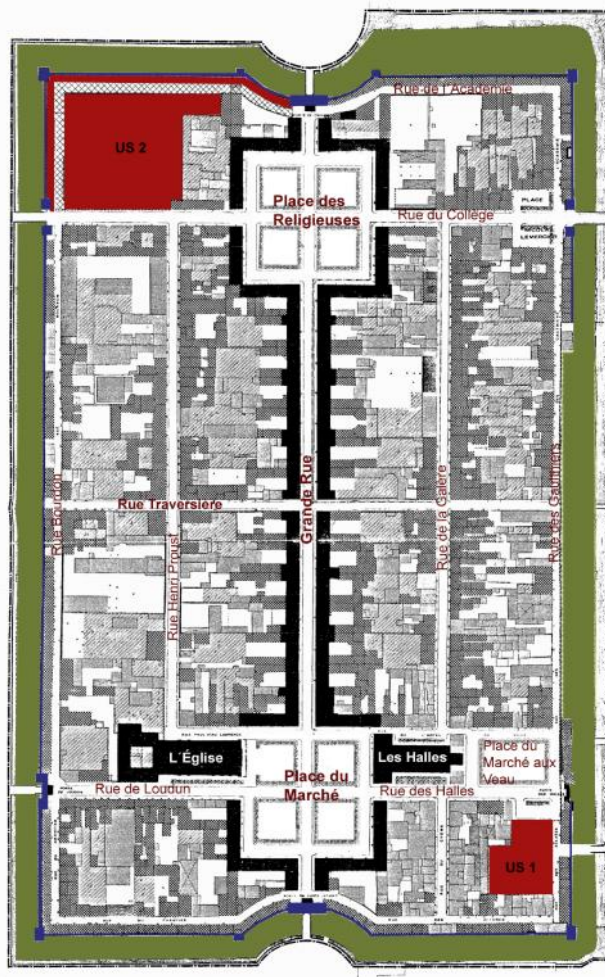




36. Grande Rue início do séc. XX (AUBINEAU, Jean-Claude, *op cit.*) | 37. Grande Rue final séc. XX (Walter Rossa)



38. Place du Cardinal início séc. XX (AUBINEAU, Jean-Claude, *op cit.*) | 39. Place du Cardinal final séc. XX (Walter Rossa)



40. Planta Indicando as Zonas de Requalificação Prioritária e a nova Zona Verde (PMSV)





41. Rua muito adulterada, 1997 (Walter Rossa)

### Análise dos Resultados

Actualmente assiste-se pouco a pouco às tentativas de implementação do plano. Contudo, como não há uma política de gestão de fundos de incentivo à aplicação do plano, as alterações tornam-se muito lentas e pouco visíveis. O crescimento da cidade para fora de muros tem conduzido ao decréscimo do número de habitantes no núcleo original, dificultando ainda mais as acções de salvaguarda.

Ao nível da imagem, as fachadas da *Grande Rue* e as das duas Praças, à excepção de algumas montras que ainda não foram corrigidas, mantêm as características originais, a que não é alheio o facto de estes edifícios estarem classificados como Monumentos Históricos (alguns desde 1921). Quanto às restantes ruas assiste-se a algumas alterações mas, a falta de conhecimentos precisos sobre o que realmente teria sido construído segundo o projecto original, conduz a que não seja hoje possível uma intervenção correctiva. A mesma razão parece estar por detrás da ausência, de normativas precisas relativas às construções novas nestas zonas.

Será de assinalar a importância que a refuncionalização tem tido, retirando as actividades comerciais da *Grande Rue* e fomentando a ocupação por estabelecimentos hoteleiros, ou edifícios de serviços, permitindo a sua reutilização e a correcção das fachadas. O antigo mercado está hoje reservado a exposições e feiras temporárias e, nos edifícios mais próximos e na *Place du Cardinal*, hoje denominada *Place du Marché*, localizam-se as principais actividades comerciais, à semelhança do que acontece na *Rue de la Galère*. Na *Place des Religieuses*, mantêm-se e incentivam-se as actividades relacionadas com a Universidade de Paris. As restantes ruas continuam vocacionadas à habitação. A relação de dicotomia entre as duas Praças, actualmente, já não se deve à confrontação do Poder (Político e Religioso) e da Ciência em ascensão, mas deve-se à relação entre a cultura e investigação, e o comércio generalizado na sociedade de consumo.

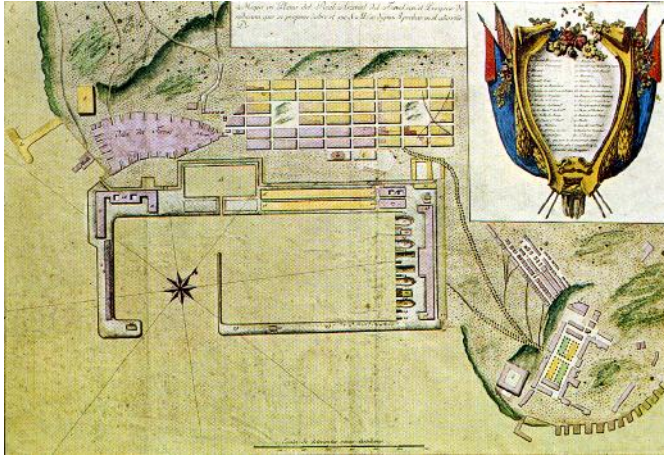
Quanto às intervenções pontuais apontadas pelo plano ainda nenhuma foi realizada, pelo que ainda não foram restaurados os muros nem as portas da cidade nem os pavilhões marcando



42. Porte Chatellerault \_ porta sul, 1997 (Walter Rossa)

os cantos da cidade. O traçado na zona de requalificação prioritária US2 também ainda não foi reposto.

É interessante notar o papel do *Architecte des Bâtiments de France*, que tem a responsabilidade de assegurar a correcta preservação do sector salvaguardado, sendo da sua competência a apreciação de todos os projectos tanto do edificado como do espaço público. O que possibilita um regulamento mais aberto, remetendo várias decisões para a figura do arquitecto, visível, por exemplo, pela ausência de peças desenhadas de definição do edificado, quando um dos objectivos fundamentais do plano determina a reposição dos modelos originais e, o regulamento, se limita a indicar exemplos de intervenções considerados exemplares e que devem ser seguidos.



43. Plano Original da Cidade do Ferrol e respectivo Porto e Arsenal, Sanchez Bort, 1765 (AAVV, "El Bairro da Magdalena del Ferrol" in *Obradoiro*, Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, Santiago de Compostela, 1980)

#### 4.3 | FERROL. NECESSIDADE DE DEFESA. BAIRRO DA MAGDALENA. NECESSIDADE DE HABITAÇÃO.

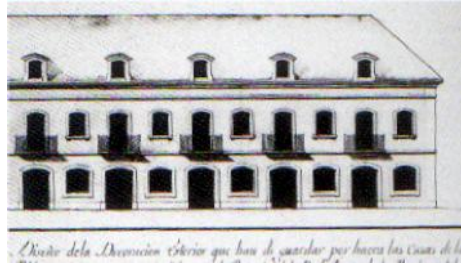
Após a guerra da sucessão, Felipe V decide reestruturar a defesa marítima da costa Espanhola e formar a Armada Real, uma força capaz de fazer frente à Armada Inglesa. Caberá ao então Intendente General da Marinha, José Patiño, a decisão de instalar num ponto da ria ferrolana a Capital do Departamento Marítimo do Norte de Espanha e a sua Base Naval. Situada no Norte de Espanha, junto a um pequeno povoado medieval, a nova cidade do Ferrol surge como parte integrante do novo Complexo Naval para albergar toda a nova população.

Dentro da mentalidade do Iluminismo, a nova povoação não poderia ser um simples *ensanche*, tinha de ser uma nova cidade perfeita à semelhança do arsenal e porto. Localizada o mais próximo possível das instalações militares, entre a velha vila do Ferrol e o monte do Esteiro, num terreno com pendente para o novo arsenal, a cidade de carácter militar apresenta um desenho ordenado e regular no seguimento das experiências francesas das cidades fortificadas.

O primeiro projecto conhecido, da autoria de Joseph Petrit de La Croix, apresenta uma nova cidade de forma rectangular com o lado maior paralelo ao arsenal, como reflexo directo do recinto naval também ele rectangular, pretende contudo, assegurar a necessária independência, delimitando a cidade por um amplo cinturão verde.

Após este e outros projectos experimentais, a nova cidade começa a ser construída, em 1761, segundo um projecto do engenheiro Francisco Llobet, projecto este devedor de todas as experiências anteriores<sup>7</sup>. Este plano caracteriza-se por uma plataforma rectangular (1x1/3), formada por um total de 44 quarteirões também rectangulares, separados por ruas de igual dimensão e duas praças de forma quadrangular, iguais e simétricas. Segundo a ideia de

<sup>7</sup> Veja-se a este respeito o estudo da evolução dos traçados em TRASANCOS, Alfredo Vigo, *Arquitectura y Urbanismo en el Ferrol Del Siglo XVIII*, Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, Santiago de Compostela, 1984, e o estudo das suas proporções AAVV, "El Bairro da Magdalena del Ferrol" in *Obradoiro*, Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, Santiago de Compostela, 1980.

44. Primeira Solução de Alçado, F. Llobet, 1761 (AAVV, *op. cit*)45. Solução de Alçado Adoptada, F. Llobet, 1761 (AAVV, *op. cit*)

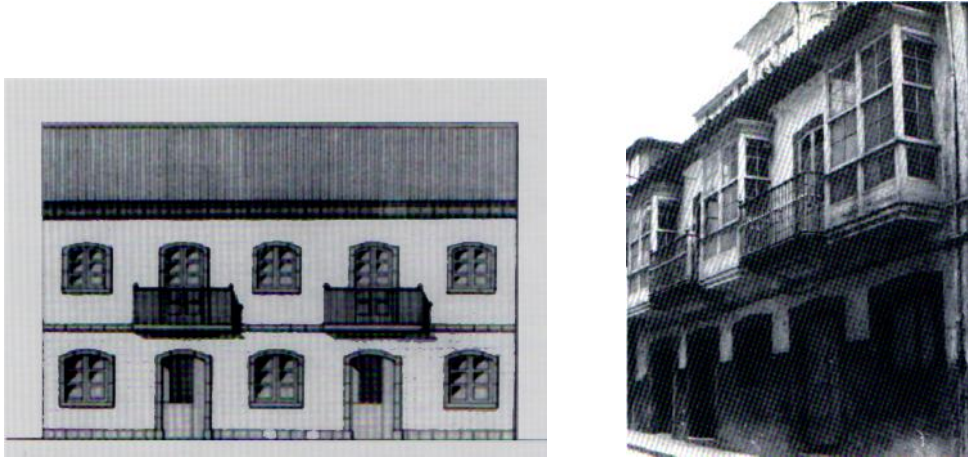
projecto total, o plano define a dimensão de cada lote e o desenho da fachada de cada edifício tipo, composto por dois pisos e águas furtadas, tendo o primeiro piso uma arcada para circulação pedonal elevada em relação à rua de circulação viária. Esta tipificação do edificado visava para além, da uniformização da cidade a simplificação da construção pela fabricação em série dos componentes. Contudo, este desenho de fachada foi recusado por ser considerado demasiado dispendioso e de difícil execução e Llobet apresentou um novo alçado resultante de uma simplificação do anterior, sem a solução porticada. Mas a urgência da construção que se sentia fez com que as primeiras construções começassem a surgir ainda antes deste projecto estar finalizado, impedindo a sua imposição e obrigatoriedade em toda a cidade. Alfredo Vigo Travansos<sup>8</sup> defende a existência de três modelos de fachadas originais, derivados deste segundo modelo, introduzindo apenas a possibilidade de alteração do número de balcões em função da nobreza dos ocupantes, e do número de pisos.

Em 1765 Sanchez Bort acrescenta ao plano já em execução a Catedral e a *Contaduría*, numa posição central entre o velho povoado do Ferrol Velho, o bairro operário do Esteiro e o Arsenal, mas exterior em relação ao rectângulo inicial. Ao adicionar ao plano dois novos quarteirões, acentua o eixo de simetria da cidade e cria uma nova zona de serviços públicos à margem da fechada cidade.

Apesar da regularidade e da perfeição do plano original e das adaptações introduzidas, a última linha de quarteirões a norte nunca chegou a ser construída, assim como o edifício da *Contaduría*, tendo sido construído no local, o Teatro Jofre já no século XIX.

A delimitação da cidade por um corredor verde só foi concretizada no reinado de Carlos III com a primeira Alameda Pública da Galiza, mas reduzida ao lado de contacto com o arsenal. Constituída por um enorme rectângulo arborizado, com uma praça central, começa pouco a pouco a ser substituída por edifícios públicos representativos, como a *Escola de Gramática* em 1786 e a *Casa Consistorial* com o *Carcel* em 1791, construídos junto à Catedral e representando aqui os três poderes: religioso, civil e militar.

<sup>8</sup> TRASANCOS, Alfredo Vigo, *Arquitectura y Urbanismo en el Ferrol Del Siglo XVIII*, Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, Santiago de Compostela, 1984, p. 241 a 247.



46, 47. Reconstituição do Alçado Original e imagem de edifício com alçado alterado com Galeria (TRASANCOS, Alfredo, *Arquitectura y Urbanismo en el Ferrol Del Siglo XVIII*, C.O. A.G., Santiago de Compostela, 1984)

No século XIX, em especial entre 1805 e 1847 assiste-se a um despovoamento do Ferrol, provocado por uma quebra na produção naval, que só será novamente impulsionada na segunda metade do século XIX, provocando um novo aumento demográfico e um conseqüente aumento da zona edificada, que à data ainda não tinha ocupado todos os quarteirões do plano original.

Esta nova fase de construção é marcada pela introdução da galeria como elemento arquitectónico que alterará por completo a fisionomia da cidade. A galeria envidraçada de madeira pintada de branco permite um melhor aproveitamento da luz solar e o prolongamento da edificação para o exterior e, pouco a pouco, vai substituindo os balcões originais e gerando uma nova imagem de uniformização.

No início do século XX as galerias eram já uma constante tornando-se na característica mais marcante da imagem da cidade, sendo por isso utilizada como marca e reinterpretação ao longo do tempo, como se pode constatar nos vários exemplos Arte Nova.

A construção do plano da cidade do século XVIII ainda não estava concluído, em 1908, altura em que é retomada, por um projecto do arquitecto Rodolfo Ucha Pinheiro, com o início da construção da última linha norte de quarteirões mas que também não chegou a ser finalizada. Assiste-se ainda nesta mesma época, às primeiras experiências de *ensanches* através da reprodução dos quarteirões até aos limites das fortificações, mais concretamente até à actual *Plaza de Espanha*, há semelhança do que já havia acontecido no início do século XIX, aquando do prolongamento da quadrícula até ao Bairro do Esteiro, e ao prolongamento de algumas ruas em direcção à povoação do Canido.

Só nos anos 40 é que surgem os primeiros edifícios fora da muralha, com um traçado já distinto do do bairro da Magdalena. Mas seguindo, o alinhamento da *Rua Real* entendida como a mais importante na cidade pela articulação que estabelece entre a Cidade Velha, o Bairro da Magdalena e a nova zona de expansão.

Em 1953 é construído, pelo arquitecto municipal, Nemésio Lopez Rodrigues o actual edifício municipal dentro da *Plaza de Armas*, rompendo o equilíbrio do plano original e a bipolaridade





48, 49. Imagem e Alçado de Edifício Arte Nova com Galeria, 2004 e 1914 (BERNARDO, Castelo, Ferrol: *Morfología Urbana y Arquitectura Civil, 1900-1940*, Universidade da Coruña, Coruña, 2000)

das duas praças originais, transfigurando este espaço urbano com o gigantismo do novo edifício face às outras construções.

Nos anos seguintes, e segundo o *Plan Xeral de Ordenación Urbana*, intensifica-se a densificação do centro urbano do Bairro da Magdalena, com o aumento do número de pisos e o preenchimento dos logradouros, ou mesmo pela substituição dos edifícios originais por outros completamente descontextualizados.

O crescimento de expansão da cidade provoca a perda da centralidade da cidade ordenada e compacta do século XVIII e a sua conseqüente degradação. Nos anos 70 e 80 assiste-se a um abandono quase total dos edifícios antigos, deteriorados pelo desmesurado aumento de pisos e pela falta de qualidade do espaço público fortemente congestionado.

### O Actual Processo de Salvaguarda

Apesar do plano rígido de fundação, a cidade acabou por não respeitar integralmente o plano. Com efeito, só em 1850 (89 anos após o início da construção da cidade), é que se codificam os principais elementos de alçado, com o chamado *Regulamento do Ornato Público da Cidade*. E em 1912 promulgam-se as segundas *Ordenanzas Municipais*, regulando-se a altura das edificações, mas possibilitando que a imagem volumétrica e compositiva existente fosse alterada pelos novos padrões modernizantes. No entanto, é em 1961 (quando pela Europa se iniciavam os primeiros debates sobre o património urbano) que realmente se rompe com a coerência arquitectónica existente ao serem aprovadas as medidas do *Plan Xeral de Ordenación Urbana*, onde se incentiva a edificação e se permite um aumento da área e volume de construção, propiciando a renovação imobiliária e especulativa, ao mesmo tempo que se vão perdendo os referentes históricos.

A acelerada destruição a que se assistia na cidade na década de 70, leva a que em 1977, um grupo de arquitectos e historiadores ferrolanos, através do Colégio de Arquitectos da Galiza, promovesse, em Janeiro desse ano, as chamadas “Jornadas de Urbanismo”<sup>9</sup> com o intuito de

<sup>9</sup> Que estão na base do livro AAVV, “El Bairro da Magdalena del Ferrol” in *Obradoiro*, Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, Santiago de Compostela, 1980,



50. Actual Casa do Concello, 2004

realçar a importância do Bairro da Magdalena no elenco das cidades de fundação do século XVIII e declará-lo como conjunto histórico artístico. De salientar, na época, o estudo das tipologias realizado por Juan A. Rodriguez Villasante que apresenta o inventário das principais tipologias ainda existentes e onde faz a apologia da sua conservação defendendo que “se o projecto unificador inicial não se realizou, o bairro desenvolveu-se com tipologias de casas bastante definidas e possuindo um carácter cultural próprio, foco de uma nova cultura e tecnologia”.<sup>10</sup>

Em 1984 com o novo *Plan Xeral de Ordenación Urbana* é, pela primeira vez, definida uma *Unidade Homogénea*, abrangendo todos os quarteirões da zona histórica e a sua primeira extensão (Bairro de San Amaro), assim como o Espaço Público, a *Concatedral de San Xulián* e o Teatro Jofre. Cria também, o primeiro levantamento de identificação pormenorizada do cadastro e das tipologias, desta área permitindo a criação de uma *Ordenanza Reguladora* definindo técnicas de protecção, conservação e reabilitação.

O conjunto é declarado como *Bem de Interesse Cultural*, a 9 de Março do mesmo ano, mas define uma nova área classificada que inclui zonas externas ao plano original ao mesmo tempo que exclui a Concatedral e o Passeio Verde.

A Declaração como *Bem de Interesse Cultural* implica<sup>11</sup> a obrigatoriedade de formular um plano ordenamento urbanístico e territorial, fixando para além da protecção física do património, alguns aspectos sociais e económicos.

Em Maio de 2002 é aprovado o *Plan Especial de Protección e Rehabilitación do Bairro da Magdalena*. Este plano, actualmente em vigor, cria uma nova delimitação da área protegida. Para além da área do plano original inclui outras zonas que se consideram importantes salvaguardar como testemunho e enquadramento da construção ou transformação do bairro, como: a fachada norte da *Rua do Sol* que inclui alguns edifícios de património catalogado; a zona de expansão do Bairro dos Finais do século XIX, nomeadamente o prolongamento da

<sup>10</sup> AAW, “El Bairro da Magdalena del Ferrol” in *Obradoiro*, Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, Santiago de Compostela, 1980, p.75.

<sup>11</sup> Segundo a Lei do Património Cultural da Galiza, artigo 45.

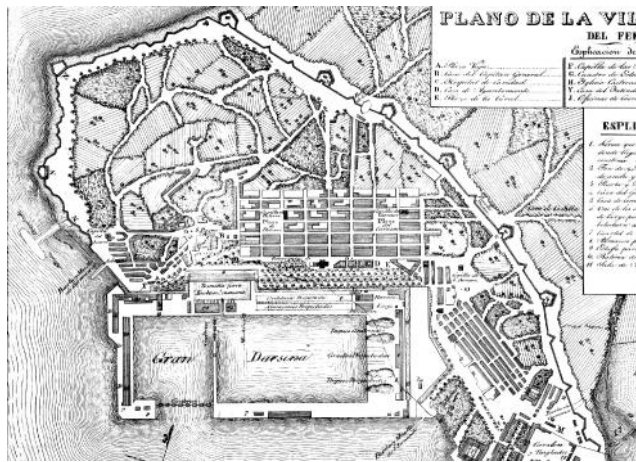


51. Área abrangida pelo PERI do Bairro da Magdalena e sobreposição do Plano Original



52. Planta actual, quarteirões existentes segundo o plano original, edifícios de equipamentos e espaço verde





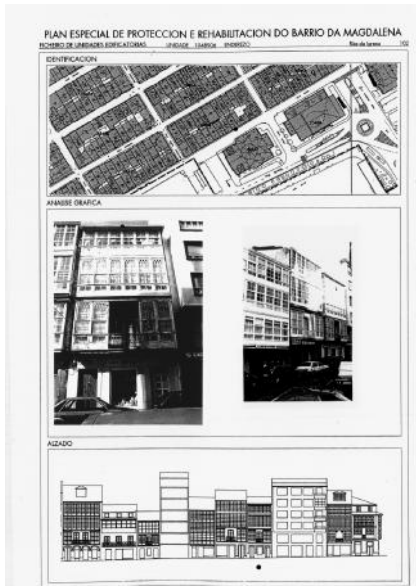
53. Planta da cidade revelando a expansão da cidade até à linha de fortificação, 1840 (FI)

*Rua Galiano* que apresenta uma continuidade do tipo arquitectónico característico do resto do bairro; o Bairro do San Amaro que surge como ligação ao Bairro do Esteiro, o qual se pensa ter sido logo criada ainda que não fazendo parte do plano; e as *peças soltas* da Igreja de San Xulian e o Teatro Jofre como elementos urbanísticos essenciais da povoação original mas que não tinham sido classificados em 1984.

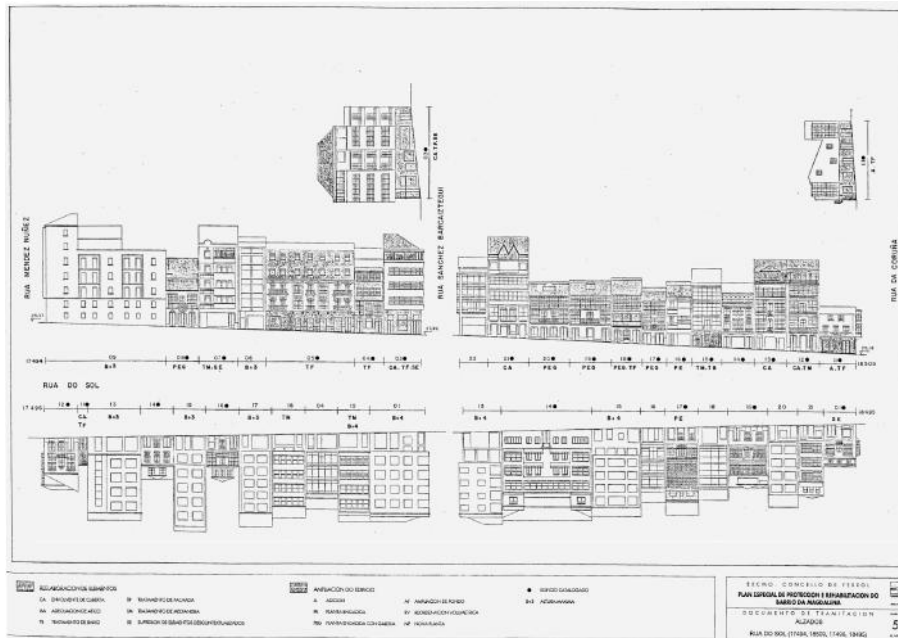
O *Plan Especial de Protección e Rehabilitación* desenvolve-se segundo dois níveis de planeamento distintos mas complementares. No primeiro, com determinações próximas das de um *Plan Municipal* como ordenador integral do território, estabelece intervenções de carácter geral e uma estratégia no conjunto de toda a cidade, como a ordenação da estrutura viária e a regulamentação dos usos que permitam a salvaguarda funcional e produtiva de toda a cidade. O segundo nível, no âmbito restrito de um *Plan Especial de Protección e Rehabilitación*, parte do conhecimento da realidade física social e económica do conjunto histórico, para apontar medidas gerais e medidas caso a caso. Nas medidas gerais refere a regulamentação de usos, viabilidade e serviços urbanísticos a partir de uma análise sistemática das características da edificação, permitindo assim, uma qualificação do solo e uma normativa coerente com os caracteres de cada tipologia, enquanto nas medidas caso a caso identifica o tipo de intervenção para cada edifício assim como a catalogação do património edificado e a sua correspondente protecção.

Deve destacar-se que este Plano assenta na declaração de Conjunto Histórico-Artístico e não na classificação edifício a edifício. Esta premissa determina que os elementos singulares que caracterizam a área estão na sua morfologia, ou seja, é a sua estrutura de quarteirões com lotes iguais e os espaços públicos e viários que se sobrepõem à unidade edificada. Daqui resulta o primeiro, princípio ordenador do plano de protecção que procura a conservação morfológica da cidade partindo do seu traçado original.

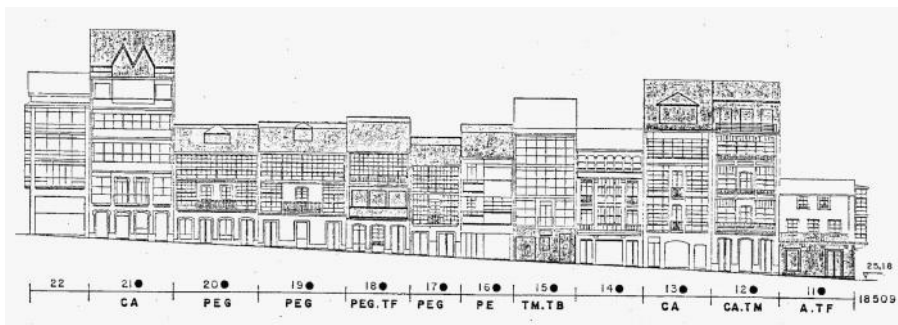
Entende-se ainda, a cidade como uma entidade em constante mutação, pelo que se defende que o verdadeiro património está na evolução que testemunha, evitando-se uma atitude fechada num momento histórico. Esta visão define outro princípio do plano de protecção que assenta na uniformização da imagem do edificado através não de uma hipotética reposição



54. Ficha de Caracterização do Edificado, edifício a edifício (PERI)



55. Desenho de alçado dos quarteirões e indicação do tipo de intervenção a que estão sujeitos (PERI)



56. Pormenor de alçado de um quarteirão e indicação do tipo de intervenção (PERI)



57, 58. Edifícios com linguagem e volumetria dissonantes, 2004

do modelo original, mas antes na difusão de uma imagem uniforme da cidade. Conseguida pela generalização da galeria que, tendo sido introduzida no século XIX, tem permitido reinterpretações de acordo com o momento cultural em que surge.

O Plano de protecção parte de uma caracterização dos edifícios e do espaço público possibilitando a posterior definição de medidas específicas. Definem-se duas categorias, uma correspondente aos edifícios catalogados e a outra aos não catalogados. Os edifícios são catalogados desde que apresentem valores arquitectónicos, tipológicos, construtivos ou ambientais que justifiquem a sua conservação, independentemente do grau de respeito às características originais e do seu estado de conservação.

Para os catalogados existe regulamentação normativa incluída na ficha individual de levantamento de cada edifício, indicando as possibilidades de intervenção e as necessárias correcções (demolições ou remoções de elementos incongruentes, ou de volumes considerados incompatíveis com a coerência do edifício). Quanto aos edifícios não catalogados seguem a regulamentação geral e devem, a longo prazo, procurar a sua reinserção. Estas medidas, prendem-se com as condições de habitabilidade, com a definição de usos do solo e com a conservação ou aproximação às tipologias e à imagem definida para o conjunto urbano.

Em anexo, na *Norma Técnica de Edificación* são definidos alguns dos materiais a utilizar, valorizando o reboco nos revestimentos e privilegiando a variedade cromática, para as coberturas o material tem de ser a telha e para as caixilharias, as madeiras pintadas de branco.

Ao nível da fachada as alterações necessárias para cada edifício são representadas em desenhos de alçados de rua, indicando a correcção de vãos, de nembos, de elementos decorativos, de alinhamentos de cornijas, de adição ou remoção de pisos e a uniformização das coberturas com inclinações semelhantes e com ou sem trapeiras.



59. Plantas com a indicação a azul das intervenções da *Oficina de Reabilitación* (OR)



60, 61. Edifício antes e depois da intervenção da *Oficina de Reabilitación*, 2002 e 2004 (OR)



62. Plantas e Alçados do Projecto de Reabilitação, preexistente e proposto, 2003(OR)





63. Indicação da localização de fogos devolutos antes do *Plan Especial de Protección e Rehabilitación* (PERI)

Para controlar e incentivar a reabilitação integral foi criada pelo município a chamada *Oficina de Rehabilitación do Concello* que gere todos os actuais processos de salvaguarda. Tem a seu cargo todas as fases da reabilitação, desde as propostas de financiamento, à execução dos projectos solicitados pelos moradores ou à sua aprovação, no caso do projecto ser de um atelier exterior, assim como todo o acompanhamento da obra. São também da sua responsabilidade todos os projectos de espaços públicos e todas as intervenções em edifícios públicos.

### **Análise dos Resultados**

Actualmente o Bairro da Magdalena encontra-se num acelerado processo de reabilitação fomentado pelas políticas dirigidas pela *Oficina de Rehabilitación* e torna-se novamente num ponto atractivo da cidade sendo verificável a redução do número de edifícios devolutos. A função comercial também tem aumentado, no entanto e apesar das tentativas para criar um Centro Comercial a Céu Aberto, agrupando e divulgando apenas os estabelecimentos comerciais que façam obras de reabilitação, não se tem assistido a muitas das obra de correcção necessárias para o restabelecimento da coerência formal dos edifícios.

As intervenções de carácter público nos equipamentos como o *Teatro Jofre* e o *Edifício da Pescaria* ou o *Mercado Municipal* incentivam e exemplificam a reabilitação, demonstrando que as intervenções devem ser o reflexo da época em que surgem, embora valorizando e respeitando a memória do passado. Enquadram-se ainda neste tipo de actuação as intervenções programadas, mas ainda não executadas, de requalificação do espaço público e do que resta do Passeio Público.

O Plano de Protecção, ainda que determine como princípio a manutenção da morfologia original, parece aceitar o crescimento e a diluição do plano original, como se verifica pela delimitação da área protegida. Se esta é justificável pelo crescimento dentro da mesma lógica de quarteirão e dentro dos mesmos princípios compositivos do edificado podendo reafirmar as qualidades do plano original, por outro lado, contribui para a má interpretação do projecto original entendido como unidade total, deturpando os seus limites. Acresce que o plano de



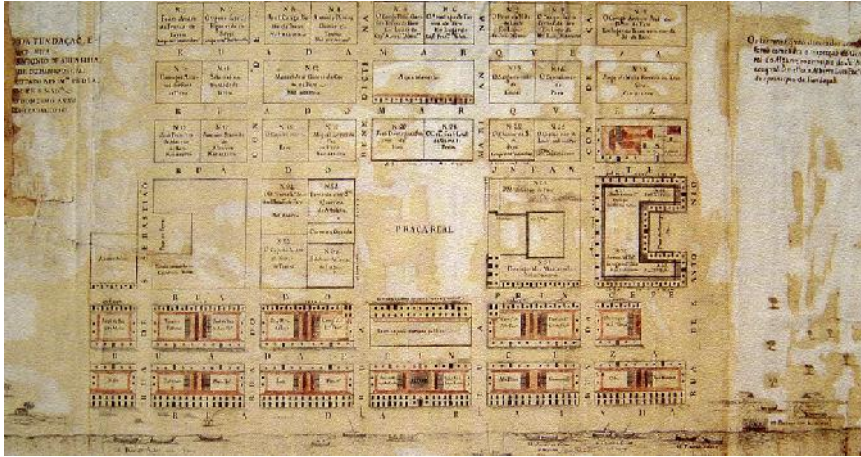
64. Teatro Jofre a ser reabilitado, 2004

protecção ignora a inexistência da última fiada de quarteirões nunca construída e a deturpação da *Plaza de Armas* pela construção da *Casa do Concello*.

De salientar, por outro lado que quando o plano surge, o Bairro da Magdalena assistia a uma crescente desertificação que contribuía para a degradação do edificado. Dai a importância dada à reabilitação social e o tipo de medidas adoptadas, mais ligeiras e de rápida difusão. O que também justifica alguma falta de ambição do plano, visível na ausência das referidas correcções de traçado ou na resolução do excesso de construção com volume abusivo, uma vez que só se prevêem demolições em pisos com carácter de acrescento, excluindo grande número de edifícios e a totalidade dos mais recentes.

A dificuldade em estabelecer critérios mais rígidos, coloca-se também pela falta de informação referente aos edifícios originais, daí que a classificação do edificado não se limite a este desenho original mas muito mais às suas adaptações, em especial à imposição de utilização de galeria.

Podemos concluir que a imagem que hoje se pretende preservar não é mais a original que se encontra quase perdida, mas a imagem que o século XIX conseguiu fixar e com a qual se pode recuperar a uniformidade perdida que se pretende salvaguardar.



65. Plano Original de Vila Real de Santo António da Arenilha., Reinaldo Manuel dos Santos, 1774 (CM-VRSA)

#### 4.4 | VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. SALGA DA SARDINHA.

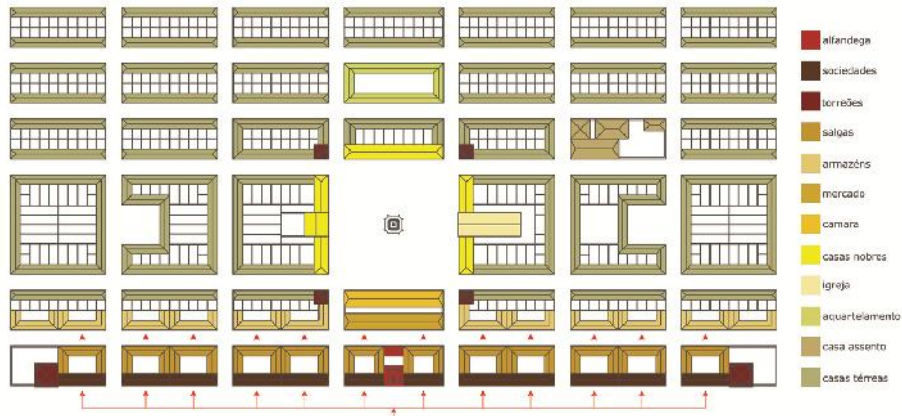
Fruto das disputas com Espanha pela pesca e mercado da sardinha, Vila Real de Santo António da Arenilha é mandada erigir pelo Marquês de Pombal no ano de 1773. Em concordância com as novas políticas de reestruturação do reino, a nova cidade encontra-se imbuída de um espírito racionalista onde tudo é rigorosamente controlado e regulado.

É implantada na margem do Rio Guadiana, frente a Ayamonte, segundo um plano muito influenciado pela experiência de Reconstrução da cidade de Lisboa, produto da Escola Portuguesa de Urbanismo. Apresenta um retângulo de 1930 palmos (424,6 metros) por 950 palmos (209 metros), dividido por cinco ruas paralelas ao rio e seis perpendiculares, todas com 40 palmos (8,8 metros) de largura e uma praça central quadrangular de 250 palmos (55 metros) de lado, onde se situa a representação do poder político e religioso, com a Casa da Câmara e Cadeia, a Casa da Guarda, o Obelisco e a Igreja.

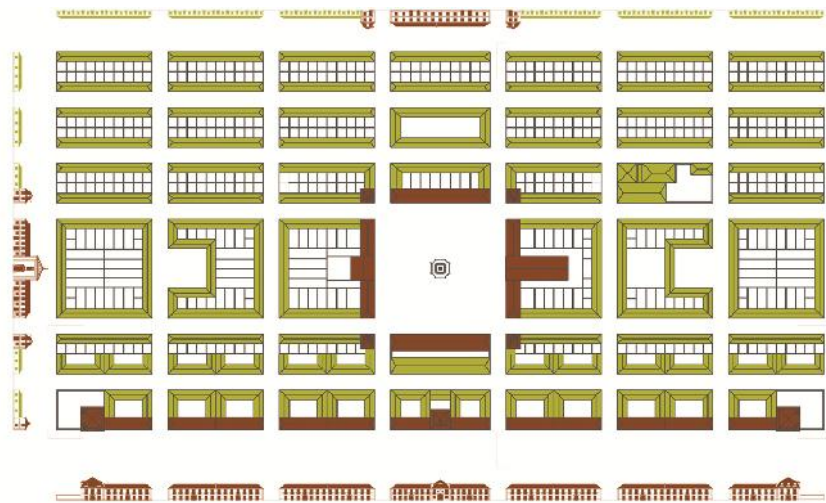
Na primeira linha de quarteirões, frente ao rio, desenha-se a fachada cenário de toda a cidade, constituída pela Alfândega, ao centro, pelas Sociedades das Companhias de Pesca, dos dois lados e rematada pelos Torreões.

Com um desenho muito racionalizado, pensado como uma autêntica fábrica, apresenta na zona ribeirinha as actividades essenciais de salga e armazenagem do peixe, na praça todos os serviços da cidade e, nos restantes quarteirões, a habitação para toda a população de forma indiferenciada, à excepção de dois quarteirões, um destinado ao aquartelamento e outro para a chamada fábrica do assento, onde era fabricado o pão. Esta rígida organização e hierarquia espacial denota-se, não só na ornamentação da fachada mas fundamentalmente no número de pisos, uma vez que, toda a cidade, foi pensada para edifícios térreos à excepção dos da Baixa-Mar e dos da Praça, com dois pisos, ou no caso dos torreões e da Alfândega com três pisos.

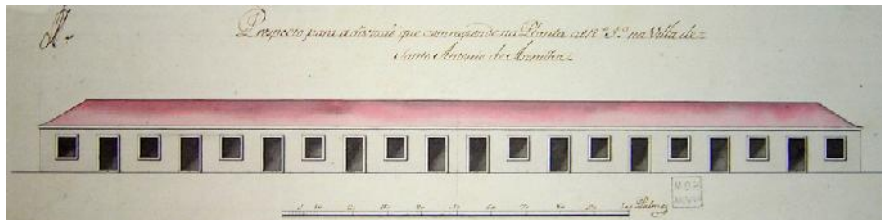
A mesma racionalidade é visível na morfologia urbana que assenta numa ideia de simetria, existente em todas as fachadas e no traçado, e na ideia de espelho de quarteirão para quarteirão.



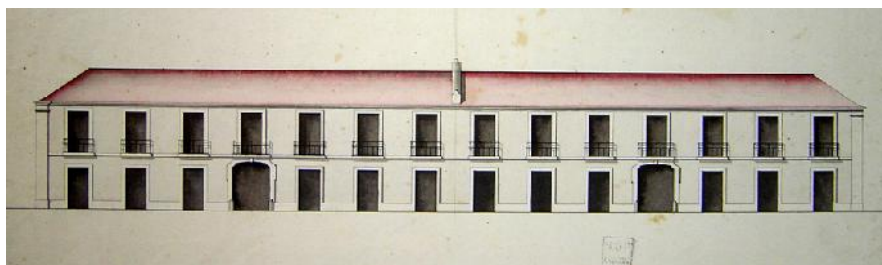
66. Organização Funcional da Cidade (PPSNP-VRSA)



67. Hierarquia Volumétrica (PPSNP-VRSA)



68. Alçado Original Casas Térreas, Reinaldo Manuel dos Santos, 1774 (AMOP)



69. Alçado Original das Sociedades, Reinaldo Manuel dos Santos, 1774 (AMOP)





70. Expansão da cidade e ocupação actual do quarteirão da "hortinha"

Contudo e apesar de todo o rigor e toda a rapidez no processo de construção quando a cidade é oficialmente inaugurada, em Maio de 1776 havia quarteirões por completar.

Após a morte de D. José, em 1777, Vila Real de Santo António vive um período de decadência e estagnação, que se estende até ao século XIX quando surgem as novas indústrias conserveiras capazes de incrementar um novo crescimento e desenvolvimento económico. Assiste-se também ao início da construção para fora dos limites do rectângulo original, pelas indústrias de grandes dimensões e pelas casas dos respectivos operários. A chegada do caminho de ferro, vem favorecer ainda mais este desenvolvimento económico e o crescimento para Norte da cidade original, com grandes armazéns e fábricas.

O rectângulo original nunca chegou a ser completamente delimitado, uma vez que o prolongamento da Rua José Francisco de Guimarães nunca foi construído. Daqui resultou a agregação deste último quarteirão com o equivalente a mais dois quarteirões criando a chamada hortinha que, como o nome indica era um terreno reservado à agricultura até à segunda metade do século XX, altura em que infelizmente foi ocupado por edifícios, conforme se mostra na figura 70.

Vila Real de Santo António, no final do século XIX, revela um significativo crescimento habitacional, no perímetro do rectângulo original e na direcção da Estrada Nacional 125, que liga à cidade de Faro, e reproduzindo os princípios da morfologia urbana do núcleo original, com construções térreas e com uma grande uniformidade de fachadas.

O crescimento económico da cidade mantém-se na primeira metade do século XX. São desta época algumas das maiores alterações às fachadas originais, enfeitadas com platibandas e socos trabalhados, ou mesmo a alteração radical do edifício pelo aumento do número pisos e pelo emparcelamento, rompendo com a divisão cadastral original e com a simplicidade e unidade característica dos edifícios originais.



71, 72. Praça Real com o Edifício da Câmara, no início e final do séc.XX (PPSNP-VRSA)

A 10 de Junho de 1908, um incêndio destruiu o edifício da Câmara sendo em seu lugar construído o actual, que rompe com a unidade que ainda existia em todas as fachadas da Praça.

O mercado 1º de Maio é construído em 1925, ocupando todo o quarteirão do antigo aquartelamento militar criando no interior, uma grande nave da venda de produtos, com alguma afinidade ao enorme terreiro que serviria para a parada militar, mas com uma fachada radicalmente diferente da anterior que, tipologicamente repetia o modelo do quarteirão residencial.

A construção do Hotel Guadiana, substituindo uma sociedade e a respectiva salga, rompe com a fachada contínua da Baixa-Mar e da Rua da Princesa. Da autoria do arquitecto Corrodi, é ainda hoje, o único edifício da Avenida da República com volumetria dissonante, no entanto é um edifício com grande qualidade e que marca o seu tempo.

No início da segunda metade do século XX,<sup>12</sup> a avenida marginal ao rio ainda era a mais animada e movimentada, com os principais edifícios comerciais e industriais ligados à actividade do porto, do edifício da Alfândega e da estação terminal da linha férrea.

No início deste século, a cidade encontra-se muito descaracterizada, dominada essencialmente pela actividade comercial e completamente desviada da sua relação fundacional com o rio. A marginal tornou-se num ponto de passagem com a criação do porto e das docas a norte da cidade, mas acima de tudo o núcleo original encontra-se, hoje, separado do rio por uma marina de recreio localizada frente à fachada de aparato. As maiores transformações dão-se como seria de esperar ao nível do edificado, estando em muitos casos ainda assegurado o cadastro mas tendo as tipologias sofrido grandes transformações. Infelizmente não se assistiu aqui a um simples aumento do número de pisos, como aconteceu na Baixa Lisboa, mas antes a uma completa substituição por novos edifícios sem qualquer relação com o original e a maioria das vezes desprovidos de qualquer qualidade arquitectónica.

<sup>12</sup> Segundo a descrição da cidade de Vila Real de Santo António, na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, volume XXXV.



73, 74. Baixa Mar no início do século XX e actualmente (PPSNP-VRSA)

### Actual Processo de Salvaguarda

O actual Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino ainda, em fase de elaboração, surge no seguimento de um já longo e complexo processo que envolveu caracterizações anteriores e mesmo medidas de salvaguarda e preservação.

Iniciado em 1967, o primeiro levantamento do edificado e espaço público, pela Direcção Geral de Planeamento Urbanístico, realizado pelo arq. Cabeça Padrão apresenta um estudo completo revelando a importância deste património urbanístico e arquitectónico<sup>13</sup>. Enuncia ainda algumas medidas *terapêuticas* edifício a edifício e cria um regulamento geral procurando manter ou melhorar a imagem do núcleo pombalino, mas que nunca foi posto em prática<sup>14</sup>. A partir desta caracterização começa em 1978 a primeira tentativa de Classificação das Construções Pombalinas, assim como a Delimitação de uma Zona Especial de Protecção.

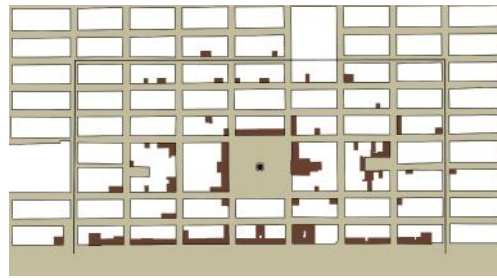
Com a elaboração da tese de Doutoramento do Prof. Horta Correia<sup>15</sup>, em 1984, aprofunda-se o conhecimento sobre o plano original e a consequente vontade de valorização e preservação deste património.

Em 1992 são elaboradas as Bases da Intervenção de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Vila Real de Santo António, pelo arq. João Horta, após seis anos a trabalhar na Câmara e a desenvolver uma ideia de intervenção que adopta e generaliza o uso do segundo andar recuado, na tentativa de retomar a escala da rua original e de dar resposta aos anseios de aumento de área de construção.

<sup>13</sup> Com base na obra inaugural sobre Vila Real de Santo António, IRIA, Alberto, *Vila Real de Santo António reedificada pelo Marquês de Pombal (1773-1776)*, Lisboa, 1948.

<sup>14</sup> Ainda que tenha sido sugerida a sua aplicação por parte do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural (ISPCN). As medidas terapêuticas assentavam principalmente em operações de substituição de coberturas planas por beirados, ou na remoção de elementos decorativos e platibandas, chegavam no entanto a propor actuações mais radicais como a substituição do edifício da Câmara para devolver à praça a unidade inicial, ou mesmo a demolição e construção noutra local do Hotel Guadiana, procurando reconstruir a Baixa-Mar.

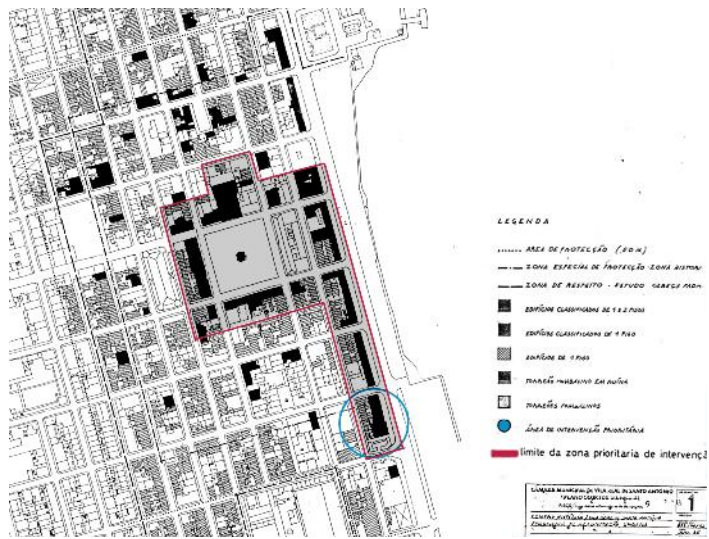
<sup>15</sup> CORREIA, José Eduardo Horta, *Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, FAUP publicações, Porto, 1997.



75. Planta de Classificação Arq Cabeça Padrão (PPSNP-VRSA)



76. Solução do Arq. João Horta\_ Habitação com 2ºPiso Recuado (PPSNP-VRSA)



77. Planta de Caracterização dos Edifícios Pombalinos e Delimitação da Zona de Intervenção Prioritária (PDM- VRSA)



78. Solução Arq. Rui Figueiras\_ Habitação com 2º Piso à Face (PPSNP-VRSA)



79. Fotografia aérea , final séc. XX (PPNP-VRSA)

É também deste ano a aprovação do Plano Director Municipal, da responsabilidade do arq. Manuel Salgado, que sugeria a elaboração urgente de um Plano de Pormenor e Salvaguarda, apontando medidas extraordinariamente restritivas para qualquer intervenção dentro do núcleo pombalino. Procura, ainda, pela demarcação de uma Zona Prioritária de Intervenção centrada no Torreão Sul em ruínas e descaracterizado, assinalar a necessidade de uma operação de reabilitação conjunta capaz de conservar uma área com edifícios muito degradados mas também ainda muito próximos do original. Contudo esta medida não obteve repercussões para além da intervenção no Torreão Sul.

A Câmara Municipal inicia acções de divulgação e sensibilização da população com exposições, com a publicação de *Vila Pombalina – Vila Real de Santo António*, do arq. Rui Figueiras, assim como através de projectos, também da sua autoria que pretendem ser exemplares e dinamizadores de uma operação maior de salvaguarda, como o exemplo da intervenção no Torreão Sul, para Arquivo Municipal, ou a sua hipótese de intervenção generalizável a toda a habitação. São ainda da responsabilidade deste arquitecto as Medidas Preventivas, introdutórias de um Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Vila Real de Santo António, de 1999, que nunca chegam a ser concluídas não se constituindo como instrumento legal.

É ainda, realizado um trabalho de Pós-Graduação do arq. Cândido Reis intitulado *Uma Ideia para a Vila Pombalina*.

Em 2002 há um novo levantamento e caracterização do edificado, resultando numa nova Planta de Classificação do edificado.

Contudo, apesar deste longo historial a área ainda não foi classificada pelo Instituto Português do Património como Bem Cultural, estando desde 1978 em vias de classificação.

Neste contexto surge em Setembro de 2003 a proposta por parte da Câmara Municipal, ao Centro de Estudos de Arquitectura, com vista à elaboração de um Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino. Inicialmente é realizada uma investigação do valor histórico e cultural da cidade no panorama nacional e internacional e, um rigoroso conhecimento do plano fundacional da cidade e seus edifícios, a partir dos estudos já



O formulário é dividido em várias secções:

- 1. IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO:** Nome do edifício, endereço, data de levantamento, etc.
- 2. LOCALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO:** Mapa de localização, coordenadas, etc.
- 3. CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO:** Descrição do edifício, materiais, etc.
- 4. HISTÓRICO DO EDIFÍCIO:** Data de construção, alterações, etc.
- 5. FOTOGRAFIA DO EDIFÍCIO:** Espaço para inserir fotografias.
- 6. PLANTA DO EDIFÍCIO:** Espaço para inserir a planta baixa.

80. Fichas de Levantamento e Caracterização do Edifício (PPSNP-VRSA)

realizados sobre a cidade<sup>16</sup> e uma análise dos anteriores processos de preservação e actuação. De seguida, inicia-se um novo levantamento do edifício, na maioria dos casos, limitado ao exterior<sup>17</sup> e à imagem do edifício, não só por razões de pragmatismo mas fundamentalmente por ter sido considerado como o ponto mais importante e característico da cidade pombalina.

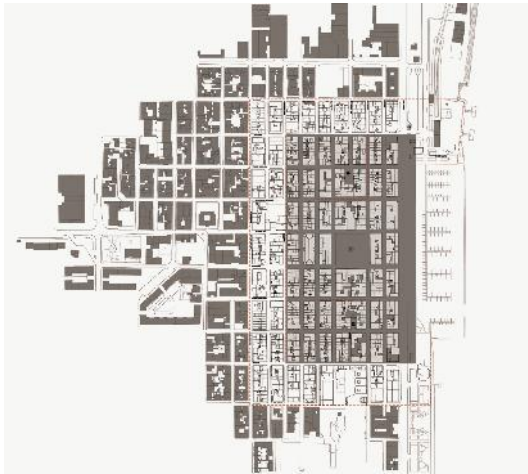
A partir deste levantamento tornou-se possível delinear como princípio orientador a clarificação da actual leitura do projecto original. Sem, contudo, deixar de ter em conta todo o processo dinâmico que a cidade já sofreu, garantindo a manutenção de determinados edifícios considerados marcantes no registo da evolução do tempo. Mas sem o prejuízo de, em determinadas zonas consideradas fundamentais para o entendimento e coerência do projecto global, se recorrer à reposição segundo o modelo original devidamente estudado.

O entendimento da cidade enquanto objecto, impõe a necessidade de uma imagem uniforme e em concordância com o original. De uma forma geral a filosofia que está subjacente ao plano procura restituir a imagem uniforme, que é parte integrante do projecto original que não se constrói por edifícios mas pela totalidade desenhada: edificado, quarteirões e espaço público.

Com vista a esta clarificação do conjunto edificado, são definidos três níveis de transformação da situação existente, aplicáveis a qualquer edifício, desde actuações de carácter não estrutural, actuações de carácter estrutural que não implicam perda de área e actuações de carácter estrutural mas com perda de área. Estas actuações visam a conservação ou a correcção e minimização de dissonâncias clarificando a legibilidade da imagem da cidade.

<sup>16</sup> Para além das obras já referidas, CORREIA, José Eduardo Horta, *Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, FAUP publicações, Porto, 1997 e FIGUEIRAS, Rui, *Vila Pombalina. Vila Real de Santo António*, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, Vila Real de Santo António, 1999, o estudo completo do edifício pelo Arq. Rui Figueiras apresentado à Câmara de Vila Real de Santo António em 1998, como parte integrante da análise histórica/arquitectónica da cidade para a elaboração do Plano de Pormenor e Salvaguarda do Núcleo Pombalino.

<sup>17</sup> Em determinados casos de edifícios mais próximos do original ou edifícios menos documentados, procurou-se também o conhecimento do interior através das peças desenhadas existentes ou de levantamentos e medições no local.



81. Delimitação da área do Núcleo Pombalino

A classificação de protecção do edificado assenta no grau de proximidade ao original e no valor arquitectónico de cada edifício inserido no conjunto.

Os edifícios considerados com *características pombalinas*, são aqueles onde hoje ainda é possível identificar a imagem original. Consoante o seu grau de aproximação são classificados em três níveis (P1, P2, P3), onde o primeiro se restringe aos poucos exemplos de edifícios que não apresentam significativas alterações na imagem, enquanto que o terceiro inclui os edifícios mais descaracterizados. Todos estes edifícios possuem uma ficha de intervenção, onde são indicadas as medidas terapêuticas que visam a manutenção ou recuperação da imagem pombalina.

Os edifícios sem características pombalinas podem ser classificados em seis níveis (E1 a E6) consoante a sua qualidade arquitectónica e a sua integração na volumetria do conjunto.

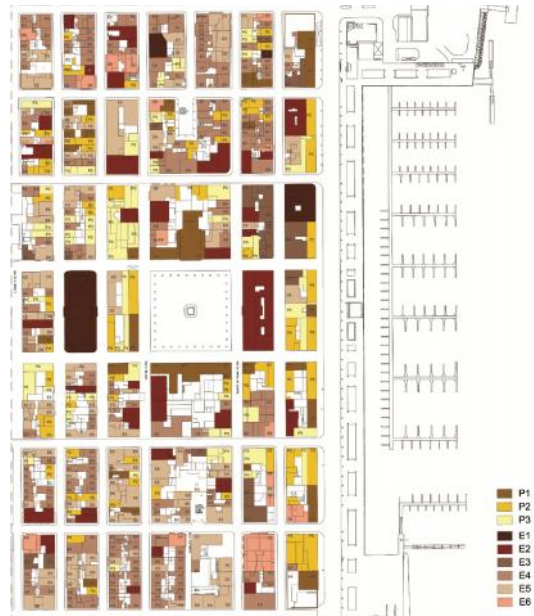
A classificação como de *qualidade* corresponde a edifícios que apresentam uma imagem dissonante da fundacional mas que são testemunhos de outras épocas e que devem por isso ser preservados.

Os restantes edifícios, podem corresponder a edifícios que não apresentam especial valor arquitectónico, mas estão integrados, ou podem apresentar uma dissonância volumétrica em relação à unidade pretendida.

Os novos edifícios, quer resultem de uma substituição integral quer sejam construídos num terreno livre, devem seguir todas as regulamentações específicas para as novas construções.

Como forma de regulamentar a imagem do edificado foram criadas quatro séries de peças desenhadas, fixando as regras de composição de todas as fachadas e todos os seus elementos, incluindo os vários tipos de caixilharia para cada edifício.

Procura-se sempre uma aproximação ao plano fundacional, mas mais pelos princípios de unidade e de tipificação de todo o edificado e componentes e não no sentido de uma reconstituição fiel do que existiu, mesmo porque os condicionantes actuais da vivência contemporânea com novas exigências de conforto, não são completamente compatíveis com uma cidade de pescadores do século XVII. Ao nível dos materiais, procura-se sempre que possível a manutenção dos



82. Mapa de Classificação do Edificado (PPSNP-VRSA)



83. Imagem de Edifício Pombalino (P1) (PPSNP-VRSA)



84, 85. Imagem de Edifício Pombalino Adulterado (P2) e a fotomontagem da transformação proposta (PPSNP-VRSA)



86, 87. Imagem de Edifícios Pombalinos Adulterados (P3) e a fotomontagem da transformação proposta (PPSNP-VRSA)





88-93. Exemplos de Edifícios não Pombalinos e respectiva classificação (PPSNP-VRSA)

originais, nos casos em que estes não existem, o regulamento define outros materiais aplicáveis a cada caso.

No entanto, a necessidade de clarificação do plano original exige uma restrição de área para efectivamente conseguir aplicar a noção original de cidade enquanto objecto. Assim, define-se a chamada Zona de Intervenção Sensível, englobando as duas primeiras linhas de quarteirões frente ao rio e a praça onde com medidas mais impositivas se torna possível e praticável o controlo de todos os componentes do edificado validando a ideia de cidade desenhada.

Neste sentido, foi proposta a requalificação e a reposição do eixo de interacção entre as duas primeiras linhas de quarteirões, composto por edifícios originalmente destinados à salga e armazenagem da sardinha e hoje maioritariamente devolutos e em avançado estado de degradação. Procura-se uma refuncionalização para comércio ou restauração capaz de contrabalançar o actual eixo comercial resultante da expansão urbana na direcção da Estrada Nacional 125. Preferencialmente pretende-se a intervenção global incluindo uma unidade de uma antiga sociedade, uma salga e de um armazém possibilitando relações de atravessamentos revelando eixos e alinhamentos actualmente ignorados.

Por forma a garantir a execução destas propostas, todos os edifícios da Zona de Intervenção Sensível, independentemente da sua classificação, foram analisados individualmente e elaborada uma ficha de intervenção, por edifício enunciando todas as correcções necessárias para assegurar a coerência da imagem global.

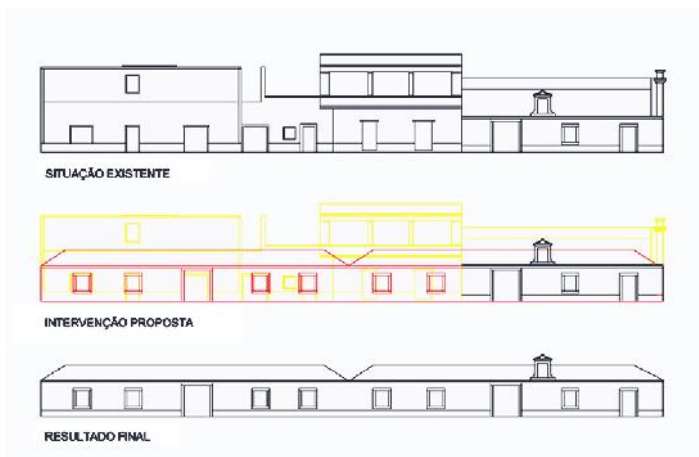
Quanto à actual Avenida da República pretende-se manter e incentivar também o comércio e a restauração mas, fundamentalmente reforçar a relação com o rio e requalificar o espaço público, demarcando zonas de esplanadas controladas e regulamentando o mobiliário urbano e a arborização. Para não impedir a visibilidade para o rio, propõe-se o desnivelamento do trânsito, o que permite criar um parque de estacionamento subterrâneo, garantindo que a entrada da cidade se continue a fazer (pelo menos para os visitantes) pela *frente de aparato*.



94. Delimitação da zona de Intervenção Sensível



95, 96. Antigo Armazém, situação existente e fotomontagem segundo as alterações propostas (PPSNP-VRSA)



97. Esquema de sobreposição de alçados existentes e propostos (PPSNP-VRSA)



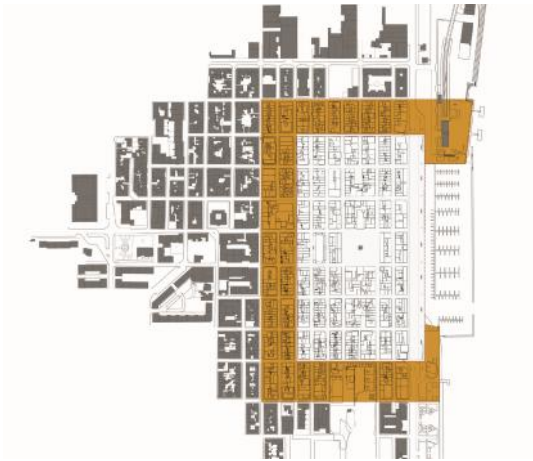
98. Exemplo de Ficha de Intervenção (PPSNP-VRSA)

No que se refere à Praça Marquês de Pombal, espaço central da cidade, procura-se manter esta qualidade com correcções gerais de espaço público e de publicidade. No caso particular do Edifício dos Paços do Concelho, este encontra-se actualmente em avançado estado de degradação, necessitando de uma intervenção com carácter de urgência. Uma vez que a área actual é insuficiente para as necessidades da Câmara, torna-se possível pensar numa intervenção conjunta, envolvendo para além do actual edifício, vários edifícios da Rua da Princesa e Avenida da República, nomeadamente a Alfândega.

Um outro ponto fundamental para o cumprimento dos objectivos do plano, centra-se na necessidade de redesenhar o limite do Plano Fundacional, clarificando a ideia da cidade enquanto objecto. O facto do crescimento da cidade se ter processado em continuidade com a malha e a morfologia do rectângulo, dificulta a leitura e identificação do núcleo inicial, pelo que se pretende criar uma Zona Envolvente, com uma imagem claramente diferente da do núcleo pombalino. Através dos sistemas de perequação compensatória possibilita-se a criação de uma zona com maior densidade construtiva face à baixa densidade do núcleo. Ao nível do espaço público esta distinção é também assinalada pela pavimentação de todo o rectângulo original, formando um tabuleiro de uso pedonal e de material contínuo.

Como foi referido, uma das ruas limite do plano nunca chegou a ser construída provocando hoje uma agregação de quarteirões e o corte da leitura global da implantação original, pelo que, uma das mais pertinentes propostas é a abertura da referida rua, libertando um quarteirão e possibilitando a transformação do interior dos outros dois quarteirões numa zona de equipamento.

Ao longo do processo do plano tem-se defendido a criação de uma equipa de gestão e de aplicação do plano de salvaguarda, no sentido de fomentar um maior dinamismo e uma melhor difusão e aceitação por parte, não só das instituições, mas também das populações. Seria responsável pela aplicação e patrocínio das principais medidas do plano dentro do seu enquadramento legal. Para além de procurar sensibilizar para as mais valias patrimoniais e culturais que uma operação de conservação e reabilitação desta envergadura é capaz de possibilitar, incluindo o interesse que pode suscitar no desenvolvimento do turismo cultural.



99. Planta com Indicação da Zona Envolvente

### **Análise do Processo e das Propostas de Salvaguarda**

Perante a singularidade de uma cidade que tinha tido um momento fundacional completamente desenhado, levantaram-se muitas interrogações de como actuar. Depois de compreender os anteriores processos de salvaguarda, procurou-se evitar cair no erro de procurar com uma solução pontual de resolução da habitação, criar ou recriar a cidade. Interessava acima de tudo não esquecer a cidade inicial, construída como uma fábrica completamente organizada e hierarquizada, onde cada edifício é apenas uma peça.

Actualmente as zonas mais bem conservadas correspondem à Baixa-Mar e à Praça Marquês de Pombal, o que permite garantir a hierarquia da cidade. No entanto, o tecido habitacional original encontra-se, em muitos casos irremediavelmente perdido, acima de tudo por ter sido substituído por arquitectura com algum valor arquitectónico, testemunho de uma época que muito dificilmente poderíamos querer apagar. Não podemos recusar a transformação do tempo e tornar toda a cidade numa reconstituição possível daquilo que teria sido, criando uma artificialização do espaço vivo que é a cidade. Assim como não podemos cair na ilusão da imutabilidade do plano, as transformações propostas têm de assegurar a herança cultural existente sem porem em causa desenvolvimentos futuros.

Para além da imagem confusa da cidade actual, que se torna necessário alterar, as propostas procuram valorizar os princípios iniciais que sobreviveram a todas as subversões, como: o traçado viário, os eixos compositivos e a organização funcional, a matriz cadastral, a escala, a volumetria e a imagem fechada e unitária do conjunto. Ainda que para garantir a preservação e a clarificação destes registos ou permanências se tenha, por vezes de recorrer a medidas restritivas ou à reposição formal do edificado, como na Zona de Intervenção Sensível, que permite através da actuação numa zona limitada a clarificação de todo o plano original.

Deve-se salientar que estes registos ou permanências do plano original não têm de passar exclusivamente pela manutenção formal do edifício. Exemplo disto é o referido Mercado 1º de Maio, hoje Centro Cultural António Aleixo, que se situa no local do antigo aquartelamento e



100. Imagem espaço público repleto de atalhados (PPSNP-VRSA)

que, apesar de uma nova forma, mantém algumas referências, como seja a ocupação total de um quarteirão com fachada contínua e, deixando o espaço interior amplo, ainda que coberto.

Quanto à necessidade de marcar o limite original, a opção de transformar radicalmente a Zona Envolvente, introduzindo inclusive uma nova matriz cadastral, parece algo forçado e muito dependente das necessidades de mercado e da criação de incentivos para as obras dentro do núcleo. O ponto mais sensível reside na possibilidade de substituição dos edifícios da Zona Envolvente, o que dificulta a justificação da manutenção de determinados edifícios, não pombalinos dentro do núcleo, em nome do testemunho da dinâmica urbana. Na realidade esta zona e a forma como se construiu, reinterpretando, ou copiando, o modelo original do núcleo, constitui-se como o mais vivo testemunho da evolução urbana. Talvez a separação das duas zonas se devesse limitar a mudanças mais subtis como: o pavimento, o mobiliário urbano ou a iluminação, para além das características do próprio edificado, distintas das do núcleo pombalino.

Ao nível do espaço público é ainda necessária a criação de um regulamento específico capaz de controlar a sua ocupação, uma vez que hoje este espaço não é só um espaço de passagem e de encontro mas apresenta-se, na maioria das zonas, invadido quer pelas actividades comerciais que face à reduzida dimensão dos edifícios se vêem obrigados a transformar a rua em zona de exposição, quer pelos vários espaços de esplanada dos estabelecimentos de restauração.

É também necessário um regulamento de publicidade capaz de regrar a sua forma, material e localização, garantindo que não perturbe a imagem dos edifícios.

A ideia base da cidade fechada e acabada foi sendo desconstruída pelas transformações contínuas do tempo. É fundamental travar esta desconstrução e acima de tudo garantir uma leitura coerente do núcleo histórico, evitando os exemplos de algumas intervenções que se têm efectuado, e que pretendendo garantir a todo o custo uma imagem “rigorosa” do original, têm resultado em falsos e até anedóticos testemunhos, deturpando toda a coerência do



101. Exemplo de Intervenção actual, "reproduzindo o original" (PPSNP-VRSA)

núcleo, como alguns exemplos que, fechados nas rigorosas métricas procuram reproduzir cegamente o sistema, desprezando a realidade actual, inclusive o cadastro, chegando a apresentar falsos vãos cortados por um limite de propriedade.

O Plano de Salvaguarda do Núcleo Pombalino impõe-se hoje, como a forma de regular e transformar estas intervenções e a realidade em prol da clarificação da leitura do plano original.



#### 4.5 | SÍNTESE COMPARATIVA

Nos exemplos anteriormente analisados deparamo-nos com algumas visões distintas sobre os objectivos e as metodologias de um plano de salvaguarda. Fruto dos antecedentes de Salvaguarda do Património Urbano estes casos procuraram uma estratégia combinada de restauro do edificado e reabilitação social do núcleo fundacional, de acordo com as necessidades de cada cidade.

Os princípios de cada Plano de Salvaguarda partem necessariamente do estado de conservação do património aquando do início do processo de protecção, assim como do grau de informação disponível sobre o plano original e a sua real construção, conduzindo a definições mais gerais de planeamento ou a propostas de restituição do edificado.

O conhecimento da realidade histórica em todos os casos, para além de definir a importância e o valor da conservação dos testemunhos que a cidade encerra, permite identificá-los e estudá-los assegurando assim a sua permanência. O que também explica a existência, por detrás ou em paralelo a estes planos, de obras publicadas alertando para a importância do património que urge conservar e desempenhando um importante papel na formação de toda a comunidade que habita ou utiliza estes núcleos, na maioria das vezes ignorando a sua importância na história do urbanismo. A procura de adesão e entendimento por parte dos cidadãos de todo o processo de salvaguarda facilita as actuações propostas conforme o preconizado pelas declarações internacionais de protecção do património<sup>1</sup>.

O levantamento e caracterização da cidade partem do estudo da importância histórica de cada cidade e revelam os princípios de actuação do plano. Em Vila Real de Santo António este levantamento restringe-se ao exterior tido como o fundamental a preservar e a restituir, enquanto no Bairro da Magdalena em Ferrol ou em Palmanova passa pelo conhecimento rigoroso de todas as tipologias, deixando antever uma conservação e correcção tipológica para além dos valores da imagem.

---

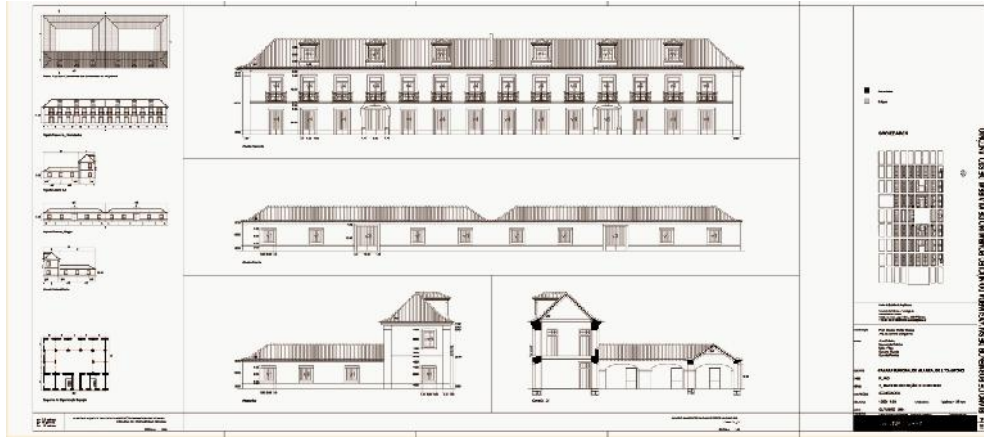
<sup>1</sup> Desde de 1975 com a Carta Europeia e com a Carta de Amesterdão e ao nível internacional desde 1976 com a Declaração de Nairobi que se defende a conservação integrada. Deixando claro que a reabilitação física e funcional dos núcleos históricos só se torna eficaz pela acção integrada que tenha em conta os aspectos sócio-económicos e a participação dos cidadãos como parte integrante do processo.

Os princípios de actuação de todas estas *ciudades desenhadas* assentam fundamentalmente no plano original como base patrimonial a preservar. Richelieu e Vila Real de Santo António, entendidas como as duas cidades desenhadas e construídas segundo o plano impõem uma aproximação e clarificação do núcleo original, tendo no entanto que se centrar nas zonas mais conservadas onde os princípios de uma reconstituição se tornam mais facilmente exequíveis. Mas Vila Real de Santo António, mais claramente do que Richelieu, procura nesta redução de área de intervenção uma aproximação a outra escala, ao pormenor, procurando na Zona de Intervenção Sensível, reintroduzir a noção de desenho total controlando a forma, a cor e os materiais. Enquanto na cidade de Ferrol, o plano e o seu entendimento foram reduzidos ao testemunho da morfologia urbana, essencialmente ao traçado (apesar de diluído no crescimento da cidade) adoptando-se as transformações do séc. XIX (pela introdução da galeria) como o meio de recriar a uniformidade perdida do plano original. Palmanova, por outro lado, procura acima de tudo reconstruir o seu traçado, como a prova da eficácia do seu plano inicial, assente numa análise tipológica e define também a ideia de ambiente coerente e complementar do plano.

Todos os planos assumem o traçado como o mais claro testemunho do desígnio fundacional pelo que em nenhum dos casos estudados é possível alterar o traçado existente a menos que seja para repor o original já perdido ou mesmo nunca construído. Como se verifica em Richelieu e em Vila Real de Santo António, onde se propõe a abertura de ruas existentes no plano ainda que possivelmente nunca tenham sido realizadas. Já em Ferrol, não se propõe nenhuma correcção do traçado, nem sequer para corrigir lamentáveis deturpações, como o caso da Câmara. Quanto à matriz cadastral, em nenhum dos casos se permite a associação de lotes deturpando a divisão original. No caso concreto de Vila Real de Santo António onde os edifícios originais apresentam menor capacidade de adaptabilidade às novas exigências de área e conforto, o plano possibilita o emparcelamento, desde que seja possível a leitura da unidade original, impondo a manutenção das paredes meeiras.

Ao nível da imagem do edificado, todos os casos definem medidas mais ou menos específicas que procuram uma uniformização da imagem seja por aproximação aos modelos





102. Peça Desenhada , Série 2\_Mapa de Definição do Edifício 2 (PPNP-VRSA)

originais, como em Vila Real de Santo António ou Richelieu, seja pela generalização de uma outra imagem uniforme e que pretende disseminar.

A apresentação destas medidas através de um manual ou de um conjunto de peças desenhadas constitui-se como um dos mecanismos essenciais de implementação do plano. No caso do Plano de Vila Real de Santo António as peças desenhadas pretendem essencialmente controlar todo o edificado clarificando a importância do desenho global abrangendo todas as escalas. Definem desde os elementos da fachada, aos pormenores, as caixilharias e as cores e materiais. O Plano de Palmanova não impõe desenhos concretos mas cria um sistema de composição da fachada estabelecendo regras de alinhamentos e definindo os elementos que a podem compor segundo uma ideia de ambiente e de aproximação a uma imagem da época. No caso de Richelieu não existe este manual impondo só exemplos de intervenções já efectuadas e consideradas exemplares. Na cidade de Ferrol, o plano estipula através da *Norma Técnica de Edificación* materiais e alguns princípios para as intervenções, mas cabe à *Oficina de Rehabilitación*, a execução dos projectos, garantindo os objectivos propostos sem a existência de peças desenhadas.

Os objectivos e as medidas propostas dependem obviamente do tipo de legislação de cada país. No caso de Richelieu, à semelhança do que acontece em outras cidade francesas, nomeadamente na cidade de Charleville, desde o início do século XX que os edifícios foram classificados como Monumentos Históricos, o que possibilitou a protecção e preservação quase total e que impôs, mesmo antes da existência de um plano, a necessidade de reposição segundo o modelo original. Contudo, são sempre intervenções de carácter individual e localizado, só a posterior classificação do núcleo como *Secteur Sauvegardé* é que introduziu a necessidade do plano de salvaguarda e a possibilidade de pensar a cidade como um todo e no seu urbanismo. A cidade de Ferrol, por outro lado, nunca teve uma declaração edifício a edifício, optando só pela classificação do conjunto e acaba por se centrar na protecção do traçado do plano original enquanto unidade, apesar da deformação ocorrida pela expansão da malha urbana.

É no entanto necessário ter em conta que o sucesso das medidas analisadas dependem de dois factores interrelacionados: o empenho municipal na acção e a tipologia de gestão e implementação da experiência. Aqui devemos apontar o sucesso do gabinete de gestão do plano da cidade de Ferrol que, concentrando em si todas as fases dos projectos e todo o diálogo com a população, assim como todo o financiamento, consegue uma mais fácil adaptação e aplicação das propostas, o que possibilita um modelo de plano mais permissivo. Mas esta maior liberdade é anualmente controlada e analisada por um “relatório de actividades” capaz de fazer uma actualização dos objectivos do plano. Em comparação, em Richelieu, este gabinete não existe, o que existe é a figura do *Architecte des Bâtiments de France* que tem a responsabilidade de aprovar e supervisionar todos os projectos para a área protegida, assim como são da sua responsabilidade todas as obras sobre o espaço público. Mas, não faz a gestão estratégica do plano, dependendo mais da participação dos particulares do que de uma estratégica estatal, e conforme se verificou, quando as propostas do plano não são executadas, também não são reequacionadas, ficando à espera de uma vontade externa de requalificação e de actuação. No caso de Palmanova a gestão é também municipal mas o plano define concretamente uma calendarização e uma estimativa de custos para as principais intervenções indicadas no plano, procurando melhorar e controlar a sua aplicabilidade. No entanto, o plano ainda é muito recente para se perceber o sucesso desta gestão sem uma entidade exterior.

Podemos concluir que apesar da importância do plano fundacional, em nenhum dos casos se ignorou as adaptações que conduziram à cidade presente, nenhum plano, nem mesmo o de Vila Real de Santo António ou o de Richelieu, pressupõe a reconstrução total segundo o plano original, assiste-se, pontualmente e nas zonas mais bem conservadas ou estratégicas, a acções de reposição do modelo original. De uma forma geral a nova construção não passa por acções de reposição científica mas antes procura uma reinterpretção já não necessariamente do projecto original mas do que se pretende testemunhar dele. Assenta normalmente em conceitos de uniformidade e de imagem controlada, com desenhos de *fachada tipo* e uma grande unidade de imagem procurando não interferir negativamente com

o original. Porém mantém-se sempre a consciência de que determinadas medidas de clarificação passam pela (re)escrita da história.

A noção que a actual cidade é fruto não só do projecto original mas também das transformações das várias épocas ganha sentido pela protecção de determinados edifícios em dissonância com os princípios fundacionais.

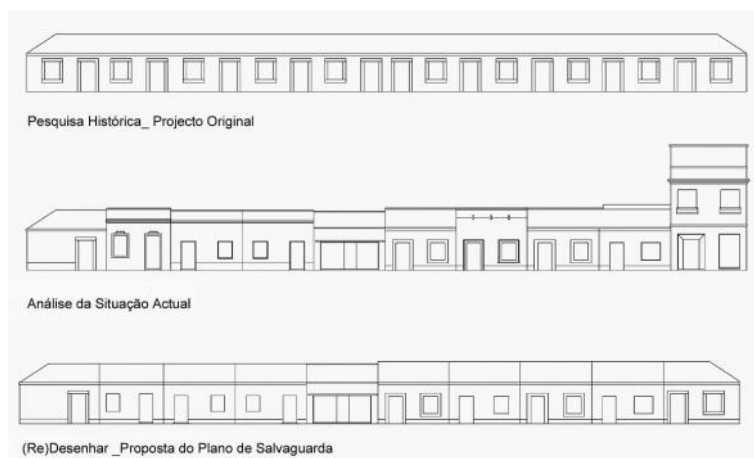
Neste sentido, estas operações aproximam-se de outras operações de salvaguarda urbana, em que se assiste a uma requalificação dos espaços exteriores e à conservação ou restauro dos edifícios monumentais ou, mais significativos. Mas as intervenções analisadas implicam sempre e acima de tudo, uma visão global do original e é esta existência de um desígnio inicial que determina todos os regulamentos e ordenamentos do plano de salvaguarda da *cidade desenhada*, muito para além do respeito pelas alterações, testemunhos de outras épocas.

De um modo geral, a intervenção de salvaguarda urbana nestes núcleos históricos, torna-se, à semelhança dos restantes núcleos, primordialmente uma questão de urbanismo e opções projectuais. Perante um bem mais ou menos descaracterizado, procura-se avaliar a desconstrução da ideia de *cidade desenhada* e assegurar essencialmente a sobrevivência e a manutenção da morfologia e da tipologia originais, resultando num objecto transformado e enriquecido pela história.

Mais do que as várias arquitecturas é o Plano Original que está por detrás dos actuais objectivos de salvaguarda. Porém, o tempo, a identidade e o plano de salvaguarda complementam a ideia do autor inicial.



## 5 | METODOLOGIA



103. Alçados de quarteirão, plano original, situação actual, proposta do plano de salvaguarda (PPNP-VRSA)

Neste último capítulo deveríamos procurar chegar a uma conclusão, provavelmente a um método universalmente válido para a salvaguarda de uma *cidade desenhada*. Paradoxalmente, num mundo cada vez mais globalizado e massificado, também quando se fala de património cada vez menos as soluções são globais. A análise caso a caso e segundo a especificidade de cada região e comunidade é o método comum a todos os processos, conduzindo inevitavelmente a soluções localizadas e específicas<sup>1</sup>, como se constatou na análise dos casos.

Pretende-se, agora, a levantar as últimas problemáticas que devem ser equacionadas nas operações de salvaguarda destas cidades “excepcionais”, sendo que algumas são comuns às intervenções nas outras cidades<sup>2</sup>. Procura-se também, centrar o estudo no caso português, partindo novamente das dúvidas levantadas pelo Plano de Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António.

### **Restauro e Reabilitação**

Nas *cidades desenhadas*, próximas de uma utopia, a existência do factor tempo, como elemento deturpador da clareza do plano inicial fechado, coloca em confronto o seu valor artístico e o valor histórico documental.

Daqui se levanta a questão de como actuar hoje quando se opera na perspectiva de uma salvaguarda.

Considerando que “o plano é sempre um tempo da cidade, tal como outro elemento primário”<sup>3</sup>, ainda que possa ser fechado e entendido mais como um projecto de arquitectura do que como plano urbanístico, é sempre uma condicionante sendo continuamente inter-

<sup>1</sup> Já a Declaração de Nairobi, como constatámos defende a preservação da cidade partindo da especificidade de cada caso enquanto testemunho de uma comunidade face à actual uniformização dos assentamentos humanos.

<sup>2</sup> A maior importância atribuída ao urbanismo como valor a preservar é algo que também falta em muitos dos planos de salvaguarda de muitas outras cidades, onde por vezes se assiste a uma preservação e conservação do edificado mas não do espaço, não se considerando as diferentes vivências e funções e, por vezes, nem sequer os fluxos, conduzindo à perda de sentido do espaço urbano. Na maioria das intervenções em núcleos históricos o urbanismo não devia ser ignorado, é em conjunto com o edificado, o verdadeiro testemunho e memória do espaço urbano.

<sup>3</sup> ROSSI, Aldo, *A Arquitectura da Cidade*, Edições Cosmos, Lisboa, 2001, p. 144.

pretado, analisado e trabalhado por cada intervenção posterior. Assim se entende que acima de todas as possíveis transformações e subversões, seja ainda possível identificar invariantes e permanências.

Nas *idades desenhadas*, por mais subversões que existam, estas tiveram sempre em conta, consciente ou inconscientemente o existente, nem que seja pela recusa e negação, porque na sua essência estará sempre o plano inicial.

Numa operação de salvaguarda temos, acima de tudo, de avaliar o verdadeiro valor do objecto enquanto património e testemunho, o seu valor artístico e histórico, e só depois podemos definir objectivos de actuação.

Podemos pensar na preservação de um património estático como peça de museu e criar uma nova utopia onde todos os edifícios deverão ser restaurados e a sua coerência e desenho original restituídos, ainda que correndo o risco de estarmos nós, agora, a (re)escrever a história. Teremos então uma cidade-museu onde as verdadeiras funções da cidade serão remetidas para outra cidade dita contemporânea, viva mas talvez sem valor patrimonial! De que o melhor exemplo será provavelmente a cidade de Veneza, hoje reduzida à função turística situando-se as funções urbanas, a verdadeira cidade, na vizinha cidade de Mestre.

Pelo contrário, se considerarmos suficiente o testemunho dado pelas permanências, pensamos antes numa reabilitação da cidade à semelhança dos restantes núcleos históricos, preservando uma imagem o mais próxima possível do original: o traçado das ruas e praças, o cadastro, a forma urbana e as hierarquias espaciais. E procuraremos dinamizar e qualificar os espaços urbanos aproveitando a sua centralidade e as potencialidades dadas pelo reconhecimento de anos de existência.

Defendemos que aquilo que se deve valorizar é a permanência, os vestígios e é a partir daqui que se faz uma reinterpretação dos objectivos que se consideram fundamentais manter e preservar e, em casos excepcionais, restituir, para que a cidade se entenda como um todo (tal como foi planeada) como testemunho da sua fundação. Esta visão permite-nos pensar não só numa operação de reconstrução ou conservação, mas na possibilidade de hoje se continuar a



intervir. Na realidade o que se propõe é uma intervenção global que marcará inevitavelmente este tempo e perdurará como a nossa interpretação sendo testemunho não só da nossa época mas também da nossa visão do passado.

Em Vila Real de Santo António, por exemplo, as novas construções serão inevitavelmente a expressão desta interpretação, são pensadas em continuidade com os modelos originais mas não se limitam a um mimetismo ou a um “pastiche”. Podemos, inclusive, pensar que em determinados pontos, mais afastados da praça e da baixa-mar, os edifícios podem vir a ter dois pisos, desde que seja geral para todo o quarteirão e desde que seja uma construção coerente em consonância com todo o conjunto. Esta é uma intervenção contemporânea, sem necessitar de caixas de vidro, ou de madeira, para ser memória deste tempo.

Fundamentalmente há que entender a cidade como produto de sucessivas transformações que não podemos parar mas que temos, com urgência, de controlar. E este controlo não se pode limitar só aos edifícios testemunho do original ou de outras épocas que também apresentam qualidade, mas tem que ser entendido como uma estratégia global capaz de ultrapassar este entendimento, edifício a edifício, e pensar no objecto total que é a cidade. Pensar inclusive na relação que se pode estabelecer entre o núcleo fundacional e os posteriores desenvolvimentos da cidade, porque a cidade não se entende só dentro deste núcleo, mas nas relações que estabelece com os posteriores crescimentos, quer sejam de contraste, quer sejam de continuidade.

### **Planeamento e Projecto**

A requalificação da cidade é ainda matéria nova para a urbanística. E as últimas décadas têm provado a necessidade do planeamento como imprescindível para garantir a qualidade do ambiente humano.

Enquanto no caso de um imóvel os instrumentos de valorização e preservação passam pela elaboração de um projecto, no caso de um núcleo urbano, onde é necessária uma visão global do território urbano capaz de conciliar as diversas escalas de intervenção e as

diferentes necessidades e vontades das populações que têm de ser compatibilizadas, o instrumento operacional só pode ser o plano.

A actual Lei do Património determina a criação do *Plano de Salvaguarda para a Área a Proteger*, como plano de protecção e valorização do *monumento, conjunto* ou *sítio* classificado. Mas, estes planos, continuam por regulamentar, sendo hoje remetidos para os planos de pormenor consagrados pelo *Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial*. Acresce que, para além da imposição da criação dos planos de salvaguarda, a actual *Lei de Bases do Património* não valoriza, nem consagra, o urbanismo como valor cultural em si, remetendo-se sempre para uma visão do valor cultural individual dos imóveis a preservar. O que se torna manifestamente reduzido quando se pretende a salvaguarda de uma *cidade desenhada* onde, o urbanismo, constitui o principal valor a preservar, muito para além do possível valor arquitectónico dos edifícios considerados individualmente.

Porém, os *planos de pormenor* adquirem uma importância fundamental na medida em que constituem, actualmente, a única forma e possibilidade de articulação de todas as escalas de planeamento, desde o edificado, ao espaço urbano e à totalidade dos quarteirões. São, pois um meio essencial de protecção e intervenção. Perante a multiplicidade de critérios arquitectónicos actuais, torna-se impossível a construção da cidade sem planeamento e mais difícil será pensar na sua transformação, ou na salvaguarda dos seus valores patrimoniais, sem esse mesmo planeamento.

Não deixa, contudo, de ser ao mesmo tempo redutor, e mesmo perigosa, esta separação entre o plano e a capacidade de intervenção dos actuais operadores da cidade. Se por um lado, os planos são vistos como a garantia da salvaguarda urbana, por outro não se encontram devidamente regulamentados, na actual legislação, conduzindo a uma aprendizagem de conhecimentos específicos da matéria pelas experiências pontuais existentes, quer pelos fracassos quer, pelos sucessos. Este lapso de informação torna-se lamentável se pensarmos que os planos de salvaguarda mais do que o tempo que representam, constituem-se como os controladores das transformações e dos processos evolutivos futuros.

Na realidade, a intervenção de salvaguarda urbana nestes núcleos históricos *desenhados*, torna-se, à semelhança dos restantes núcleos, primordialmente uma questão de urbanismo e de bom senso. As opções pela restituição, pela demolição, pela reabilitação ou pela renovação são colocadas no campo das opções projectuais. Obviamente que intervir nestes casos implica responder a particularismos e exige conhecimentos específicos, no entanto, tal não retira a sua esfera de intervenção do urbanismo e da arquitectura.

Importa pois controlar a arbitrariedade das decisões pelo que ganha importância o processo de análise e de conhecimento da realidade urbana e territorial e dos seus valores históricos. Os planos de salvaguarda têm obrigatoriamente que reconhecer e reconstituir os sistemas de valores do território e da cidade onde se opera e através das medidas impostas, fazer emergir o que a estrutura e caracteriza como património cultural.

Mas não existem receitas óbvias, só a análise rigorosa permite formar uma consciência dos valores do património e a sua documentação e estudo torna-se, por si só, um dos mais importantes factores da conservação.

Isto explica a importância de que se revestem, em todos os processos analisados, a publicação de obras no âmbito da história do urbanismo e da arquitectura, divulgando e alertando para os valores patrimoniais em jogo, e ainda as múltiplas exposições e acções de divulgação para as próprias populações incentivando uma nova apropriação dos espaços com o conhecimento do seu valor cultural e como garantia da sua preservação.

Para além da análise e do estudo histórico capazes de inserir e revelar o verdadeiro valor a salvar, deverá ser feito o levantamento de diagnóstico da situação existente. Este, preferencialmente, levado a cabo pela equipa projectista, deverá também atender à divisão da propriedade<sup>4</sup>, fundamental para uma mais célere aplicação das medidas posteriores (importante para isto seria a actualização do cadastro urbano e a coordenação com o INE no tratamento dos resultados dos censos). Este levantamento deverá ser feito ficha a ficha, realizado como inventário, possibilitando depois a transformação e as propostas de reutilização social do edificado.

---

<sup>4</sup> O levantamento da cidade de Richelieu para além da caracterização física do edificado apresenta a identificação dos proprietários.

O estudo da análise tipo-morfológica do edificado permite verificar “*in loco*” as transformações ocorridas desde a data dos primeiros projectos até à data do plano de salvaguarda, bem como a capacidade de adaptação de algumas tipologias e modelos urbanos, possibilitando na futura intervenção não só a repetição estática dos modelos do passado mas antes a sua adaptação aos novos usos em conformidade com as lógicas do edificado. “Devemos procurar na história da cidade construída as regras dominantes da sua urbanidade e a partir delas recriar com segurança um fio condutor único certificado de que o nosso trabalho não será aleatório mas poderá ser inserido no processo colectivo de construção urbana”<sup>5</sup>.

O levantamento terá também de contemplar o espaço público prevendo a sua requalificação como principal cenário da vida urbana, em especial quando é fruto do projecto inicial de fundação.

O plano de salvaguarda elaborado deverá ainda ter a consciência que é uma proposta localizada no tempo, sempre sujeita a reacetos conforme a evolução da realidade devendo ser elaborado um plano estratégico que possa balizar todas as intervenções, mas permitindo a cada momento reavaliar as formas de o aplicar, com a necessária interacção entre o poder político e os técnicos que o poderão aplicar.

Neste sentido, justifica-se e defende-se a criação de um Gabinete Especializado que passe a gerir a zona de intervenção, mas que não pode ser simplesmente gestor de projectos. A gestão tem de ser entendida no âmbito da *conservação integrada*. É, também, necessário encontrar fontes e meios de financiamento das operações, daí que hoje surjam novas formas de gestão dos centros históricos, na forma de fundações ou com modelos empresariais, como sucedeu no caso da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto e nas actuais Sociedades de Reabilitação Urbana (SRUs) .

---

<sup>5</sup> FERNANDES, Francisco Barata, *Transformações e Permanência na habitação portuense As Formas da Casa na Forma da Cidade*, FAUP Publicações, Porto, 1999, p. 304.

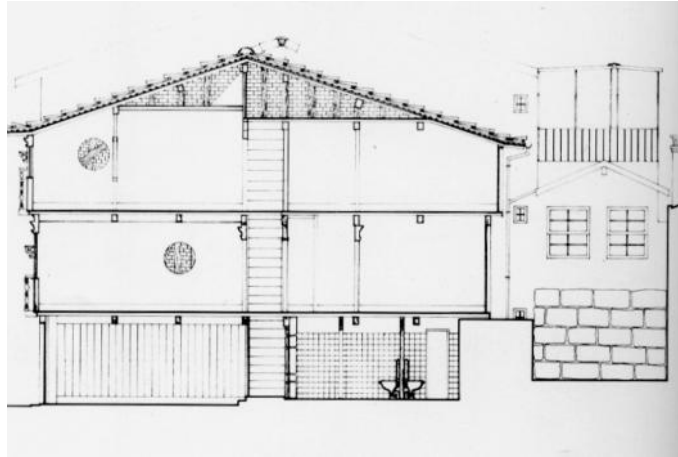
### **Estratégia. Para lá dos Planos**

Uma operação de salvaguarda e reabilitação de um núcleo histórico não se deve ficar pela elaboração de um plano sob o perigo de este acabar por não ser aplicado por falta de técnicos ou simplesmente por falta de vontade de cumprir um regulamento tantas vezes demasiado proibitivo. Torna-se assim necessário pensar numa estratégia de aplicação e de gestão porque “um plano não é uma panaceia para substituir uma luta que é preciso travar diariamente no terreno - e uma luta só pode ser travada por pessoas, por técnicos interessados, capazes e persistentes, e não por volumes de papel encadernados”<sup>6</sup>. Os planos não devem ser o objectivo último, mas antes um meio a utilizar para atingir os objectivos de salvaguarda, capaz de enquadrar e integrar os vários níveis de actuação com uma visão global e a médio prazo. Têm de ser instrumentos técnicos que, partindo do reconhecimento e da caracterização de uma dada realidade e dos objectivos políticos, sejam capazes de prever e determinar uma intervenção unitária. Contudo acabam na sua maioria por ser de natureza estática, e deveriam (sem trair os seus objectivos estratégicos) ser passíveis de se adaptar a circunstâncias novas ou imprevistas e a uma realidade em constante mutação, característica fundamental da urbanidade. Não só por constantes revisões estratégicas mas complementados por uma gestão capaz de reequacionar os seus objectivos. Porque um plano é em síntese a ideia da cidade e do seu futuro, que dificilmente se consegue manter estática.

A Oficina de Reabilitação de Ferrol enquanto gabinete de gestão do plano, vem conseguindo que o plano de salvaguarda seja mais aberto, deixando nas mãos dos técnicos e no diálogo com as populações as soluções a adoptar, assim como uma maior uniformização das soluções adoptadas. Além de simplificar o processo, o contacto directo com a população, torna-a parte integrante da salvaguarda e possibilita uma mais fácil aceitação das medidas mais restritivas.

---

<sup>6</sup> CASTRO, Maria José Abrunhosa de, “Recuperação Urbana no Centro Histórico da Guarda(1980/1990)” in Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais, nº 14/15, 1991, p. 38.



104, 105. Casa da Rua Nova. Sede do GTL de Guimarães, Fernando Távora, 1985.

Algumas experiências implementadas no nosso país, ainda que aplicadas a núcleos diferentes dos estudados revelam na gestão directa em contacto com as populações um grande sucesso na reabilitação.

Os Gabinetes Técnicos Locais (GTL's) surgem assentes na gestão directa, assumindo tarefas administrativas, em especial a aprovação e o acompanhamento das obras e a partir desta experiência desenvolvem planos de salvaguarda ou reabilitação, que se tornam imprescindíveis para atribuir um valor legal às opções e medidas implantadas pelo gabinete.

A actuação do GTL de Guimarães, entendida como exemplar<sup>7</sup> no contexto português, assenta num entendimento da reabilitação e da salvaguarda como uma estratégia global e acima de tudo pedagógica para quem ali habita, com uma “metodologia que parte dos pressupostos de que intervir na cidade, é também, saber compreender as estruturas antigas, quem as habita e quem as poderia habitar, fazendo-as participar no seu desenvolvimento, recuperando a capacidade de apropriação dos seus habitantes e renovando a sua consciência cívica.”<sup>8</sup> Procura coordenar de um modo contínuo todas as intervenções, desde as amplas requalificações do espaço público até pequenas intervenções como a alteração de uma caixilharia. Inicialmente opta por não criar regulamentos específicos com carácter proibitivo, procurando assim uma contínua adaptação às necessidades e pressões do momento, sem contudo desvirtuar os objectivos propostos e seguindo dois tipos de actuação, por um lado a intervenção pontual e por outro a intervenção de conjunto. A primeira, por iniciativa municipal, tinha como objectivo sensibilizar a opinião pública e a população, da qual é exemplo a “casa da Rua Nova”, sede do GTL. Esta intervenção possibilitou ainda a criação de uma equipa de construção, pela qualificação de mão-de-obra capaz de utilizar as técnicas tradicionais. Quanto à intervenção de conjunto, visava a requalificação dos espaços públicos procurando gerar uma dinâmica de reabilitação nos edifícios envolventes, sendo facilitado aos proprietários o apoio técnico necessário à reabilitação do edificado.

Em 1994, foi elaborado o Regulamento de Intervenção no Centro Urbano e Histórico de Guimarães que procura formalizar e definir as actuações do GTL, mas funciona como um

<sup>7</sup> Para além de reconhecida e apresentada em vários encontros e debates, foi oficialmente premiada pela Associação dos Arquitectos Portugueses, em 1993.

<sup>8</sup> SOUSA, Eugénio, *O Projecto e a Gestão da Cidade Existente. A Intervenção do GTL no Centro Histórico de Guimarães*, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, Universidade de Coimbra, 1995, p. 17.

documento genérico, deixando ao gabinete a responsabilidade de aprovação e gestão dos projectos e das obras. Funciona também como mediador entre os particulares e as entidades públicas financiadoras de acções de reabilitação. Mas fundamentalmente permite a necessária abertura para a constante reequação de objectivos e medidas.

A experiência de Ponte da Barca, diferente da de Guimarães, não assenta na gestão directa mas pressupõe uma evolução do plano, através de sucessivos acrescentos e revisões, procurando fazer face à constante mutação da realidade. Apresenta um rígido plano com pormenorizadas fichas individuais do edificado que, combinadas com a componente programática e desenhada, facilitam a implementação das acções previstas. Este vai sendo acrescentado por uma série de outros regulamentos complementares: programa funcional, proposta de intervenção de um “quarteirão-piloto”, regulamento de espaço público, reestruturação do sistema viário, plano de reabilitação de intra-estruturas e criação do manual de reabilitação. Estes regulamentos vão ampliando o plano de salvaguarda e possibilitam a correcta implementação do plano colmatando a inexistência de um gabinete de gestão e projecto. Apresenta ainda a novidade de possuir um cuidado planeamento estratégico que procura garantir uma política de desenvolvimento para toda a cidade. Em 1998 foi criado um GTL que se limita a gerir as intervenções propostas pelo plano.

#### **Reutilização do Edificado. Refuncionalização.**

Qualquer operação de reabilitação não passa de um meio para resolver os estados de degradação de forma temporária, porque a verdadeira resolução dos problemas passa pela vivificação dos núcleos degradados, ou seja, por devolver a dignidade e as qualidades urbanas tornando-os (novamente) em zonas atractivas. E a partir daqui as operações poderão ser unicamente de manutenção, uma vez que as cidades vivas não se reabilitam mas conservam-se. Esta constatação requer uma nova visão capaz de entender o núcleo antigo como uma parte integrante da cidade que necessita de investimento, à semelhança das zonas de expansão, assim como de medidas públicas capazes de incentivar e dinamizar os proprietários particulares a quem, em última análise, cabem as operações de manutenção. Este investimento público poderá passar pelo aproveitamento de edifícios para a instalação

de serviços, garantindo intervenções exemplares de conservação e reutilização dos edifícios, capazes de assegurar a centralidade e a dinâmica destas zonas, como verificámos na experiência de Guimarães e na intervenção de reabilitação do edifício da Câmara Municipal proposta pelo Plano de Pormenor e Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António.

Neste sentido a revitalização do comércio contribui também para esta vivificação, contudo face aos novos centros comerciais é necessário requalificar o comércio tradicional, como se verifica na cidade de Ferrol com o Centro Comercial a Céu Aberto. Torna-se necessário pensar numa organização de ruas e quarteirões especialmente vocacionados para o comércio, com uma imagem controlada regulando os toldos e a publicidade<sup>9</sup> e procurando resolver os problemas de estacionamento e da limpeza das ruas, assim como a qualificação do espaço público ao nível do pavimento, mobiliário urbano e iluminação.

Efectivamente a reutilização garante a conservação material dos edifícios e a continuidade dos valores culturais, preservando, para além dos valores físicos os intangíveis, mas é necessário considerar que a introdução de funções incompatíveis com os núcleos antigos acaba por se tornar, ela própria, num instrumentos de inexorável transformação<sup>10</sup>. Nas *cidades desenhadas*, para além da compatibilidade com o edificado, há que respeitar as hierarquias e a organização do espaço, fundamentais para a leitura total da cidade e do seu valor urbanístico.

### **Turismo Cultural. Cidades-Museu**

O aproveitamento do turismo cultural de qualidade tem-se constituído como um importante factor do crescimento económico e da dinamização destes núcleos desenhados. No entanto, o “consumo” cultural pode também ter efeitos negativos quer pela banalização do que era único, quer pela progressiva expulsão dos habitantes e pela artificialização e mitificação dos

---

<sup>9</sup> Ainda que não seja neste sentido, muitos dos actuais Planos de Salvaguarda já estabelecem medidas que regulamentam a colocação de elementos publicitários, definindo materiais, cores e dimensões.

<sup>10</sup> Por vezes a dinâmica introduzida pelas novas funções acaba por conduzir a um excessivo fluxo que provoca ainda maiores degradações físicas do espaço.



núcleos, como se pode constatar em algumas aldeias portuguesas como Castelo Mendo, Óbidos ou Monsaraz<sup>11</sup>.

Mas apesar das possíveis deturpações, há que aproveitar as potencialidades económicas do turismo e fomentar o desenvolvimento da cidade porque os processos de salvaguarda têm que ser, em última análise, processos de desenvolvimento capazes de dinamizar a cidade e assegurar um futuro vivo e capaz de se manter conservado.

No actual panorama económico e político europeu, a ideia de cidade como pólo de atracção, qualificada e com mais-valias culturais parece ser um recurso fundamental no quadro da competição entre cidades, o que explica o grande interesse que tantas cidades têm demonstrado pela sua inserção na Lista de Património da Humanidade.

Contudo as operações de salvaguarda não podem pretender um mimetismo do passado, mas antes uma política de desenvolvimento económico e social. A ideia de tornar o património num parque temático torna-se, assim, absurda na actual filosofia de utilização do património e dos seus recursos. Para isso há sempre as novas tecnologias e a realidade virtual, capaz até de nos envolver numa viagem no tempo, inclusive fazendo-nos andar com os trajes da época, nos transportes da época e até com os odores da época.

Não é este recuo no tempo que se pode esperar de qualquer operação de reabilitação. A ideia de experimentar e dar vida ao património como única forma de o preservar prende-se com a capacidade diária de apreensão por parte da comunidade que se identifica e sente o núcleo histórico como a base e a amarração da sua própria identidade. É o seu porto seguro.

## Concluindo

Finalizando esperamos ter contribuído para o entendimento da importância singular destas *idades desenhadas* e para o alargamento da reflexão do valor do património urbanístico entendido para lá do valor individual dos objectos arquitectónicos que o compõem.

---

<sup>11</sup> Veja-se sobre o caso particular de Monsaraz: AMENDOEIRA, Ana Paula Ramalho, Monsaraz: Análise do Processo de Conservação e Transformação Urbana no Século XX, Dissertação para Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1998.

Podemos concluir que para além das várias arquitecturas mais ou menos monumentais o verdadeiro património de uma *cidade desenhada* reside na cidade propriamente dita, enquanto produto de um desígnio e plano inicial. Conforme verificámos nas cidades analisadas, os princípios norteadores dos seus Planos de Salvaguarda assentam essencialmente no seu Plano Original.

Estes planos de salvaguarda encerram, hoje a possibilidade de continuar a intervir e a garantir a vivência da cidade enquanto património vivo. Procuram reinterpretar e continuar a projectar a *cidade desenhada* no tempo, num contínuo e selectivo reacerto de limites e objectivos. Reequacionando opções entre a reabilitação e o restauro, impondo uma estratégia de gestão e de implementação para lá do plano e procurando garantir o dinamismo e a actividade comercial e cultural, impõem acima de tudo um projecto de salvaguarda tão global quanto o plano fundacional.

Preservar a *cidade desenhada*, é compreender a sua lógica e aplicá-la de novo.

É procurar o (re)desenho da *cidade desenhada*, não numa atitude pretenciosa de fazer património hoje mas numa atitude comprometida com a necessidade de clarificação do testemunho da História que queremos prolongar até ao Futuro.

## 6 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



### Planos e Regulamentos

- \_ Bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, Lei nº 107/01 de 08 de Setembro.
- \_ Etude de delimitation du Secteur Sauvegarde de Charleville-Mézières, S.D.A.P. des Ardennes, Setembro de 2000.
- \_ Jornadas do Ante-Plano. Plano de Pormenor e Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António, 10,11,12 de Junho, 2004.
- \_ Loi sur les monuments historiques. Loi du 31 décembre 1913. Journaux Officiels.
- \_ Memoria- Programa da Área de Reabilitación Declarada do Barrio da Magdalena e Ferrol Vello. 2002.
- \_ Ordenanza Municipal Reguladora das Axudas e Reabilitación dos Edifícios e Vivendas dos Bairros da Magdalena e Ferrol Velho.
- \_ Piano Regolatore Generale di Palmanova.
- \_ Piano Regolatore Particolareggiato Comunale del Centro Storico di Palmanova, Comune Palmanova, 31 de Outubro de 2001.
- \_ Plan Especial de Protección e Reabilitación do Bairro da Magdalena, Maio de 2002.
- \_ Plan de Sauvegarde et de Mise en Valeur de Richelieu (PSMV), 20 de Novembro de 1997.
- \_ Proposta de regulamentação do Plano de Pormenor de Salvaguarda elaborada pelo IPPAR.
- \_ Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Lei n.º380/99 de 22 de Setembro.

### Estudos, Obras e Artigos

- \_ AAVV, *Álvaro Siza - O Chiado – Lisboa- A Estratégica da Memória*, Junta de Andalucía Consejería de Obras Públicas e Transportes, Dirección General de Arquitectura e Vivienda, Delegación en Granada del Colegio de Arquitectos, Sociedade Lisboa 94-Capital Europeia da Cultura, Granada, Lisboa, Sevilha, 1994.
- \_ AAVV, *Anais do I Encontro Bienal sobre Reabilitação Urbana*, Lisboa, 1998.
- \_ AAVV, *Arquitectura e Engenharia civil: qualificação para a reabilitação e conservação*, Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, GECORPA, 2000.
- \_ AAVV, *Caminhos do Património*, DGEMN, Lisboa, 1999.
- \_ AAVV, "El Bairro da Magdalena del Ferrol" in *Obradoiro*, Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, Santiago de Compostela, 1980.

- \_AAVV, *Enciclopédia Einaudi*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, nº1, Memória-História, Gabinete Editorial da IN-CM, Porto, 1984.
- \_AAVV, *I Curso de Gestão do Património Cultural – Comunicações - CEFA*, Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra, 1994.
- \_AAVV, *Intervenções no Património 1995-2000*, Lisboa, 1997.
- \_AAVV, *Livro de Pré-actas/ Simpósio Conservação e Intervenção em Sítios Arqueológicos e Monumentos Históricos*, Instituto de Património da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Câmara Municipal de Paredes do Coura, Porto, 2001.
- \_AAVV, *Porto 2001: Regresso à Baixa, Consulta para a Elaboração do Programa de requalificação da Baixa Portuense*, FAUP Publicações, Porto, 2000.
- \_AAVV, *Proyecto y ciudad historica*, I Seminário Internacional de Arquitectura en Compostela (SIAC), Colegio Oficial de Arquitectos de Galicia, Santiago de Compostela, 1977.
- \_AAVV, *Urbanidade e Património*, coordenação João Couceiro, Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, IGAPHE, Lisboa, 1998.
- \_AAVV, *Urbanisme et Rénovation Urbaine- Modernisation du Centre Ville Historique à l'Étranger*, Ministre Fédéral de l'Aménagement du territoire de la Construction et de l'Urbanism, 1975.
- \_AGUIAR, José, *Cor e Cidade Histórica. Estudos cromáticos e conservação do património*, FAUP Publicações, Porto, 2001.
- \_AGUIAR, José, "Dificuldades na Conservação e Reabilitação do Património urbano Português" in *Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 21, 1995.
- \_ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Património: Riegl e hoje*, Faculdade de Letras, Separata da Revista da Faculdade de Letras, Porto, 1993.
- \_AMENDOEIRA, Ana Paula Ramalho, *Monsaraz: Análise do Processo de Conservação e Transformação Urbana no Século XX*, Dissertação para Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1998.
- \_ARAUJO, Renata Malcher de, *As Cidades da Amazônia no Século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*, FAUP Publicações, Porto, 1998.
- \_ARGAN, Giulio Carlo, *História da Arte Como História da Cidade*, Martins Fontes, São Paulo, 1995.
- \_AUBINEAU, Jean-Claude, *Richelieu par Ordre du Cardinal*, ed autor, Poitiers, 1980.
- \_AUGÉ, Marc, *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Bertrand Editora, Lda, Venda Nova, 1998.

- \_AYMONINO, Carlo, *O significado das Cidades*, Editorial Presença, Lisboa, 1984.
- \_BACON, Edmund N., *Design of cities. A superbly illustrated account of the development of urban form, from ancient Athens to modern Brasilia*, Thames and Hudson Ltd, Londres, 1995.
- \_BENEVOLO, Leonardo, *As Origens da Urbanística Moderna*, Editorial Presença, Lisboa, 1987.
- \_BERNARDO, Castelao Álvarez, *Ferrol: Morfologia Urbana y Arquitectura Civil, 1900-1940*, Universidade da Coruña, Servicio de Publicacións, Coruña, 2000.
- \_BONFANTI, Ezio, BONICALZI, Rosaldo, ROSSI, Aldo, SCOLARI, Massimo, VITALE, Daniele, *Arquitectura Racional*, Alianza Editorial, Madrid, 1979.
- \_BOUDON, Philippe, *Richelieu, Ville Nouvelle – Essai d'Architecturologie*, Dunod, Paris, 1978.
- \_BOURDIN, Alain, *Le Patrimoine Réinventé*, Presses Universitaires de France, Paris, 1984.
- \_CALABI, Donatella, *Parigi anni venti. Marcel Poète e le origini della storia urbana*, Marsilio Editori, Venezia, 1997.
- \_CALADO, Maria, "Os Estudos Históricos no Contexto da Reabilitação Urbana" in *Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 14/15, 1991.
- \_CALVINO, Italo, *As Cidades Invisíveis*, Editorial Teorema, Lisboa, 2002.
- \_CAMPOS, João, "A experiência Urbana Intercontinental de Portugal desde o início dos tempos modernos", in *Encontros de Divulgação e Debate em Estudos Sociais*, Património, Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial, Vila Nova de Gaia, 1995.
- \_CARVALHO, Maria Manuela Machado, *INURBE: Reabilitação Urbana de Áreas Degradadas*, CCRN, Porto, 1996.
- \_CASTRO, Maria José Abrunhosa de, "Recuperação Urbana no Centro Histórico da Guarda(1980/1990)" in *Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 14/15, 1991.
- \_CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Edições 70 Lda, Lisboa, 2000.
- \_CHOAY, Françoise, *O Urbanismo, Utopias e realidades- Uma Antologia*, Editora Perspectiva, São Paulo, 2002.
- \_CLADERA, Juana Roca, *Rehabilitación Urbana, Análisis Comparado de algunos Países de la Unión Europea (Alemania, Bélgica, Dinamarca, Francia, Itália y Portugal)*, Centro de Publicaciones Ministério de Obras Públicas, Transportes y Meio Ambiente, Madrid, 1995.

- \_COELHO, Maria João Pinto, "Intervir no Património. Conceitos e Opções" in *Urbanidade e Património*, Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, IGAPHE, Lisboa, 1998.
- \_CORREIA, João Rosado, "Património Construído Reabilitação/ Revitalização Arquitectónica" in *Espaço e Memória*, Revista do património, Universidade Portucalense, Departamento de Ciências Históricas e da Educação da Universidade Portucalense, nº1, 1996.
- \_CORREIA, José Eduardo Horta, *Vila Real de Santo António- Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, FAUP publicações, Porto, 1997.
- \_CORTESÃO, Rita Maria L.S., *Monumentalidades - Reflexão sobre os conceitos de monumento e monumentalidade em arquitectura*, Prova Final de Licenciatura, Universidade de Coimbra, 1998.
- \_COSTA, Alexandre Alves, "Cumplicidades" in *J.A.-Jornal dos Arquitectos- À La recherche du temps Perdu*, nº213, 2003.
- \_COSTA, Alexandre Alves, "O Património entre a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade" in *J.A.-Jornal dos Arquitectos - À La recherche du temps Perdu*, nº213, 2003.
- \_COSTA, Alexandre Alves, FERNANDES, Manuel Correia, "Património, Renovação e Desenvolvimento" in *Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 2, 1985.
- \_COSTA, António, "Cidade, Ideologia e Património" in *J.A.-Jornal dos Arquitectos- À La recherche du temps Perdu*, nº213, 2003.
- \_CUBILLAS, E. Clemente, *Desarrollo Urbano y Crisis Social en Ferrol*, Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, Santiago de Compostela, 1984.
- \_CURY, Isabelle, *Cartas Patrimoniais*, Edições do Património, Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2000.
- \_CUSTÓDIO, Jorge, "Salvaguarda do património- antecedentes Históricos" in *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, IPPAR, 1993.
- \_DELMELLE, Joseph, *Le Grand-Hornu*, Fédération du Tourisme du Hainaut à Mons, 1980.
- \_DIAS, Manuel Graça, "Fatias do Tempo" in *J.A.-Jornal dos Arquitectos- À La recherche du temps Perdu*, nº213, 2003.
- \_EATON, Ruth, *Ideal Cities. Utopianism and the (un)Built Environment*, Thames and Hudson, Londres, 2002.



\_ESCOLANO, Victor Pérez, " La Paroja de la arquitectura Moderna. Patrimonio y Proyecto Moderno" in *J.A.-Jornal dos Arquitectos- À La recherche du temps Perdu*, nº213, 2003.

\_FERNANDES, Francisco Barata, *Transformações e Permanência na habitação portuense - As Formas da Casa na Forma da Cidade*, FAUP Publicações, Porto, 1999.

\_FERREIRA, Carlos Antero, *O património Mundial a Sociedade da Ilusão da Eternidade e o Novo Milénio*, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 2000.

\_FERREIRA, Carlos Antero, *Restauro dos monumentos Históricos. Restaurar Porquê? Restaurar O Quê? Restaurar Quando e Como?* Simpósio Europeu das Empresas de Restauro do Património Monumental, Lisboa, 1992.

\_FERREIRA, Vitor Matias, CRAVEIRO, Maria Teresa, "Reabilitar ou Requalificar a Cidade?" in *Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 10/11, 1989.

\_FERREIRA, Vitor Matias, "Património Urbano- A Memória da Cidade", in *Urbanidade e Património*, Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, IGAPHE, Lisboa, 1998.

\_FIGUEIRAS, Rui, *Vila Pombalina. Vila Real de Santo António*, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, Vila Real de Santo António, 1999.

\_FLORES, Joaquim de Moura, " 'Património' Do Monumento ao Território" in *Urbanidade e Património*, Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, IGAPHE, Lisboa, 1998.

\_FLORES, Joaquim António de Moura, *Planos de Salvaguarda e Reabilitação de Centros Históricos em Portugal*, Dissertação para Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2000.

\_FONSECA, Ana, " Alfama e Mouraria: as Teias da Reabilitação", in *Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 14/15, 1991.

\_GALANTAY, Ervin, Y., *Nuevas Ciudades De La Antigüedad a Nuestros Días*, Gustavo Gili, Barcelona, 1997.

\_GAVIRA, Carmen, "Efectos Sociales de las Intervenciones en los centros Históricos de las Ciudades Españolas", in *Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 14/15, 1991.

\_GIOVANNONI, Gustavo, *L'Urbanisme face aux Villes Anciennes*, Éditions du Seuil, Paris, 1998.

- \_GOMES, Rogério, "Breve Perspectiva dos Instrumentos Jurídicos, Administrativos e Financeiros para a Requalificação Urbana e para a Conservação e Valorização do Património em Portugal", in *Urbanidade e Património*, Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, IGAPHE, Lisboa, 1998.
- \_GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio, *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas*, Manuales Arte Cátedra, Madrid, 1999.
- \_GRACIA, Francisco de, *Construir en lo construido- La Arquitectura como Modificación*, Editorial NEREA, SA, Madrid, 1996.
- \_GRANDE, Nuno, *O Verdadeiro Mapa do Universo. Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, Coimbra, 2002.
- \_GUERREIRO, José Emilio, "O Processo de Recuperação da centro Histórico de Évora. Planeamento e Práticas Urbanísticas - Ligação à População" in *Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 14/15, 1991.
- \_GUIDONI, Enrico, ANGELA, Marino, *Historia del urbanismo. El siglo XVI*, Instituto de Estudios de Administracion Local, Madrid, 1985.
- \_GUILLAUME, Marc, *A Política do Património*, Campo das Letras. Editores, 2003.
- \_HARDOY, Jorge Enrique, GUTMAN, Margarit, *Impacto de la Urbanización en los Centros Históricos de Iberomérica- Tendências e Perspectivas*, Colecciones MAPFRE, Madrid, 1992.
- \_JAEN, J. Lopez, *Curso de Rehabilitacion: o Normativa Internacional*, COAM, Madrid, 1987.
- \_LACROIX, Michel, *O Principio de Noé ou a Ética da Salvaguarda*, Instituto Piaget, Lisboa, 1999.
- \_LAMAS, António Ressano Garcia, "Salvaguarda e Valorização do Património Construído - Prioridades na Definição de uma Política de Património", in *Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 21, 1995.
- \_LAMAS, José M. Ressano Garcia, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa, 2000.
- \_LE GOFF, Jacques, *Por Amor das Cidades*, Teorema, Lisboa, 1999.
- \_LENIAUD, Jean-Michel, *L'Utopie Française – Essai sur le Patrimoine*, Edition Mengès, Paris, 1992.
- \_LEVY, Jean-Paul, *Centres Villes en Mutation*, Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, Toulouse, 1987.

\_LOBO, Susana, *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do séc. XX*, Prova Final de Licenciatura, Universidade de Coimbra, 2000.

\_MAGRO, Helena Isabel Vargas, *Do Carvão ao Betão - Habitação Mineira e Forma de Fazer cidade no Baixo Alentejo*, Prova Final de Licenciatura, Universidade de Coimbra, 2000.

\_MARTINS, Maria Assunção M., PAIS, José António C., "O Plano de Salvaguarda e Valorização da Vila do Sardoal- Alguns Aspectos Sociológicos, in *Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 21, 1995.

\_MASSAPINA, Vasco, "Gabinetes Técnicos Locais. Usar de Novo?" in *Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 14/15, 1991.

\_MASSAPINA, Vasco, "Plano de Salvaguarda e recuperação do Centro Histórico de Beja" in *Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 2, 1985.

\_MENEZES, Marluci, "Centro Histórico. Mito ou Realidade Efémera?", Comunicação apresentada ao 4º Encontro Com o Património Espiga de Ouro, LNEC, Lisboa, 1999.

\_MESQUITA, Marieta Dá, "Pastiche- Cópia Ou citação?" in *J.A.-Jornal dos Arquitectos- À La recherche du temps Perdu*, nº213, 2003.

\_MIR, Mercedes Tatjer, "Grupos Sociais, Agentes Urbanos, Estratégica e Conflito na Cidade Velha de Barcelona", in *Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 14/15, 1991.

\_MORRIS, A. E. J., *Historia de la forma urbana. Desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*, Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1984.

\_MOURA, Eduardo Souto de, "Com a Naturalidade das Coisas Naturais" in *J.A.-Jornal dos Arquitectos- À La recherche du temps Perdu*, nº213, 2003.

\_NETO, Maria João Baptista, "A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção do Património em Portugal. 1929-1999" in *Caminhos do Património*, DGEMN, 1999.

\_NETO, Maria João Baptista, *Memória, Propaganda e Poder: o restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, FAUP Publicações, Porto, 2001.

\_OLIVEIRA, Margarida M.G.L. do Nascimento e, *Memória da Cidade Destruída - problemática da Intervenção Contemporânea*, Dissertação para Mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1994.

- \_PASCOAL, Andreia Prata Ferreira, *Tempo, História, Intervenção - Três relações Possíveis*, Prova Final de Licenciatura, Universidade de Coimbra, 2001.
- \_PEREIRA, António Nunes, "Para uma Terminologia da Disciplina de Protecção do Património Construído" in *J.A.-Jornal dos Arquitectos- À La recherche du temps Perdu*, nº213, 2003.
- \_PEREIRA, Paulo, "As intervenções no Património Edificado. Alguma história" in *Intervenções no Património 1995-2000*, Lisboa, 1997.
- \_PEREIRA, Paulo, "Intervenções Arquitectónicas Recentes No Património Edificado" in *J.A.-Jornal dos Arquitectos- À La recherche du temps Perdu*, nº213, 2003.
- \_PEREIRA, Paulo, "O Património como Problema e como Ideologia" in *Intervenções no Património 1995-2000*, Lisboa, 1997.
- \_POSSAMAI, Zita, "A investigação de objectos ainda estranhos à historiografia" in *Encontros de Divulgação e Debate em Estudos Sociais*, Património, Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial, Vila Nova de Gaia, 1995.
- \_PORTAS, Nuno, "Notas sobre a intervenção na cidade existente" in *Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 2, 1985.
- \_RAPOSO, Manuel, "Conservação e Restauro" in *J.A.-Jornal dos Arquitectos- À La recherche du temps Perdu*, nº213, 2003.
- \_RASQUILHO, Rui, "O III Encontro de Associações de Defesa da Património e a Preservação dos Centros Históricos" in *Cadernos Municipais. Revista de Acção Regional e Local*, nº19, 1982.
- \_RIEGL, Alois, *El culto moderno a los monumentos*, La Balsa de la Medusa, Madrid, 1987.
- \_ROCA, Javier Gallego, *Renovación, Restauration y Recuperación Arquitectónica y Urbana en Portugal*, Editorial Universidade de Granada, Campus Un iversitario de Cartuja, Granada, 2003.
- \_RODRIGUES, Jorge, "A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o Restauro dos Monumentos Medievais Durante o Estado Novo" in *Caminhos do Património*, DGEMN, 1999.
- \_ROGÉRIO, Paulo Pinheiro Lourenço, *Paisagens, Lugares, Permanências Ilha Terceira*, Prova Final de Licenciatura Universidade de Coimbra, 2001.
- \_ROSENAU, Helen, *A Cidade Ideal – Evolução Arquitectónica na Europa*, Editorial Presença Lda, Lisboa, 1988.

- \_ROSSA, Walter, *A Urbe e o Traço. Uma Década de estudos Sobre o Urbanismo Português*, Livraria Almedina, Coimbra, 2002.
- \_ROSSI, Aldo, *A Arquitectura da Cidade*, Edições Cosmos, Lisboa, 2001.
- \_ROSSI, Aldo, "Ciudad y Proyecto" in *Proyecto y ciudad historica*, I SIAC, Colegio Oficial de Arquitectos de Galicia, Santiago de Compostela, 1977.
- \_ROUX, Antoine de, *Villes Neuves. Urbanisme Classique*, REMPART, 1997.
- \_RUBIÓ, Ignasi de Solà-Morales, "Do Contraste à Analogia" in *J.A.-Jornal dos Arquitectos- À La recherche du temps Perdu*, nº213, 2003.
- \_SALGUEIRO, Teresa Barata, *A Cidade em Portugal - uma Geografia Urbana*, Edições Afrontamento, 1992.
- \_SAMITIER, Jordi Oliveras, *Nuevas Poblaciones en la Espanã de la Ilustración*, Fundación Caja de Arquitectos, Barcelona, 1998.
- \_SANTOS, M<sup>a</sup> Helena Ribeiro dos, *A Baixa Pombalina: Passado e Futuro*, Livros Horizonte, Lisboa, 2000.
- \_SERRA, João Bonifácio, "A Cidade Imaginária" in *J.A.-Jornal dos Arquitectos- À La recherche du temps Perdu*, nº213, 2003.
- \_SIMÕES, Nuno, "Património Edificado e Património Natural: Salvaguarda reabilitação e Planos indicativos" in *Cadernos Municipais. Revista de Acção Regional e Local*, nº19, 1982.
- \_SOPRA, Luciano Di, *Palmanova città fortaleza*, I.T.C.srl, Udine, 2003.
- \_SOROMENHO, Miguel, SILVA, Nuno Vassalo e, "Salvaguarda do Património-Antecedentes Históricos" in *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, IPPAR, 1993.
- \_SOUSA, Eugénio, *O Projecto e a Gestão da Cidade Existente. A Intervenção do GTL no Centro Histórico de Guimarães*, Prova Final de Licenciatura, Universidade de Coimbra, 1995.
- \_TAFURI, Manfredo, *Projecto e Utopia- arquitectura e desenvolvimento do capitalismo*, Editorial Presença, Lisboa, 1985.
- \_TAMEN, Pedro, "Proust, Tempo, Arquitectura" in *J.A.-Jornal dos Arquitectos- À La recherche du temps Perdu*, nº213, 2003.
- \_TARRAGO, Salvador, "Barcelona Como Modo Urbanístico" in *Proyecto y ciudad historica*, I SIAC, Colegio Oficial de Arquitectos de Galicia, Santiago de Compostela, 1977.
- \_TOULIER, Christine, "L'Urbanisme de Richelieu – L'obsession de la régularité et de la symétrie" in *Bulletin Societé. Amis Vx. Chinon*, nº7, 1993.

\_TRASANCOS, Alfredo Vigo, *Arquitectura y Urbanismo en el Ferrol Del Siglo XVIII*, Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, Santiago de Compostela, 1984.

\_ TRASANCOS, Alfredo Vigo, "El Arquitecto Benedictino Fray Caamiña e su proyecto de Casas Consistoriales y Carceles para la ciudad de Ferrol" in *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Tomo XLII, Fascículo 107, Santiago de Compostela, 1995.

\_TRASANCOS, Alfredo Vigo, *O Barrio da Magdalena de Ferrol*, Promocións Culturais Galegas, S.A., Vigo, 2002.

\_TSIOMIS, Yamis, *Ville-Cité- Des Patrimoines Européens*, Picard Éditeur, Paris, 1998.

\_VALDIVIA, José Luque, *La ciudad de la arquitectura. Una relectura de Aldo Rossi*, Colección de Urbanismo, OIKOS- TAU, Barcelona, 1996.

\_VALENTE, Maria da Luz, *Reabilitar o Urbano ou como Restituir a Cidade à Estima pública*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1986.

\_VICENTE, Manuel, "Da Métrica dos Bicos" in *J.A.-Jornal dos Arquitectos - À La recherche du temps Perdu*, nº213, 2003.

\_VINUESA, Miguel Angel Troitiño, *Cascos Antigos y Centros Históricos: Problemas, Políticas y Dinámicas Urbanas*, Ministério de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Política territorial y Urbanismo, Madrid, 1992.

\_VITALE, Daniele, "Centro Histórico y Transformacion de la Ciudad" in *Proyecto y ciudad historica*, I SIAC, Colegio Oficial de Arquitectos de Galicia, Santiago de Compostela, 1977.

\_ WATELET, Hubert, *Le Grand-Hornu. Joyau de la Revolution Industrielle et du Borinage*, Lebeer-Hosmann, Bruxelles, 1989.

## Sites

<http://www.monumentos.pt>.

<http://www.c.m.guimaraes.pt>.

<http://www.legifrance.gouv.fr>.

<http://www.s.p.a.d.fr>.

<http://www.ovpm.org>.  
<http://www.vitruvius.com.br>  
<http://www.urbanisme.fr>.  
<http://www.ceci-br.org>.  
<http://www.iccrom.org>  
<http://www.icomos.org>.  
<http://www.urbanconservation.org>.  
<http://www.ville-richelieu.fr>  
<http://www.neuf-brisach.fr>  
<http://www.cg18.fr/commune/henrichemont.htm>  
<http://Henrichemont.info/boiselle.htm>  
<http://www.comune.palmanova.ud.it>.  
<http://www.ferrol-concello.es/ari>.

